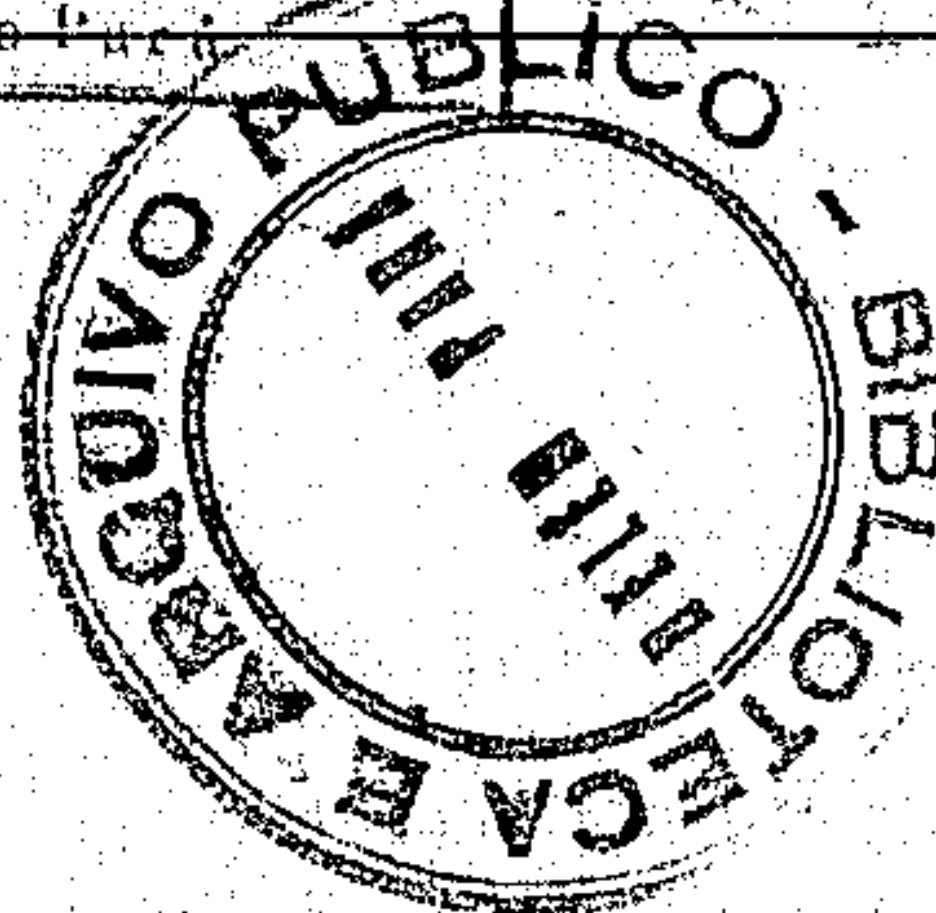


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PARÁ



Diário Oficial

ANO XCII - 94ª DA REPÚBLICA - Nº 25.143

BELEM - QUARTA-FEIRA, 14 DE DEZEMBRO DE 1983

GOVERNADOR DO ESTADO
JADER FONTENELLE BARBALHO

VICE-GOVERNADOR
LAÉRCIO DIAS FRANCO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
LUCIVAL DE BARROS BARBALHO

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
EDGAR M. LASSANCE CUNHA

Gabinete Civil
GEORGENOR DE SOUZA FRANCO

Gabinete Militar
Cel. PM HERCULES JOSE DA SILVA

SECRETARIADO

Administração
ALDO DA COSTA E SILVA

Interior e Justiça
ITAIR SA DA SILVA

Fazenda
ROBERTO DA COSTA FERREIRA

Viação e Obras Públicas
MANOEL ACACIO O. DE ALMEIDA E SILVA

Saúde Pública
LUIZ EDUARDO SOARES CARNEIRO

Educação
WILTON DE QUEIROZ MOREIRA

Agricultura
JOÃO BATISTA DE MELO BASTOS

Segurança Pública
ARNALDO MORAES FILHO

Planejamento e Coordenação Geral
SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE

Cultura, Desportos e Turismo
ACYR PAIVA PEREIRA DE CASTRO

Procurador Geral do Estado
BENEDITO WILFREDO MONTEIRO
Consultor Geral do Estado

PEDRO AUGUSTO DE MOURA PALHA

NESTA EDIÇÃO

DECRETOS Nºs 3,052, 3,053,
3,055, 3,056, 3,057, 3,058, 3,059,
3,060, 3,061, 3,062, 3,063 e 3,064

Do Governo do Estado

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/83 -
EDITAL

Da Imprensa Oficial do Estado

EXTRATOS DE CONVÊNIOS
Da Secretaria de Estado de Planejamento
e Coordenação Geral - SEPLAN

EXTRATOS DE TERMOS ADITI-
VOS
Da Companhia de Saneamento do Pará -
COSANPA

2 Cadernos

48 Páginas



IMPRENSA OFICIAL

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**PODER EXECUTIVO**

DECRETO Nº 3052 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1983
Reajusta os vencimentos dos diretores da FUNTELPA:

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam reajustados os vencimentos dos Diretores da Fundação de Telecomunicações do Pará - FUNTELPA, como segue:

Diretor Presidente:

Vencimentos Cr\$ 320.000,00

Representação Cr\$ 130.000,00

Total Cr\$ 450.000,00

Diretor Executivo:

Vencimentos Cr\$ 320.000,00

Representação Cr\$ 110.000,00

Total Cr\$ 430.000,00

Art 2º - Os efeitos financeiros do presente Decreto prevalecerão a contar de 1º do mês de dezembro corrente, revogadas as disposições em contrário

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de dezembro de 1983

JADER FONTENELLE BARBALHO

Governador do Estado

ALDO DA COSTA E SILVA

Secretário de Estado de Administração

DECRETO Nº 3053 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1983

Abre à Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, o Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 4.700.000,00, para reforço de dotação consignada no orçamento vigente.

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o Item IV, do artigo 91 da Constituição Política do Estado e com fundamento no artigo 6º da Lei nº 5.042, de 26 de outubro de 1982,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto em favor da Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, o Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 4.700.000,00 (quatro milhões e setecentos mil cruzeiros), destinado a reforço de dotação orçamentária.

Parágrafo Único - O Crédito Suplementar de que trata o "caput" deste artigo, terá a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo	1500
Unid. Orç.: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo	1501
Função: Educação e Cultura	08
Programa: Cultura	48
Subprograma: Supervisão e Coordenação Superior	020
Atividade: Funcionamento do Conselho Estadual de Cultura	2.032
3120.00-Material de Consumo	Cr\$ 1.200.000,00

3132.00-Serviços de Terceiros
e Encargos-Outros Serviços e Encargos Cr\$ 3.500.000,00

Art, 2º - Os recursos necessários à execução do presente Decreto, correrão à conta do Excesso de Arrecadação estabelecido no item II, do § 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964

Art, 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de dezembro de 1983

JADER FONTENELLE BARBALHO

Governador do Estado

ALDO DA COSTA E SILVA

Secretário de Estado de Administração

SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE

Secretário de Estado de Planejamento e

Coordenação Geral

ROBERTO DA COSTA FERREIRA

Secretário de Estado da Fazenda

DECRETO Nº 3.055 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1983

Homologa a Resolução nº 30/83, de 03 de novembro de 1983, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará.

O Governador do Estado do Pará, usando de suas atribuições legais e,

Considerando o disposto no inciso I do artigo 41, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 30/83-DETRAN, que dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar ao Orçamento de 1983, no valor de Cr\$ 99.459.000,00 (noventa e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil cruzeiros), destinados a atender despesas consignadas no Orçamento vigente.

Art. 2º - Os efeitos deste Decreto retroagirão a 1º de novembro de 1983, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de dezembro de 1983.

JADER FONTENELLE BARBALHO

Governador do Estado

ALDO DA COSTA E SILVA

Secretário de Estado de Administração

SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE

Secretário de Estado de Planejamento e

Coordenação Geral

RESOLUÇÃO Nº 30/83 DE 03 DE NOVEMBRO DE 1983

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 99.459.000,00 (noventa e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil cruzeiros), ao Orçamento do Departamento de Trânsito do Estado do Pará, no exercício de 1983.

IMPRESA OFICIAL
Diário Oficial

**DIRETORIA
ADMINISTRAÇÃO
REDAÇÃO
PARQUE GRÁFICO**

**Almirante Barroso, 735
Belém - Pará**

PBX: 226-0859
226-1353

Gabinete do Diretor-Presidente:
Departamento de Administração: 226-1196

Posto de Vendas - Centro - Rua Avertano Rocha
111 p/a 16 de Novembro - Fone: 222-0174

Diretor - Presidente
GILBERTO DANIN

Diretor Administrativo
CLEBER NEWTON VELASCO

Diretor Técnico
NAZIR RACHID

Diretor de Documentação e Divulgação.
JOSÉ ILDORE FAVACHO SOEIRO

Chefe de Redação e Revisão
RAIMUNDO WALDIR BATALHA LOBÃO

**TABELA DE ASSINATURAS E
PUBLICAÇÕES**

Na Capital	
Anual	Cr\$ 54.000,00
Semestral	Cr\$ 27.000,00
Outros Estados e Municípios	
Anual	Cr\$ 94.500,00
Semestral	Cr\$ 48.000,00

D.O número atrasado por ano, aumenta Cento e Trinta Cruzeiros (Cr\$ 130,00).

PUBLICAÇÕES:

Página comum, cada centímetro:
Cr\$ 2.850,00

Preço da Página: Cr\$ 319.200,00

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 220,00

MATÉRIA PARA PUBLICAÇÃO:

Das 07:30 às 12:30 horas diariamente, excetuando os sábados.

RECLAMAÇÕES: 24 horas após a circulação do Diário na Capital e 8 dias nos Municípios e outros Estados.

OFÍCIOS OU MEMORANDOS: Devem acompanhar publicações a cobrar.

ASSINATURAS: Capital, Municípios e outros Estados, em qualquer época.

PAGAMENTOS: Sempre em Cheque, Nominal para a Imprensa Oficial do Estado.

O Conselho de Administração do Departamento de Trânsito do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a necessidade de reforçar as Dotações Orçamentárias do exercício de 1983, do DETRAN/PA, aprovadas pela Resolução nº 018, de 12 de novembro de 1982, homologada pelo Decreto nº 2.636, de 30 de dezembro de 1982, as quais se tornaram insuficientes, para atender obrigações assumidas;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto ao Departamento de Trânsito do Estado do Pará, Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 99.459.000,00 (noventa e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil cruzeiros), destinados a atender despesas consignadas no Orçamento Vigente.

Parágrafo Único - O Crédito Suplementar que trata o "Caput" deste artigo terá a seguinte classificação:

Cr\$ 1.000,00

Órgão: Departamento de Trânsito do Estado do Pará 5.100
Unidade Orçamentária: Gabinete do Diretor Geral 5.101

CLASSIFICAÇÃO

Discriminação	Orçamentária				Natureza da Despesa	Valor
	F	P	SP	P/A		
Funcionamento						
do Detran	03	07	021	2.001	3111-01	65.459
					3113-00	12.000
					3120-00	8.000
					3131-00	12.000
					3132-00	2.000
TOTAL						99.459

Art. 2º - Os recursos necessários a abertura do referido crédito, decorrerão das disponibilidades financeiras do Detran/PA, oriundas do excesso de arrecadação, no valor de Cr\$ 99.459.000,00 (noventa e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil cruzeiros), conforme estabelecido no inciso II do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação após sua homologação pelo Exmº Sr. Governador do Estado do Pará e seus efeitos retroagirão a 1º de novembro de 1983.

Sala de Reuniões do Conselho de Administração do Detran, em Belém, 03 de novembro de 1983,
Bel, ARNALDO MORAES FILHO

Presidente do Conselho

RAIMUNDO NONATO BARBOSA LIMA - Ten Cel PM
Vice-Presidente do Conselho

DECRETO Nº 3056 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1983

Homologa a Resolução nº 004/83, de 18 de novembro de 1983, do Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado.

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições legais e,

Considerando o disposto no inciso I do artigo 41, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 004/83, de 18 de novembro de 1983, do Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado, que dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar ao orçamento de 1983, no valor de Cr\$ 125.859.100,00 (cento e vinte e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil e cem cruzeiros), destinados a atender despesas no presente exercício.

Art. 2º - Os efeitos deste Decreto retroagirão a 1º de outubro de 1983, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de dezembro de 1983.

JADER FONTENELLE BARBALHO

Governador do Estado

ALDO DA COSTA E SILVA

Secretário de Estado de Administração

SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE

Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral

RESOLUÇÃO Nº 004 DE 18 DE NOVEMBRO DE 1983

O Diretor Presidente da Imprensa Oficial do Estado, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Resolução nº 008 de 29 de outubro de 1982, e;

Considerando, que há necessidade de reforçar a dotação orçamentária destinada ao atendimento de pagamento de pessoal e suas agregações, bem como, as despesas com pagamento de inativos e gastos atinentes e serviços técnicos;

Considerando a necessidade de reforçar dotações orçamentárias destinadas a gastos indispensáveis ao funcionamento da Autarquia, de vez que concorrem para a finalidade do Órgão;

Considerando a solicitação efetuada pelo Setor de Contabilidade desta Autarquia;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente desta Autarquia, o Crédito Suplementar de Cr\$ 125.859.100,00 (cento e vinte e cinco milhões oitocentos e cinquenta e nove mil e cem cruzeiros), para reforço de dotações orçamentárias consignadas nas Unidades a seguir especificadas.

Parágrafo Único: O Crédito Suplementar de que trata o "caput" deste artigo, terá a seguinte classificação orçamentária:

Unidade Orçamentária:	Diretoria Técnica	4301.03
Função:	Ind. Com. e Serviços	11
Programa:	Indústria	62
Subprograma:	Produção Industrial	347
Atividade:	Manutenção e Operação dos Serviços Gráficos da Imprensa Oficial do Estado	2.004
3.1.2.0-Material de Consumo		70.000.000
Unidade Orçamentária:	Diretoria de Administração	4301.04

Função:	Ind. Com. e Serviços	11
Programa:	Administração	07
Subprograma:	Administração Geral	021
Atividade:	Atividades Gerais de Apoio	2.005

3.1.1.0-Pessoal		
3.1.1.1-Pessoal Civil		29.500.000
3.1.1.3-Obrigações Patronais		6.000.000
3.1.2.0-Material de Consumo		1.500.000
3.1.3.0-Serviços de Terceiros e Encargos		
3.1.3.1-Remuneração de Serviços		
Pessoais		7.000.000
3.1.3.2-Outros Serviços e Encargos		10.600.000

Função:	Assistência e Previdência	15
Programa:	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público-PASEP	84
Subprograma:	Previdência Social ao Servidor Público	494
Atividade:	Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	2.008

3.2.0.0	Transferências Correntes	
3.2.8.0	Contribuições para Formação do Patrimônio do Servidor Público-PASEP	1.259.100

Art. 2º - Os recursos necessários a execução desta Resolução, decorrerão da anulação parcial e/ou total de dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de Cr\$ 35.145.500,00 (trinta e cinco milhões cento e quarenta e cinco mil e quinhentos cruzeiros), e do excesso de arrecadação evidenciado no exercício em curso, no valor de Cr\$ 90.713.600,00 (noventa milhões, setecentos e treze mil e seiscentos cruzeiros), conforme preceito contido nos itens II e III do § 1º do Art. 43, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

Unidade Orçamentária:	Diretoria de Doc. e Divulgação:	4301.02
Função:	Ind. Com. e Serviços	11
Programa:	Administração	07
Subprograma:	Doc. e Bibliografia	022
Projeto/Atividade:	Implantação e Instalação da Biblioteca da Imprensa Oficial do Estado	1.004
4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente		800.000

Unidade Orçamentária:	Diretoria Técnica	4301.03
Função:	Ind. Com. e Serviços	11
Programa:	Administração	07
Subprograma:	Treinamento de Recursos Humanos	217

Projeto/Atividade:	Capacitação de Recursos Humanos	2.003	4.3.5.0 - Amortização da Dívida Interna	
			4.3.5.1 - Amortização da Dívida Contratada	6.750.000
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros e Encargos			Programa: Administração	07
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos		100.000	Subprograma: Edificações Públicas	025
Subprograma: Edificações Públicas		025	Projeto/Atividade: Restauração do Patrimônio Estadual	1.003
Projeto/Atividade:	Urbanização da Área do Módulo da Imprensa Oficial do Estado-Centro Administrativo do Estado	1.001	4.1.1.0 - Obras e Instalações	5.000.000
			Projeto/Atividade: Construção de Almoxarifado	1.005
4.1.1.0 - Obras e Instalações		150.000	4.1.1.0 - Obras e Instalações	5.000.000
Subprograma: Produção Industrial		347	Reserva de Contingência	4301,05
Projeto/Atividade:	Manutenção e Operação dos Serviços Gráficos da Imprensa Oficial do Estado	2.004	Função: Reserva de Contingência	99
			Programa: Reserva de Contingência	99
			Subprograma: Reserva de Contingência	999
			Atividade: Reserva de Contingência	9.999
			9.0.0.0 Reserva de Contingência	3.000.000
4.1.9.0 - Diversos Investimentos			Art. 3º - Os efeitos desta Resolução, passarão a vigorar a partir de 1º de outubro do corrente.	
4.1.9.2 - Despesas de Exercícios Anteriores	460.000			
			Art. 4º - A presente Resolução entrará em vigor, após a homologação governamental.	
			Imprensa Oficial do Estado, em 18 de novembro de 1983.	
Unidade Orçamentária: Diretoria de Administração	4301.04		GILBERTO SEVERIANO SANTOS DANIN	
Função: Ind. Comércio e Serviços	11		Diretor Presidente da I.O.E.	
Programa: Administração	07		-----	
Subprograma: Administração Geral	021		DECRETO Nº 3057 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1983	
Projeto/Atividade: Atividades Gerais de Apoio	2.005		Homologa a Resolução nº 28/83, de 29.11.83, do Conselho Diretor da Fundação Educacional do Estado do Pará.	
3.1.9.0 - Diversas Despesas de Custeio			O Governador do Estado do Pará, usando de suas atribuições legais e,	
3.1.9.1 - Sentenças Judiciais	50.000		Considerando o disposto no Inciso I do artigo 41, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,	
3.1.9.2 - Despesas de Exercícios Anteriores	20.500		DECRETA:	
4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente	10.000.000		Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 28/83, do Conselho Diretor da Fundação Educacional do Estado do Pará, que dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar ao orçamento de 1983, no valor de Cr\$ 3.856.000,00 (três milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil cruzeiros), destinados a atender despesas consignadas no orçamento vigente.	
4.2.5.0 - Aquisição de Títulos de Capital já Integralizado	450.000		Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.	
Função: Assistência e Previdência	15		Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de dezembro de 1983.	
Programa: Previdência	82		JADER FONTENELLE BARBALHO	
Subprograma: Previdência Social a Inativos e Pensionistas	495		Governador do Estado	
Projeto/Atividade: Encargos com Inativos e Pensionistas	2.007		ALDO DA COSTA E SILVA	
			Secretário de Estado de Administração	
3.2.5.0 - Transferências a Pessoas			SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE	
3.2.5.1 - Inativos	2.000.000		Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral	
Função: Ind. Com. e Serviços	11		-----	
Programa: Administração Financeira	08		RESOLUÇÃO Nº 028/83-FEP DE 29.11.83	
Subprograma: Dívida Interna	033		Assunto: Autoriza Abertura de Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 3.856.000,00 (três milhões oitocentos e cinquenta e seis mil cruzeiros).	
Projeto/Atividade: Encargos Gerais da Dívida Pública Interna	2.009			
3.2.6.0 - Encargos da Dívida Interna				
3.2.6.1 - Juros da Dívida Contratada	1.365.000			

O Conselho Diretor da Fundação Educacional do Estado do Pará, usando de suas atribuições e nos termos do Art. 20, Item XIII, do Estatuto da FEP de acordo com o processo nº 2027/83-FEP e a decisão do Plenário, em sessão realizada nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a Superintendência Geral da Fundação Educacional do Estado do Pará, a abrir Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 3.856.000,00 (três milhões oitocentos e cinquenta e seis mil cruzelros) ao orçamento em execução no corrente exercício, amparado na Lei Federal nº 4.320/64, Art. 43, parágrafo 1º, Item I de 17 de março de 1964, para atender a solicitação constante do processo nº 1297/83-FEP.

Art. 2º - A contabilização da despesa deverá obedecer a seguinte classificação:

08442052.005 - Funcionamento da Escola de Enfermagem Magalhães Barata
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos Cr\$ 3.856.000,00

TOTAL Cr\$ 3.856.000,00

Art. 3º - A Abertura de Crédito Suplementar será atendida com a aplicação do Superavit financeiro verificado no Balanço Patrimonial do exercício de 1982 -

Art. 4º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua homologação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

Fundação Educacional do Estado do Pará, Belém, 29 de novembro de 1983.

Prof. WILTON DE QUEIROZ MOREIRA

Presidente do Conselho Diretor da FEP

DECRETO Nº 3058 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1983

Homologa a Resolução nº 013/83 - CD, de 17 de outubro de 1983, do Conselho Diretor da Fundação Desportiva Paraense.

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições legais e,

Considerando o disposto no Inciso I do artigo 41, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 013/83 - CD, do Conselho Diretor da Fundação Desportiva Paraense, que dispõe sobre abertura de Crédito Suplementar ao Orçamento de 1983, no valor de Cr\$ 4.600.000,00 (quatro milhões e seiscentos mil cruzelros), destinados a atender despesas consignadas no orçamento vigente.

Art. 2º - Os efeitos deste Decreto retroagirão a 01 de setembro de 1983, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de dezembro de 1983.

JADER FONTENELLE BARBALHO

Governador do Estado

ALDO DA COSTA E SILVA

Secretário de Estado de Administração

SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE

Secretário de Estado de Planejamento e

Coordenação Geral

RESOLUÇÃO Nº 013/83 C.D.

Ementa: Dispõe sobre a abertura de Crédito suplementar aos Orçamentos de 1983.

O Presidente do Conselho Diretor da Fundação Desportiva Paraense-FDP, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando, a necessidade de reforçar a dotação orçamentária de 1983, desta Fundação;

Considerando, o disposto no artigo 41 e seus Incisos I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

Considerando a aprovação unânime do Conselho Diretor, nesta data,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto ao Orçamento da Fundação Desportiva Paraense-FDP, o crédito suplementar de Cr\$ 4.600.000,00 (quatro milhões e seiscentos mil cruzelros), destinados a atender despesas próprias consignadas no Orçamento vigente.

Parágrafo Único: O crédito suplementar de que trata o "Caput" deste artigo, terá a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: Fundação Desportiva Paraense	4500
Unidade Orçamentária: Direção Geral	4501
Função: Educação e Cultura:	08
Programa: Educação Física e Desportos	46
Subprograma: Administração Geral	021
Atividade: Funcionamento da Fundação Desportiva Paraense	2.001
Natureza da Despesa:	
3.1.2.0.00-Material de Consumo	Cr\$ 1.530.000,00
3.1.3.1.00-Remuneração de Serviços	
Pessoais	Cr\$ 1.535.000,00
3.1.3.2.00-Outros Serviços e Encargos	Cr\$ 1.535.000,00

TOTAL Cr\$ 4.600.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução da presente Resolução, correrão da seguinte fonte:

I - Da anulação total da dotação diretamente arrecadada por esta entidade, a seguir discriminada consignada no orçamento vigente, conforme estabelecido no Item III, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.64.

Órgão: Fundação Desportiva Paraense	4500
Unidade Orçamentária: Direção Geral	4501
Função: Educação e Cultura	08
Programa: Educação Física e Desportos	46
Subprograma: Desporto Profissional	227
Projeto: Construção do Estádio Estadual "Cel. Alacld da Silva Nunes"	1.001
Natureza da Despesa:	
4.1.1.0.00-Obras e Instalações	Cr\$ 4.600.000,00

TOTAL Cr\$ 4.600.000,00

Art. 3º - A presente Resolução após homologada pelo Exmo. Sr. Jader Fontenelle Barbalho, Governador do Estado do Pará, terá seus efeitos retroagidos a 01 de setembro de 1983, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Reuniões do Conselho Diretor, em 17 de outubro de 1983.

OLIVIO SOUZA DA COSTA-Presidente
Conselho Diretor-FDP

DECRETO Nº 3059 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1983

Abre a Encargos Gerais do Estado - Recursos sob Supervisão da Secretaria de Estado da Fazenda, o Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 50.000.000,00 (para reforço de dotação consignada no orçamento vigente).

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o item IV, do artigo 91 da Constituição Política do Estado e com fundamento no artigo 5º da Lei nº 5.042 de 26 de outubro de 1982,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto em favor de Encargos Gerais do Estado - Recursos sob Supervisão da Secretaria de Estado da Fazenda, o Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 50.000.000,00 (cincoenta milhões de cruzeiros), destinado a reforço de dotação orçamentária:

Parágrafo Único - O Crédito Suplementar de que trata o "caput" deste artigo, terá a seguinte classificação orçamentária:

Orgão: Encargos Gerais do Estado	3100
Unid. Orç. Recursos sob supervisão da Secretaria de Estado da Fazenda	3101
Função: Administração e Planejamento	03
Programa: Administração	07
Subprograma: Administração Geral	021
Projeto: Investimentos Imobiliários	1.062
4210.00-Aquisição de Imóveis	Cr\$ 50.000.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do presente Decreto, correrão à conta do Excesso de Arrecadação estabelecido no item II do § 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Os efeitos deste Decreto retroagirão a 3 de outubro de 1983, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de dezembro de 1983.

JADER FONTENELE BARBALHO

Governador do Estado

ALDO DA COSTA E SILVA

Secretário de Estado de Administração

SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE

Secretário de Estado de Planejamento e

Coordenação Geral

ROBERTO DA COSTA FERREIRA

Secretário de Estado da Fazenda

DECRETO Nº 3060 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1983

Abre à Secretaria de Estado de Justiça, o Crédito Suplementar no valor de Cr\$..... 15.197.000,00, para reforço de dotação consignada no orçamento vigente.

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o item IV, do artigo 91 da Constituição Política do Estado e com fundamento no artigo 6º da Lei nº 5.042, de 26 de outubro de 1982,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto em favor da Secretaria de Estado de Justiça, o Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 15.197.000,00 (quinze milhões, cento e noventa e sete mil cruzeiros), destinado a reforço da dotação orçamentária.

Parágrafo Único - O Crédito Suplementar de que trata o "caput" deste artigo, terá a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: Secretaria de Estado de Justiça	1800
Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado de Justiça	1801
Função: Judiciária	02
Programa: Administração	07
Subprograma: Supervisão e Coordenação Superior	020
Atividade: Coordenação Geral e Funcionamento da Secretaria de Estado de Justiça	2.059
3120.00 - Material de Consumo	Cr\$ 1.000.000,00
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais	Cr\$ 1.383.000,00
3132.00 - Outros Serviços e Encargos	Cr\$ 12.564.000,00
Atividade: Funcionamento do Conselho Penitenciário	2.060
3132.00 - Outros Serviços e Encargos	Cr\$ 250.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do presente Decreto, correrão à conta do Excesso de Arrecadação, conforme estabelecido no item II, do § 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de dezembro de 1983.

LUCIVAL DE BARROS BARBALHO

Governador do Estado, em exercício

ALDO DA COSTA E SILVA

Secretário de Estado de Administração

SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE

Secretário de Estado de Planejamento e

Coordenação Geral

ROBERTO DA COSTA FERREIRA

Secretário de Estado da Fazenda

DECRETO Nº 3061 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1983

Abre à Secretaria de Estado de Saúde Pública, o Crédito Suplementar no valor de Cr\$.... 70.000.000,00, para reforço de dotação consignada no orçamento vigente.

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o item IV, do artigo 91 da Constituição Política do Estado e com fundamento no artigo 6º da Lei nº 5.042, de 26 de outubro de 1982,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto em favor da Secretaria de Estado de Saúde Pública, o Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de cruzeiros), destinado a reforço da dotação orçamentária.

Parágrafo Único - O Crédito Suplementar de que trata o "caput" deste artigo, terá a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: Secretaria de Estado de Saúde Pública	2000
--	------

Unid. Orç.: Secretaria de Estado de Saúde Pública 2001
 Função: Saúde e Saneamento 13
 Programa: Saúde 75
 Subprograma: Assistência Médica e Sanitária 428
 Atividade: Funcionamento do Sistema de Saúde 2.076
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos Cr\$ 70.000.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do presente Decreto, correrão à conta do Excesso de Arrecadação estabelecido no item II, § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de dezembro de 1983.

LUCIVAL DE BARROS BARBALHO
 Governador do Estado, em exercício
 ALDO DA COSTA E SILVA

Secretário de Estado de Administração
 SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE
 Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral
 ROBERTO DA COSTA FERREIRA
 Secretário de Estado da Fazenda

DECRETO Nº 3062 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1983

Abre à Assembléia Legislativa do Estado, o Crédito Suplementar no valor de Cr\$... 6.800.000,00, para reforço de dotação consignada no orçamento vigente.

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o item IV, do artigo 91 da Constituição Política do Estado e com fundamento no artigo 6º da Lei nº 5.042, de 26 de outubro de 1982,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto em favor da Assembléia Legislativa do Estado, o Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 6.800.000,00 (seis milhões e oitocentos mil cruzeiros), destinado à reforço de dotação orçamentária.

Parágrafo Único - O Crédito Suplementar de que trata o "caput" deste artigo, terá a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: Assembléia Legislativa do Estado 0100
 Unid. Orç.: Assembléia Legislativa do Estado 0101
 Função: Legislativa 01
 Programa: Processo Legislativo 01
 Subprograma: Ação Legislativa 001
 Atividade: Processamento Legislativo do Estado 2.001
 4120.00 - Equipamentos e Material Permanente Cr\$ 6.800.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do presente Decreto, correrão à conta do Excesso de Arrecadação, conforme estabelecido no item II, do § 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de dezembro de 1983.

LUCIVAL DE BARROS BARBALHO
 Governador do Estado, em exercício
 ALDO DA COSTA E SILVA

Secretário de Estado de Administração
 SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE
 Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral
 ROBERTO DA COSTA FERREIRA
 Secretário de Estado da Fazenda

DECRETO Nº 3063 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1983

Abre à Secretaria de Estado de Saúde Pública, o crédito suplementar no valor de Cr\$... 80.000.000,00, para reforço de dotação consignada no orçamento vigente.

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o item IV, do artigo 91 da Constituição Política do Estado e com fundamento no artigo 6º da Lei nº 5.042, de 26 de outubro de 1982,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto em favor da Secretaria de Estado de Saúde Pública, o crédito suplementar no valor de Cr\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros), destinado a reforço da dotação orçamentária.

Parágrafo Único - O Crédito Suplementar de que trata o "caput" deste artigo, terá a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: Secretaria de Estado de Saúde Pública 2000
 Unidade Orç.: Secretaria de Estado de Saúde Pública 2001
 Função: Saúde e Saneamento 13
 Programa: Saúde 75
 Subprograma: Assistência Médica e Sanitária 428
 Atividade: Funcionamento do Sistema de Saúde 2.076
 3120.00 - Material de Consumo Cr\$ 80.000.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do presente Decreto, correrão à conta do Excesso de Arrecadação estabelecido no item II, do § 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de dezembro de 1983.

LUCIVAL DE BARROS BARBALHO
 Governador do Estado, em exercício
 ALDO DA COSTA E SILVA

Secretário de Estado de Administração
 SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE
 Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral
 ROBERTO DA COSTA FERREIRA
 Secretário de Estado da Fazenda

DECRETO Nº 3064 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1983

Abre a Encargos Gerais do Estado - Recursos sob Supervisão da Secretaria de Estado da Fazenda, o crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.029.145.000,00, para reforço de dotação consignada no orçamento vigente.

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o item IV, do artigo 91 da Constituição Política do Estado e com fundamento no artigo 6º da Lei nº 5.042, de 26 de outubro de 1982,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto em favor de Encargos Gerais do Estado — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Estado da Fazenda, o crédito suplementar, no valor de Cr\$ 1.029.145.000,00 (um bilhão, vinte e nove milhões, cento e quarenta e cinco mil cruzeiros), destinado a reforço da dotação-orçamentária.

Parágrafo Único - O Crédito Suplementar de que trata o "caput" deste artigo, terá a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: Encargos Gerais do Estado	3100
Unidade Orçam.: Recursos sob Supervisão da Secretaria de Estado da Fazenda	3101
Função: Administração e Planejamento	03
Programa: Administração Financeira	08
Subprograma: Dívida Externa	034
Atividade: Encargos Gerais da Dívida Pública Externa	2.091
3271.00 - Juros de Dívida Contratada	Cr\$ 42.274.000,00

3272.00 - Outros Encargos de Dívida Contratada	Cr\$ 5.491.000,00
4361.00 - Amortização de Dívida Contratada	Cr\$ 978.880.000,00
Função: Assistência e Previdência	15
Programa: Previdência	82
Subprograma: Previdência Social a Inativos e Pensionistas	495
Atividade: Encargos com Inativos e Pensionistas	2.096
3259.00 - Outras Transferências a Pessoas	Cr\$ 2.500.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do presente Decreto, correrão à conta do Excesso de Arrecadação estabelecido no item II do § 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Os efeitos deste Decreto retroagirão a 27 de setembro de 1983, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de dezembro de 1983.

LUCIVAL DE BARROS BARBALHO
Governador do Estado, em exercício
ALDO DA COSTA E SILVA
Secretário de Estado de Administração
SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE
Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral
ROBERTO DA COSTA FERREIRA
Secretário de Estado da Fazenda

CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO

PORTARIA Nº 092/83 - CMG DE 02 DE DEZEMBRO DE 1983

O Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referentes ao exercício de 1982, no período de 05.12. a 03.01.84, a servidora Lucidéa Ribeiro de Oliveira, Auxiliar do Serviço de Telecomunicações, lotada na Casa Militar da Governadoria do Estado.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Casa Militar da Governadoria do Estado, 02 de dezembro de 1983.

HÉRCULES JOSÉ DA SILVA Cel. PM
Chefe da Casa Militar

(G. Reg. nº 3886)

SECRETARIAS

ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 1218 I DE 06 DE DEZEMBRO DE 1983

O Secretário de Estado de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 2.989, de 25.10.83, e

Considerando os termos do proc. nº 02201/83-SEAD.

R E S O L V E:

Colocar à disposição, até ulterior deliberação, do Ministério do Trabalho, Brasília-DF, REGINA CELI CARVALHO VILA NOVA, ocupante do cargo de Assistente Social, Código GEP-ANSAS-602.1, Classe A, lotado na Secretaria de Estado de Saúde Pública, com ônus para a referida Secretaria.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria de Estado de Administração, 06 de dezembro de 1983.

MARIA DE NAZARÉ DA SILVA CAVALCANTE
Resp. p/Secretaria de Estado de Administração

PORTARIA Nº 1241 DE 07 DE DEZEMBRO 1983

O Secretário de Estado de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 2.989, de 25.10.83, e

Considerando os termos do Processo nº 02224/83-SEAD.

R E S O L V E:

Colocar à disposição, até ulterior deliberação, do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará - IPASEP, ÁLVARO AUGUSTO JORGE E SILVA, ocupante do cargo de Médico, Código GEP-ANSM-612.1, Classe A, lotado na Secretaria de Estado de Saúde Pública, com ônus para esta Autarquia, a contar de 01.12.83.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria de Estado de Administração, 07 de dezembro de 1983.

MARIA DE NAZARÉ DA SILVA CAVALCANTE
Resp. P/Secretaria de Estado de Administração

PORTARIA Nº 1243 DE 07 DE DEZEMBRO DE 1983

O Secretário de Estado de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 2.989, de 25.10.83, e,

Considerando os termos do Processo nº 02225/83-SEAD.
R E S O L V E:

Colocar à disposição, até ulterior deliberação, do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará - IPASEP, MARIA DE FÁTIMA CORREIA SALES, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Código GEP-SA-901.1, Classe A, lotado na Secretaria de Estado de Educação, com ônus para esta Autarquia, a contar de 01.12.83.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria de Estado de Administração, 07 de dezembro de 1983.

MARIA DE NAZARÉ DA SILVA CAVALCANTE
Resp. P/Secretaria de Estado de Administração

PORTARIA Nº 1245 DE 07 DE DEZEMBRO DE 1983

O Secretário de Estado de Administração, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 2.989, de 25.10.83, e,

Considerando os termos do Processo nº 02209/83-SEAD.
R E S O L V E:

Exonerar, a pedido, de acordo com o art. 75, item 1, da lei nº 749, de 24 de dezembro de 1953, LÁZARO AUGUSTO FERNANDES FERREIRA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Código GEP-SA-901.1, Classe A, lotado na Secretaria de Estado de Administração, a contar de 05.12.83.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria de Estado de Administração, 07 de dezembro de 1983.

MARIA DE NAZARÉ DA SILVA CAVALCANTE
Resp. P/Secretaria de Estado de Administração

SEGURANÇA PÚBLICA

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 568 DE 13 DE OUTUBRO DE 1983

O Secretário de Estado de Segurança Pública, usando da competência que lhe é conferida pelo art. 1º do Dec. 2196 de 20.04.82.

R E S O L V E:

Retificando a Portaria nº 438 de 26.08.83, nos termos da diligência determinada pelo Tribunal de Contas do Estado, através do ofício nº 1370/83 de 04.10.83, Reformar, "ex-officio", na mesma graduação, de acordo com os arts. 93, 94 item II, 96 item IV, 97 e 98 da Lei nº 4525 de 09.07.74, combinados com o art. 3º da Lei nº 4802 de 01.12.78 e art. 3º do Decreto nº 2694 de 01.03.83 e mais o disposto na Resolução nº 9986 de 23.04.82 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Pará, o Soldado PM OSÓRIO JOSÉ GONÇALVES, pertencente ao Batalhão de Guardas da Polícia Militar do Pará, passando a perceber, nessa situação, os proventos anuais de Cr\$-1.345.344,00 (hum milhão, trezentos e quarenta e cinco mil trezentos e quarenta e quatro cruzeiros), assim discriminados:

Soldo de 3º Sargento	Cr\$ 58.240,00
Habilitação Militar 10%	Cr\$ 5.824,00
Gratíf. de Serviço Ativo 20%	11.648,00
Auxílio Moradia 25%	14.560,00
Categoria C 20%	Cr\$ 11.648,00
Tempo de Serviço 10%	10.192,00

Proventos Mensais	Cr\$ 112.112,00
Proventos Anuais	1.345.344,00

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ARNALDO MORAES FILHO

Secretário de Estado de Segurança Pública

(Ext. nº 0583 - Reg. nº 6051 - Dia: 14.12.83)

PORTARIA Nº 608 DE 07 DE DEZEMBRO DE 1983

O Secretário de Estado de Segurança Pública, usando da competência que lhe é conferida pelo art. 1º do Dec. 2196 de 20.04.82.

R E S O L V E:

Retificando a Portaria nº 439 de 26.08.83, nos termos da diligência determinada pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará, através do Ofício nº 1391/83 de 07.10.83, Reformar, "ex-officio", na mesma graduação, de acordo com os arts. 93, 94 item II, 96 item IV e 98 da Lei nº 4525 de 09.07.74 combinados com o art. 3º da Lei nº 4802 de 01.12.78, art. 3º do Decreto nº 2694 de 01.03.83, e mais o disposto na Resolução nº 9986/82 de 23.04.82 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Pará, o Cabo PM DAVID SAINT CLAIR LEWIS, pertencente ao Batalhão de Destacamento da PM/pa, passando a perceber, nessa situação, os proventos anuais de Cr\$-..... 1.422.216,00 (hum milhão, quatrocentos e vinte e dois mil, duzentos e dezesseis cruzeiros), assim discriminados:

Soldo de 3º Sargento	Cr\$ 58.240,00
Habilitação Militar 10%	Cr\$ 5.824,00
Gratificação de Serviço Ativo 20%	Cr\$ 11.648,00
Auxílio Moradia 25%	14.560,00
Categoria B 30%	17.472,00
Tempo de Serviço 10%	Cr\$ 10.774,00

Proventos Mensais	Cr\$ 118.518,00
Proventos Anuais	Cr\$ 1.422.216,00

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ARNALDO MORAES FILHO

Secretário de Estado de Segurança Pública

(Ext. nº 0583 - Reg. nº 6051 - Dia: 14.12.83)

PORTARIA Nº 1084 DE 07 DE NOVEMBRO

DE 1.983

O Secretário de Estado de Administração, no uso da competência que lhe foi delegada através do Decreto nº 11.158, de 14.03.79, e,

Considerando a diligência requerida pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado através do Ofício nº 1458/83 de 01.11.1983.

R E S O L V E:

APOSENTAR: de acordo com os arts. 110, § 2º da Constituição do Estado (Emenda Constitucional nº 16/81), art. 163, § 2º da Lei nº 749/53, art. 37, parágrafo único da Lei nº 4502/73, calculado na forma da Resolução nº 9986/83-TCE, CÍCERO ALVES DA SILVA, no cargo de Professor Adjunto com Supervisão, com os proventos correspondentes ao cargo em Comissão de Superintendente Adjunto da Fundação Educacional do Estado do Pará, percebendo nessa situação os proventos mensais de Cr\$... 877.140,60 (oitocentos e setenta e sete mil, cento e quarenta cruzeiros e sessenta centavos), assim discriminados, cancelando-se a Portaria nº 967 de 07.10.83.

Vencimento Integral	Cr\$ 417.686,00
Gratificação de Nível Superior - 20 %	83.537,20
Representação - 30 %	125.305,80
Adicional p/ tempo de Serviço - 40 %	250.611,60

Provento Mensal	Cr\$ 877.140,60
-----------------	-----------------

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria de Estado de Administração, 07 de novembro de 1983.

ALDO DA COSTA E SILVA

Secretário de Estado de Administração

Registrada no Tribunal de Contas, pelo Acórdão nº 13.208, de 06 de dezembro de 1.983.

IMPrensa Oficial do Estado

PORTARIA N. 130 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1983
O Diretor Presidente da Imprensa Oficial do Estado, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:
Constituir uma Comissão de Licitação composta pelos servidores desta Repartição Artur Alves Ramos - Assessor

Jurídico, José Ildone Favacho Soeiro - Diretor de Documentação e Divulgação, Nazir Rachid - Diretor Técnico e Maria da Conceição Milhomem Malato - Chefe de Gabinete, para sob a presidência do primeiro apreciarem e julgarem as propostas para aquisição de 06 (seis) aparelhos de ar condicionado, destinados ao uso desta Imprensa Oficial do Estado.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.
GILBERTO DANIN
Diretor Presidente

(G. Reg. n. 3903 - Dia 14.12.83)

ANÚNCIOS

ATLAS FRIGORÍFICO S/A
CSCLE-Nº 05.442.850/0001-63

Assembleia Geral Extraordinária Convocação

São convidados os Senhores Acionistas da Atlas Frigorífico S/A. A se Reunir em Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no próximo dia 21 de Dezembro de 1983, às 14,00 (catorze) horas, na sede da Sociedade, no lote 1 da gleba Caju Campo Alegre, Município de Santana do Araguaia, Estado do Pará a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte Ordem do dia:
a) Alteração parcial do artigo 16 do Estatuto Social
b) Outros assuntos de interesse da Sociedade.
Santana do Araguaia (pa) 05 de Dezembro de 1983.
João Carlos de Almeida Braga,
Presidente do Conselho de Administração.

Obs.: O original desta matéria foi fotografado atendendo solicitação da parte interessada
(T. nº 02780. Reg. nº 6048. Dias: 13, 14 e 15.12.83)

TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ S.A.-TELEPARÁ EMPRESA DO SISTEMA TELEBRÁS

CGC 04.815.411/0001-96
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os senhores acionistas da Telecomunicações do Pará S.A.-TELEPARÁ, convocados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 27.12.83, às 09.00 horas, na sede da sociedade, sita na Trav. Dr. Moraes nº 21, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) Aumento do Capital Social de Cr\$ 12.419.150.688,00 (doze bilhões quatrocentos e dezoito milhões cento e cinquenta mil seiscentos e oitenta e oito cruzeiros), para Cr\$ 12.681.719.487,72 (doze bilhões seiscentos e oitenta e um milhões setecentos e dezoito milhões quatrocentos e oitenta e sete cruzeiros e setenta e dois centavos), mediante a incorporação de créditos relativos a investimentos da Telecomunicações Brasileiras S.A.-TELEBRÁS.

b) Alteração dos artigos 5º e 16.

Belém 14 de dezembro de 1983

DARIO ALFREDO PINHEIRO
Presidente

(Ext. nº 0585 - Reg. nº 6053 - Dias: 14, 15 e 16.12.83)

ABC — AGROPECUÁRIA BRASIL NORTE S/A PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

São convidados os senhores acionistas para a Assembleia Extraordinária a realizar-se no dia 21 de dezembro de 1983, às 15:00 horas, em sua sede social, na Rua do Cruzeiro n. 1.145 - Icoaraci - Belém - Pa., para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Re-ratificação das deliberações tomadas em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 30.12.82 e 14.07.83, b) Eleição para preenchimento de um cargo vago no Conselho de Administração; c) Deliberação sobre a integração da Empresa no Grupo ABC, e aprovação da respectiva convenção, d) Alteração do Estatuto Social no que concerne as filiais, e) outros assuntos de interesse social.

Belém (PA), 09 de dezembro de 1983.

ALEXANDRINO GARCIA

Diretor Presidente

WILSON LUIZ DA COSTA

Diretor

(T. nº 2772. Reg. nº 6022. Dias: 12, 13 e 14.12.83)

IMPrensa Oficial do Estado COMUNICAÇÃO

A IMPrensa Oficial do Estado, através de sua Diretoria, vem tornar público para os fins de direito, que até o presente momento, não concedeu exclusividade de distribuição, nem autorizou empresa alguma a efetuar assinaturas do Diário Oficial do Estado, de vez que o assunto da distribuição do Diário Oficial do Estado, está sendo estudado com a devida preocupação do seu aprimoramento, objetivando assim, atender melhor os seus usuários.

Belém, 05 de dezembro de 1983

GILBERTO DANIN

Diretor Presidente da IOE

FAZENDA FERTIL S/A

CGC-225 CA.356.563/OC01-59

BOLSEIA INDIVIDUAL DE SUBSCRIÇÃO

Capital Autorizado	CRA-160.000.000,00
Capital Subscrito anteriormente	CRA- 31.45.110,00
Capital Subscrito nesta data	CRA-13.170.350,00
Capital a Subscriver	CRA- 55.221.540,00

POSIÇÃO DE SUBSCRIÇÃO DE 10.000.000 (dez milhões) de ações preferenciais de valor nominal de R\$2,00 (dois reais), no valor total de R\$20.000.000,00 (dez milhões de cruzado-reis), subscritos pelo FUNDO DE INVESTIMENTOS DA AMZÔNIA - FIA, e oporido pelo BANCO DA AMZÔNIA S/A - BANA, na forma do Decreto-Lei nº 1.313/74 e cuja emissão, dentro do limite de Capital Autorizado, foi autorizada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 07.12/78.

EXERCÍCIO	R\$ DE AÇÕES	TOTAL RESERVAÇÃO EM CR\$-
1983	10.000.000	CR\$ 10.000.000,00

Bolém (PA), 12 de dezembro de 1983

14
 ELETRO-OLIVEIRA LEMOS
 Rua Confiança Ltda - Cx 5162

Director Presidente

[illegible]

FAZENDA PETURU S/A

C.S.C. 04.366.563/0001-59

BOLETHM INDIVIDUAL DE SUBSCRIÇÃO

Capital Autorizado.....	CR\$ 160.000.000,00
Capital Subscrito anteriormente.....	CR\$ 11.428.110,00
Capital subscrito nesta data.....	CR\$ 11.428.110,00
Capital a Subscriver.....	CR\$ 55.221.590,00

de 1.350.000 (TRES MIL TREZENTOS E CINQUENTA) mil ações ordinárias do valor nominal de CR\$ 336.000,00 (TRES MILHES TREZENTOS E CINQUENTA MIL CIENTOS) para a Companhia, e para a Companhia Social de cada um dos detentores das ações especificadas na lista do Capital Autorizado, conforme estabelecido em 07.12.83 por decisão, assinada e assinada pelo Conselho de Administração da Companhia.

SUBSCRITOR	Nº DE AÇES	TOTAL SUBSCRITO	ASSINATURAS
MARIA REGINA GONCALVES DE MELO E SILVA	1.675.000	CR\$ 1.675.000,00	<i>[Signature]</i>
BORGIO AUGUSTO BENTES DE MELO E SILVA	1.675.000	CR\$ 1.675.000,00	<i>[Signature]</i>

FAZENDA PORTUGAL S/A

062-AT 04,366,763/0001-59

DATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO LAVRADA CONFORME O
 ART. 6.404, DE 15.12/73.

[illegible]

of August-Box 50-10-11-12

1. The first step is to identify the problem or question that needs to be answered. This involves understanding the context and the specific requirements of the task.

[illegible]

SÉRGIO AUGUSTO MONTES DE MELO
Presidente

PA, 12 de Dezembro de 1983
JUCIPA
FACILITADOR DE JESUS MUEIROS MONTEIRO
Diretor Administrativo

12 de Dezembro de 1983

FACILITADOR DE JESUS MUEIROS MONTEIRO
Diretor Administrativo



(T. n. 02785 - Reg. n. 6068 - Dia 14.12.83)

CARTÓRIO MOACYR SANTIAGO

JUIZ DE DIREITO DA PRIMEIRA (1ª) VARA DO CÍVEL E COMÉRCIO, ORFÃOS, AUSENTES E INTERDITOS DA COMARCA DE BELÉM
JUIZ: DRA. RUTEA FORTES
CARTÓRIO DO PRIMEIRO (1º) OFÍCIO DO CÍVEL E COMÉRCIO ESCRIVÃO:
MOACYR SANTIAGO

EDITAL DE CITAÇÃO

A DOUTORA RUTEA FORTES, JUIZA DE DIREITO DA PRIMEIRA (1ª) VARA DO CÍVEL E COMÉRCIO, ORFÃOS, AUSENTES E INTERDITOS DA COMARCA DE BELÉM, DO ESTADO DO PARÁ, ETC.

FAZ SABER, aos que o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que tem curso perante seu Juízo e pelo expediente do Cartório Moacyr Santiago, uma ação de "ANULAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE TÍTULO AO PORTADOR" — proc. 2132/83, requerida por LUIZ ALBERTO BATISTA NEVES, contra FINVEST S/A — Crédito Financiamento e Investimento, com sede à Rua da Passagem nº 170 — Botafogo, Rio

de Janeiro, operada nesta cidade de Belém pela Distribuidora de Valores Mobiliários: Fininvest S/A, com escritório à Trav. 1ª de Março, nº 84, na qual o requerente alega ser proprietário de uma letra de câmbio nº 02,0P-94.036-4, com vencimento para o dia 15 de dezembro de 1983, emitida pela Fininvest S/A — Crédito Financiamento e Investimento, sendo o seu valor de resgate no vencimento de Cr\$ 3.165.000,00 e valor nominal de compra de Cr\$ 1.567.339,21, que dita letra de câmbio foi extravaliada e como faz-se necessário a emissão de nova letra de câmbio pela Fininvest S/A — Crédito Financiamento e Investimento, em substituição a extravaliada, da data do vencimento da letra 02-0P-94.036-4, bem como a caducidade da mesma, para que se impeça o portador de transacionar com a aludida Letra de Câmbio, cita, por meio deste, da dita ação também os terceiros interessados, a fim de que contestem o pedido, querendo, no prazo de vinte (20) dias, contados da 1ª publicação deste em jornal local, sob pena de revella. Eu, (a) Moacyr Santiago, escrivão, datilografei e subscrevi.
Belém, 21 de novembro de 1983
RUTEA FORTES — JUIZA DE DIREITO da 1ª Vara do Cível e Comércio.

Obs.: O original desta matéria foi fotografado atendendo solicitação da parte interessada

(T. n. 02787 - Reg. n. 6069 - Dia 14.12.83)

RICOSA — RIBEIRO,
CORDEIRO
INDÚSTRIA E
COMÉRCIO S/A.

CGC/MF. —
04.905.212/0001-79

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Convidamos os Senhores Acionistas de RICOSA — RIBEIRO, CORDEIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A, para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, no dia 22 de dezembro de 1983, às 8:00 horas em sua sede social, sita na Trav. Cristóvão Colombo nº 146 — Altos — Icoaraci, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

- 1) Autorizar e homologar o aumento de Capital em Cr\$ 570.000.000,00 mediante emissão de ações bonificadas;
- 2) Alterar o Estatuto Social;
- 3) Outros assuntos de interesse social.

Icoaraci (Pa), 06 de dezembro de 1983

LEONEL DOS SANTOS CORDEIRO

Diretor Presidente

OBS: O original desta matéria foi fotografado atendendo a solicitação da parte interessada.

(T. n. 02786 - Reg. n. 6070 - Dias 14, 15 e 16.12.83)

TRANSINCA S/A

CGC-05.204.565/0001-04

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

Convidamos os Senhores Acionistas de TRANSINCA S/A, a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária a realizar-se no próximo dia 19 de dezembro de 1983, às 10:00 (dez) horas, na Sede Social da empresa sito à Rodovia BR-316, Km-10, no Município de Ananindeua, Estado do Pará. A ordem do dia será a seguinte:

- a) Transformação da Empresa em uma Sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com a correspondente alteração da denominação.
- b) Outros assuntos de interesse para a Sociedade.

Ananindeua-PA., 07 de dezembro de 1983.

ROGÉLIO FERNANDEZ FILHO

Presidente do Conselho de Administração

(Ext. nº 0552 Reg. nº 6000 Dias 08, 12 e 13.12.83)

RANORTE S/A — ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES
CGC(MF) nº 05.831.443/0001-30

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

Convidamos os Senhores Acionistas de RANORTE S/A — ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES, a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, no dia 20 de dezembro de 1983, às 10:00 horas, na sede social da empresa, sita na Rodovia BR-316, Km 4 — Município de Ananindeua, Estado do Pará, a fim de tratarem dos seguintes assuntos:

- 1) Aumento de Capital Social com aproveitamento de reservas.
- 2) Outros assuntos de interesse social.

Ananindeua, Pa., 12 de dezembro de 1983.

MARIO ABATE
Diretor

OBS: O original desta matéria foi fotografado atendendo a solicitação da parte interessada.

(Ext. nº 0564. Reg. nº 6018. Dias: 12, 13 e 14.12.83)

INSTRUMENTO PARTICULAR DE TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA "CITAG-TOCANTINS AGROINDUSTRIAL LTDA. "EM SOCIEDADE ANÔNIMA COM MUDANÇA DE SUA DENOMINAÇÃO PARA "CITAG — COMPANHIA TOCANTINS AGROINDUSTRIAL."

Pelo presente Instrumento os Srs. EDURVAL DE SOUZA COSTA, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na cidade de Recife-PE, à Praça do Entroncamento, 50 — Apt 702, portador da CI nº 218.942-SSP-PE e CIC nº 000.514.974-68, EUDO LARANJEIRAS COSTA, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na cidade de Natal — RN, à Rua Prata Cambolinas, 9224, portador da CI nº 479.127-SSP-RN e CIC nº 070.458.554-49 e WALTER ESTEVES LARANJEIRAS, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado na cidade de Natal — RN, à Rua Ponta do Calcarhar, 2113, portador da CI nº 932.250-SSP-PE e CIC nº 004.187.814-00, na qualidade de únicos sócios componentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada "CITAG-TOCANTINS AGROINDUSTRIAL LTDA.", com sede na cidade de Ananindeua-PA, à Rodovia BR-316, km 12, inscrita no CGC (MF) sob o nº 04.871.372/0001-44, com seus atos constitutivos arquivados na Mma. Junta Comercial do Estado do Pará sob o nº NIRC 15200193620, em 19.09.83 e mais MAISA — MOJU AGROINDUSTRIAL LTDA., com sede em Ananindeua — PA, à Rodovia BR-316, km 12, nº 2791, CGC (MF) nº 04.138.913/0001-20, possuidora do NIRC 15200153008, neste ato representada por seus sócios gerentes, Srs. EMERSON ALVES PINHEIRO, brasileiro, casado, arquiteto, residente e domiciliado em Belém-PA, à Rua Manoel Barata, 377 - Icoaraci, portador da CI nº 195.398-SSP-PE e CIC nº 001.733.554-04 e ANTONIO TRIGUEIRO LONDRES BARRETO, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, residente e domiciliado na cidade de Belém — PA, à Av. Conselheiro Furtado nº 2438 - Bloco "A" - Apt 801, portador da CI nº 936.763-SSP-PE e CIC nº 005.248.754-72, JOSÉ RIBAMAR TEIXEIRA DA COSTA, brasileiro, desquitado, engenheiro civil, residente e domiciliado na cidade de Belém — PA, à Av. Braz de Aguiar, 707 - Apt 207, portador da CI nº 646.537-SSP-PA e CIC nº 019.461.962-15, ALDO FERREIRA DA COSTA, brasileiro, casado, escrivão, residente e domiciliado na cidade de Recife — PE, à Rua Adalberto Elias Costa, 35, portador da CI nº 1.178.840-SSP-PE e CIC nº 172.327.834-34 e PEDRO REOVAL TEIXEIRA, brasileiro, casado, escrivão, residente e domiciliado na cidade de Belém — PA, à Passagem Matilde, 328, portador da CI nº 515.694-SSP-PA, CIC nº 071.029.412-34, resolvem, na melhor forma de direito, o seguinte: A) Aumentar o Capital Social de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) representado por 1.000.000 (um milhão) de cotas do valor nominal de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro), para Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros), representado por 8.000.000 (oito milhões) de cotas, todas no valor nominal de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma, com a subscrição de 7.000.000 (sete milhões) de cotas novas todas do valor nominal de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma, no total de Cr\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros), que são totalmente integralizadas neste ato da seguinte forma: EDURVAL DE SOUZA COSTA, subscrive e integraliza 3.460.000 (três milhões, quatrocentas e sessenta mil) cotas, no total de Cr\$ 3.460.000,00 (três milhões, quatrocentas e sessenta mil cruzeiros); EUDO LARANJEIRAS COSTA, subscrive e integraliza 70.000 (setenta mil) cotas, no total de Cr\$ 70.000,00 (setenta mil cruzeiros); VALTER ESTEVES LARANJEIRAS, subscrive e integraliza 70.000 (setenta mil) cotas, no total de Cr\$ 70.000,00 (setenta mil cruzeiros); MAISA — MOJU AGROINDUSTRIAL LTDA, subscrive e integraliza 3.280.000 (três milhões, duzentas e oitenta mil) cotas, no total de Cr\$ 3.280.000,00 (três milhões, duzentas e oitenta mil cruzeiros), sendo Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) mediante a Conferência de Bem Imóvel devidamente avaliada conforme Laudo Pericial anexo a este e aprovado pelos sócios cotistas e Cr\$ 780.000,00 (setecentas e oitenta mil cruzeiros) em dinheiro; JOSÉ RIBAMAR TEIXEIRA DA COSTA, subscrive e integraliza 100.000 (cem mil) cotas, no total de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros); ALDO FERREIRA DA COSTA, subscrive e integraliza 10.000 (dez mil) cotas, no total de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) e PEDRO REOVAL TEIXEIRA, subscrive e integraliza 10.000 (dez mil) cotas, no total de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); B) Alterar a Redação da Cláusula Décima Primeira do Contrato Social que passará a vigorar a seguinte nova redação: CLÁUSULA XI — O Capital Social é de Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros), dividido em 8.000.000 (oito milhões) de cotas todas no valor nominal de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas, assim distribuídas entre os cotistas: a) EDURVAL DE SOUZA COSTA, 4.100.000 (quatro milhões e cem mil) cotas no valor total de Cr\$ 4.100.000,00 (quatro milhões e cem mil cruzeiros); b) EUDO LARANJEIRAS COSTA, 350.000 (trezentas e cinquenta mil) cotas, no valor total de Cr\$ 350.000,00 (trezentas e cinquenta mil cruzeiros); c) MAISA — MOJU AGROINDUSTRIAL LTDA, 3.280.000 (três milhões e duzentas e oitenta mil) cotas, no valor total de Cr\$ 3.280.000,00 (três milhões e duzentas e oitenta mil cruzeiros); d) VALTER ESTEVES LARANJEIRAS, 150.000 (cento e cinquenta mil) cotas, no valor total de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros); e) JOSÉ RIBAMAR TEIXEIRA DA COSTA, 100.000 (cem mil) cotas, no valor total de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros); f) ALDO FERREIRA DA COSTA, 10.000 (dez mil) cotas, no valor total de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); g) PEDRO REOVAL TEIXEIRA, 10.000 (dez mil) cotas, no total de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros). C) Resolvem, outrossim, transformar a CITAG — TOCANTINS AGROINDUSTRIAL LTDA., em sociedade anônima de Capital Autorizado com alteração de sua denominação para CITAG — COMPANHIA TOCANTINS AGROINDUSTRIAL, e mudança da Sede Social para a Rodovia PA-150 Km 240, Estrada do Projeto Seringueira, Km 50 — Moju-PA, mantendo a sociedade anônima a mesma estrutura e integridade da sociedade transformada prosseguindo em seus negócios, sem solução de continuidade, sendo que todos os bens, direitos e obrigações da sociedade limitada automaticamente passam a constituir patrimônio da sociedade anônima por força da transformação que ora se opera, e o capital da sociedade transformada, no montante de Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros) totalmente integralizados, será representado por 8.000.000 (oito milhões) de Ações Ordinárias nominativas, todas no valor nominal de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma. D) Cada sócio receberá, no capital da sociedade anônima, número de ações igual às cotas que possuía na sociedade por cotas ora transformada, a saber: EDURVAL DE SOUZA COSTA, 4.100.000 (quatro milhões e cem mil) ações ordinárias, totalizando Cr\$ 4.100.000,00 (quatro milhões e cem mil cruzeiros); EUDO LARANJEIRAS COSTA, 350.000 (trezentas e cinquenta mil) ações ordinárias, totalizando Cr\$ 350.000,00 (trezentas e cinquenta mil cruzeiros); MAISA — MOJU AGROINDUSTRIAL LTDA, 3.280.000 (três milhões e duzentas e oitenta mil) ações ordinárias, totalizando Cr\$ 3.280.000,00 (três milhões e duzentas e oitenta mil cruzeiros); VALTER ESTEVES LARANJEIRAS, 150.000 (cento e cinquenta mil) ações ordinárias, totalizando Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros); JOSÉ RIBAMAR TEIXEIRA DA COSTA, 100.000 (cem mil) ações ordinárias, totalizando Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros); ALDO FERREIRA DA COSTA, 10.000 (dez mil) ações ordinárias, totalizando Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) e PEDRO REOVAL TEIXEIRA, 10.000 (dez mil) ações ordinárias, totalizando Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros). E) Deliberaram as partes aprovar os Estatutos Sociais da CITAG — COMPANHIA TOCANTINS AGROINDUSTRIAL — Sociedade anônima de Capital Autorizado — ESTATUTOS SOCIAIS — CAPÍTULO I — Da Denominação — Sede Objeto e Duração — Artigo 1º — CITAG — COMPANHIA TOCANTINS AGROINDUSTRIAL é uma sociedade anônima de capital autorizado, com sede na cidade de Moju e foro na cidade de Belém, Estado do Pará. § Único — A Sociedade poderá abrir, transferir ou encerrar depósitos e escritórios em qualquer ponto do território nacional, por deliberação do Conselho de Administração e obedecidos os preceitos legais. Artigo 2º — A Sociedade tem por objeto a produção e comercialização de produtos nos setores agropecuários e agroindustrial, a exploração, comercialização e exportação de madeiras, produção, comercialização e exportação de carvão bem como atividades outras afins e correlatas podendo, ainda, participar do capital de outras empresas como cotista ou acionista. Artigo 3º — O prazo de duração da sociedade é indeterminado. CAPÍTULO II — Do Capital Social e das Ações — Artigo 4º — O capital social autorizado é de Cr\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzeiros), dividido em 400.000.000 (quatrocentos milhões) de Ações Nominativas ou endossáveis, todas do valor nominal de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma, assim distribuídas: a) Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) representados por 100.000.000 (cem milhões) de Ações Ordinárias nominativas, para serem subscritas e integralizadas com recursos próprios; b) Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros) representados por 300.000.000 (trezentos milhões) de Ações Preferenciais nominativas, para serem subscritas e integralizadas com recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia — FINAM. § 1º — A Integralização das Ações Preferenciais subscritas exclusivamente pelo Fundo de Investimentos da Amazônia — FINAM, efetuar-se-á mediante o depósito da quantia correspondente em conta vinculada no Banco da Amazônia S/A — BASA, em nome da sociedade, procedendo-se à respectiva liberação imediatamente após a apresentação do comprovante de arquivamento na Junta Comercial da Ata de Reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre a Subscrição. § 2º — Nos termos do Item III do artigo 46, da Lei nº 4.728, de 14.07.65, não será conferida aos acionistas, preferência na subscrição de novas ações emitidas dentro do limite do capital social autorizado, ressalvado o disposto no parágrafo 3º do artigo 46 da mesma lei. § 3º — As ações preferenciais serão somente subscritas com recursos provenientes de incentivos fiscais, na forma da lei, caso em que se revestirão da forma nominativa e serão intransferíveis pelo prazo de 04 (quatro) anos, obedecida a sistemática prevista no artigo 19 do Decreto-lei nº 1376, de 12.12.74. § 4º — Pelo menos 2/3 (dois terços) das ações subscritas com recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia — FINAM, serão preferenciais, sem direito a voto, sendo a elas assegurada a participação integral nos resultados, nos termos do § 2º do artigo 8º, do Decreto-lei nº 1376, de 12.12.74. § 5º — A emissão e colocação de ações, nos limites do Capital Autorizado, serão sempre realizadas por deliberação do Conselho de Admi-

nistração, com audiência prévia do Conselho Fiscal, se em funcionamento. § 6º — A emissão de ações para integralização em bens ou créditos poderá ser realizada por deliberação do Conselho de Administração, independente de aprovação da Assembleia Geral, ouvido previamente o Conselho Fiscal, se em funcionamento. § 7º — As ações do capital autorizado não podem ser colocadas por valor inferior ao nominal. § 8º — A cada ação ordinária, integralizada, corresponderá um voto nas deliberações da Assembleia Geral. § 9º — As ações preferenciais são asseguradas as vantagens acumuladas de prioridade no recebimento dos dividendos e no reembolso do capital, observadas as disposições do parágrafo 4º supra. CAPÍTULO III — Da Administração da Sociedade — Artigo 5º — A sociedade será administrada por um Conselho de Administração e uma diretoria, devendo os membros serem pessoas naturais, residentes no País, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. § 1º — Findo o mandato, os administradores permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos eleitos. § 2º — Os administradores serão investidos em seus cargos mediante assinatura do termo de posse a ser lavrado no livro próprio, observadas as prescrições legais. § 3º — A remuneração dos administradores será fixada pela Assembleia Geral. SEÇÃO I — Do Conselho de Administração — Artigo 6º — O Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, será composta de 6 (seis) membros, obrigatoriamente acionistas, sendo um Presidente e os demais conselheiros sem designação específica, eleitos pela Assembleia Geral, que também poderá destituí-los. § 1º — No caso de ausência ou impedimentos temporários dos membros do Conselho de Administração, proceder-se-á da seguinte forma: a) do Presidente, os mesmos substituir-se-ão reciprocamente; b) Os Conselheiros remanescentes escolherão dentre eles, o que presidirá as reuniões do Conselho de Administração; c) Dos demais Conselheiros, os remanescentes nomearão um de seus pares para assumir internamente o cargo até o retorno do titular. § 2º — No caso de tornar-se vago qualquer cargo do Conselho de Administração, o substituto designado servirá até a primeira Assembleia Geral que elegerá o substituto definitivo para completar o mandato do substituído procedendo-se da seguinte forma, relativamente ao modo de substituição: a) do Presidente, será substituído por um Conselheiro remanescente, escolhido entre eles. b) dos demais Conselheiros, o substituto será nomeado pelos remanescentes. Artigo 7º — O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que necessário, por convocação do seu Presidente, ou substituto, de ofício ou a pedido da Diretoria. Artigo 8º — As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas e funcionarão com a presença de, no mínimo, a metade de seus membros, e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos. § Único — Em caso de empate, caberá ao Presidente ou a quem o substituir na ocasião, o voto de qualidade. Artigo 9º — Compete ao Conselho de Administração fixar a orientação geral dos negócios sociais e, em especial: a) Eleger e destituir os Diretores da Sociedade, e fixar-lhes outras atribuições além das estatutárias; b) Deliberar sobre o aumento do capital dentro do limite autorizado com a consequente emissão de ações; c) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da sociedade, solicitar informações sobre os atos ou contratos celebrados ou em via de celebração, podendo opinar sobre estes; d) Convocar Assembleia Geral; e) Manifestar-se sobre o relatório da Administração e das contas da Diretoria; f) Deliberar sobre a abertura, transferência ou encerramento de dependências. SEÇÃO II — DA DIRETORIA — Artigo 10º — A sociedade será representada por uma diretoria composta de 02 (dois) membros, acionistas ou não, indicados pelo Conselho de Administração com mandato de 03 (três) anos que desempenharão os cargos de Diretor Presidente e Diretor Superintendente. Artigo 11º — Considerar-se-ão empossados nos respectivos cargos, os Diretores cujos nomes indicados na forma do Artigo 10 foram ratificados por 2/3 (dois terços) dos acionistas com direito a voto, presentes à Reunião do Conselho de Administração. Artigo 12º — A Diretoria tem as atribuições e poderes que a lei lhe confere para assegurar o funcionamento regular da Sociedade. Artigo 13º — Cada Diretor ficará investido de amplos poderes de administração dentro do objetivo social, devendo, no entanto, os documentos que importem responsabilidade serem firmados pelos 02 (dois) Diretores ou por 01 (um) deles atuando por si e por procuração do outro. § Único — No caso de ausência dos Diretores, o Conselho de Administração elegerá os substitutos para assumirem internamente o cargo até o retorno de seus titulares ou a realização da eleição de nova Diretoria. Artigo 14º — A emissão de cheques, assinatura de contrato de empréstimos e prestação de serviços, a outorga de procurações "ad negocia e ad iudicia" os avais endossos ou penhor mercantil de títulos originados ou decorrentes de serviços prestados pela sociedade deverão obrigatoriamente serem assinados pelos 02 (dois) Diretores ou na forma procuratória definida no artigo 13. Artigo 15º — Dentro das atribuições da Diretoria e dos seus Diretores não se compreende a prática de atos alheios aos objetivos da sociedade e especificamente de prestar fiança, avais ou endossos de favor. Artigo 16º — A Diretoria reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente sempre que os interesses da administração o exigirem. Artigo 17º — A remuneração dos membros do Conselho de Administração e dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral. Os acionistas poderão especificar a remuneração de cada Conselheiro ou Diretor, ou estabelecer uma soma global para todos eles, que a dividirão livremente entre si. Artigo 18º — A responsabilidade técnica da sociedade será assumida por profissionais competentes, legalmente habilitados, a serem contratados. CAPÍTULO IV — DO CONSELHO FISCAL — Artigo 19º — O Conselho Fiscal terá as atribuições e poderes que a lei lhe confere e compor-se-á de 03 (três) membros e de suplente de igual número, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, a qual caberá fixar sua remuneração, respeitados os limites estabelecidos por lei. Artigo 20º — O Conselho Fiscal terá caráter não permanente e será instalado pela Assembleia Geral a pedido dos acionistas que representarem o número mínimo de ações para tanto exigidas por lei e cada período do seu funcionamento terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após sua instalação. Artigo 21º — A eleição, instalação, competência, deveres e responsabilidade do Conselho Fiscal serão os fixados em lei. CAPÍTULO V — DA ASSEMBLÉIA GERAL — Artigo 22º — A Assembleia Geral dos acionistas reunir-se-á ordinariamente dentro dos quatro meses seguintes ao término do exercício social e extraordinariamente sempre que os interesses da sociedade o exigirem. § Único — As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhes convidar um dos acionistas presentes para secretário. Artigo 23º — As convocações, deliberações e funcionamento das Assembleias Gerais, Ordinárias e Extraordinárias, serão regidas pelos dispositivos da legislação em vigor. CAPÍTULO VI — DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO, DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO — Artigo 24º — O ano social corresponderá ao período de 1º (primeiro) de janeiro a 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, data em que se procederá ao levantamento do balanço da Sociedade. Artigo 25º — O Lucro Líquido verificado em cada exercício após as deduções, amortizações e depreciações cabíveis, terá a seguinte destinação pela ordem: a) 5% (cinco por cento) para constituição do Fundo de Reserva Legal, até alcançar 20% (vinte por cento) do capital da sociedade; b) 25% (vinte e cinco por cento) de dividendos para as ações preferenciais; c) 25% (vinte e cinco por cento) de dividendos para as ações ordinárias; d) O saldo terá o destino que a Assembleia Geral determinar. A Diretoria somente fará jus à gratificação, após a implantação do empreendimento. CAPÍTULO VII — DA LIQUIDAÇÃO — Artigo 26º — A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei. § Único — Compete à Assembleia Geral, convocada e instalada com observância das formalidades legais, estabelecer o modo de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deve funcionar durante o período de liquidação. e) Cumpridas todas as formalidades legais para a transformação da sociedade por cotas de responsabilidade limitada CITAG — TOCANTINS AGROINDUSTRIAL LTDA, em sociedade anônima, os contratantes, reafirmando a sua vontade de transformá-la por este Instrumento e na melhor forma de direito declararam-na transformada em CITAG — COMPANHIA TOCANTINS AGROINDUSTRIAL, de acordo com os Estatutos Sociais constantes deste Instrumento por todos aceito. f) Os acionistas elegeram para compor o Conselho de Administração os seguintes senhores, todos supra qualificados: EDURVAL DE SOUZA COSTA, para Presidente do Conselho de Administração e EUDO LARANJEIRAS COSTA, VALTER ESTEVES LARANJEIRAS, JOSÉ RIBAMAR TEIXEIRA DA COSTA, ALDO FERREIRA DA COSTA e PEDRO REOVAL TEIXEIRA, para conselheiros, todos com mandato a vigorar até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 1986, permitida a reeleição, e com remuneração fixada até o limite permitido pela legislação de imposto de Renda em vigor. O Conselho de Administração, reunindo-se em apartado, elegeu para ocuparem os cargos de Diretores os Senhores EDURVAL DE SOUZA COSTA, para Diretor Presidente e JOSÉ RIBAMAR TEIXEIRA DA COSTA, para Diretor Superintendente, todos supra qualificados com mandato a vigorar até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 1986 e com honorários mensais fixados, pelos acionistas, em até o limite máximo permitido pela legislação do imposto de Renda em vigor. g) Conforme faculta a legislação vigente, os acionistas deliberaram não instalar o Conselho Fiscal. h) As publicações da sociedade, previstas em lei, serão efetuadas na Imprensa Oficial e no Jornal "A Província do Pará", sem prejuízo da eventual publicação em outros jornais. Nada mais havendo a tratar, e por acharem em perfeito acordo em tudo quanto neste Instrumento particular foi lavrado, obrigam-me a cumpri-lo integralmente, assinando-o na presença das duas testemunhas abaixo, em 06 (seis) vias de igual teor e para um só efeito.

Ananindeua (PA), 14 de novembro de 1983

EDURVAL DE SOUZA COSTA
EUDO LARANJEIRAS COSTA
VALTER ESTEVES LARANJEIRAS
P/MAISA — MOJU AGROINDUSTRIAL LTDA
EMERSON A. PINHEIRO E ANTONIO T.L. BARRETO

JOSE RIBAMAR TEIXEIRA DA COSTA
ALDO FERREIRA DA COSTA
PEDRO REOVAL TEIXEIRA

TESTEMUNHAS:
NOME: RAIMUNDO SOUSA BRANDÃO
CPF: 039.929.182-20

NOME: MARIA AUXILIADORA DE SÁ BARROS
CPF: 037.556.812-34

Junta Comercial do Estado do Pará
— JUCEPA —

Certifico que por decisão da Primeira Turma, reunida em 05/12/83, foi arquivada nesta JUCEPA, sob o nº 15300010152 a 1ª via da presente Ata de Citag — Cia. Tocantins Agroindustrial.

Belém, 05 de 12 de 1983

Alfredo Ferreira Coelho
Secretário Geral

CITAG - COMPANHIA TOCANTINS AGROINDUSTRIAL

C.G.C.: 04.871.372/0001-44

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES ORDINÁRIAS

Anexo ao instrumento particular de transformação da Sociedade por cotas de responsabilidade limitada " CITAG - TOCANTINS AGRO INDUSTRIAL LTDA ", em Sociedade Anônima com mudança de sua denominação para " CITAG - COMPANHIA TOCANTINS AGROINDUSTRIAL ".

A C I O N I S T A S	C I C / C G C	Nº DE AÇÕES	TOTAL SUBSCRITO	A S S I N A T U R A S
- EDURVAL DE SOUZA COSTA Praça do Entroncamento, 50 Aptº 702 - Recife-PE.	000.514.974-68	4.100.000	4.100.000,00	<i>Edurval de Souza Costa</i>
- BUDO LARANJEIRAS COSTA Rua Praia Camboinhas, 9224 Natal-RN.	070.458.554-49	350.000	350.000,00	<i>Budo Laranjeiras Costa</i>
- VALTER ESTEVES LARANJEIRAS Rua Ponta do Calcanhar, 2113 Natal-RN.	004.187.814-00	150.000	150.000,00	<i>Valter Esteves Laranjeiras</i>
- JOSE RIBAMAR TEIXEIRA DA COSTA Av. Braz de Aguiar, 707 Aptº 207 - Belém-PA.	019.461.962-15	100.000	100.000,00	<i>Jose Ribamar Teixeira da Costa</i>
- ALDO FERREIRA DA COSTA Rua Adalberto Elias Costa, 35 Recife-PE.	172.327.834-34	10.000	10.000,00	<i>Aldo Ferreira da Costa</i>
- PEDRO REOVAL TEIXEIRA Passagem Matilde, 328 Belém-PA.	071.029.412-34	10.000	10.000,00	<i>Pedro Reoval Teixeira</i>
- MAISA-MOJG AGROINDUSTRIAL LTDA Rodovia Br-316 - Km 12 Ananindeua-PA.	04.138.913/0001-20	3.280.000	3.280.000,00	<i>Maissa-Mojg Agroindustrial Ltda</i>
T O T A I S		8.000.000	8.000.000,00	

Edurval de Souza Costa
EDURVAL DE SOUZA COSTA
Diretor Presidente
CPF : 000.514.974-68

Jose Ribamar T. da Costa
JOSE RIBAMAR TEIXEIRA DA COSTA
Diretor Superintendente
CPF : 019.461.962-15

Ananindeua (PA), 14 de novembro de 1983.

Claudio Antonio Gonçalves Barreiros
Claudio Antonio Gonçalves Barreiros
Técnico Responsável - RC-PA. 4028
CIC 002136082-00

Junta Comercial do Estado do Pará
— JUCEPA —

Certifico que, por decisão da Primeira Turma, reunida em 05/12/83, foi arquivada nesta JUCEPA, sob o nº 15300010152 a 1ª via da presente Ata de Citag — Cia. Tocantins Agroindustrial.

Belém, 05 de 12 de 1983
Alfredo Ferreira Coelho
Secretário Geral

OBS: O original desta matéria foi fotografado atendendo a solicitação da parte interessada.

(T. n. 02787 - Reg. n. 6069 - Dia 14.12.83)

AGRIMASA- AGRICOLA MARANHENSE S/A
CGC/MF-Nº 07.140.734/0001-15

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de agosto de 1983, às 10,00 horas, na sede Social, à Rua Manoel Barata 704, em Belém, Estado do Pará, com a presença de todos os seus membros. Deliberações tomadas: Autorização para deliberar sobre a emissão e subscrição de 6.000.000 (Seis milhões) de ações Ordinárias, destinada esta subscrição pelo acionista ao portador de ação Ordinária Waldir João da Silva Monteiro Júnior, em moeda corrente, conforme efetuado no Banco da Amazônia S/A - Base, correspondente a Cr\$6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros). Colocada em discussão e votação, a emissão de Ações Ordinárias, foi autorizada por proposta do Sr. Presidente, a reunião foi suspensa pelo tempo necessário à tomada da assinatura no Boletim de subscrição junto ao Acionista Waldir João da Silva Monteiro Júnior, sendo reaberta a sessão após cumprida as providências necessárias foi lavrada a ata dos trabalhos que, depois de lida e achada conforme, foi assinada pelo Presidente, Belém Pará 25 de agosto de 1983. (aa) Waldir João da Silva Monteiro Júnior-Presidente do Conselho, Walter da Silva Monteiro e Waldir João da Silva Membros.

O Extrato está conforme a Ata que se refere.

Waldir João da Silva Monteiro Júnior
Diretor Presidente

Junta Comercial do Estado do Pará-JUCEPA- Certifico que por decisão da segunda turma, reunida em 01-09-83, foi arquivada nesta JUCEPA sob o nº 1562-83, a 1ª via da presente ata de agrimasa agrícola Maranhense S/A.

Belém 12 de setembro de 1983.
Alfredo Ferreira Coelho
Secretário Geral.

(T. n. 02784 - Reg. n. 6066 - Dia 14.12.83)

ETN — ESTALEIRO TÉCNICO NAVAL S/A

CGC 04.896.866/0001-83

Ata de reunião de Assembléia Geral Extraordinária, realizada às 15,00 horas do dia 07 de dezembro de 1983, à Tv, do Cruzeiro, 1229 - Icoaraci-Pa,

A Assembléia foi legalmente convocada por edital publicado no Diário Oficial do Estado do Pará, e no Jornal A Província do Pará, edições de 29, 30 de novembro e 01 de dezembro de 1983, Assumiu a presidência o acionista Carlos Alberto Câmara de Souza, que constatou no livro "Presença de Acionistas" número legal para deliberações, Convidou a mim Vitor Renato de Miranda Pinto, para secretariar os trabalhos, Foi efetuada a leitura do edital de convocação, A seguir foi procedida a eleição de mais 01 (um) Diretor em substituição ao Diretor Industrial que antes renunciara, Foi eleito o sr, Carlos Alberto Camara de Souza Jr, brasileiro, solteiro, administrador de Empresas, carteira de identidade nº PA/463-137-SEUP e CIC (MF) 158029492-87, residente e domiciliado nesta cidade à Av,

Nazaré, 982, Ed, Santa Lucia, Aptº 801, bl "A", cujo mandato será até 30 de abril de 1984, percebendo o pró-labore mensal Cr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), Nada mais havendo a tratar e como ninguém mais se manifestasse, o sr, Presidente autorizou a lavratura da presente ata, que após lida e aprovada, val assinada pelos presentes,

Belém, 07 de dezembro de 1983

Confere com o original transcrito no livro próprio,

CARLOS ALBERTO CAMARA DE SOUZA

-Presidente

VITOR RENATO DE MIRANDA PINTO

Secretário

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

—JUCEPA—

Certifico que, por decisão da Segunda Turma, reunida em 13.12.83, foi arquivada nesta JUCEPA sob o nº 1934-83 a 1ª via da presente Ata de ETN - Estaleiro Tec Naval S/A,

Belém, 12 de dezembro de 1983

ALFREDO FERREIRA COELHO

Secretário Geral

(T. nº 02776 - Reg. nº 6042 - Dia - 14,12,83)

**AGRO PECUÁRIA
JATOBÁ S/A.**

CGC (MF) 05.429.222/0001-23

Convidam-se os Senhores Acionistas, a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, a ser realizada em 22 de dezembro de 1983, na sede social, sita no Município de Conceição do Araguaia, Estado do Pará, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

a) Aumento do Capital Social Autorizado para Cr\$ 1.500.000,00;

b) Outros assuntos de Interesse social.

Conceição do Araguaia, (PA), 13 de dezembro de 1983.

(T. nº 02781 - Reg. nº 6056 - Dias: 14, 15 e 16.12.83)

**ETE — ENGENHARIA DE
TELECOMUNICAÇÕES E
ELETRICIDADE S/A.**

CGC/MF Nº 04962.478/0001-53

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 1983, LAVRADA NOS TERMOS DO PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 130 DA LEI Nº 6.404/76.

1) Data, hora e local das Assembléias: às 10 horas do dia 14 de setembro de 1983, na sede social, na Rua Serzedelo Correa, nº 981, nesta cidade. 2) Mesa Diretora: Presidente o acionista Sr. Daniel da Costa Mendes e Secretário o acionista Sr. David da Costa Mendes. 3) Convocação: Por avisos pessoais feitos aos senhores acionistas. 4) Acionistas presentes e quorum: 5 (cinco) acionistas titulares de 100% (cem por cento) do capital social. Deliberações aprovadas: Por unanimidade dos acionistas presentes, foram tomadas as seguintes deliberações: a) Alterar o encerramento do exercício social de 30 de setembro para 31 de dezembro de cada ano, modificando-se o artigo 17 dos Estatutos Sociais que passa a ter a seguinte redação: "Artigo 17: O exercício social terminará sempre em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o Balanço Geral e o Inventário, com a observância das prescrições legais. Parágrafo Único: A Diretoria poderá, quando julgar conveniente, levantar balanço trimestral ou periódico, distribuindo ou não dividendos provisórios: b) Alterar o artigo 7º, referente a reunião da Assembléia Geral Ordinária que passa a ter a seguinte redação: "Artigo 7º: Até 30 de abril de cada ano, reunir-se-á a Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas, a qual deliberará sobre o relatório, contas e gestão da diretoria, eleição da diretoria e sua remuneração, e votará o montante do dividendo distribuído, observado o disposto no artigo 19, e a época do seu pagamento, bem como deliberará a destinação e a aplicação do saldo do lucro líquido do exercício." Os parágrafos 1º e 2º do referido artigo permanecem inalterados. c) Alteração do parágrafo 3º do artigo 9º que passa a ter a seguinte redação: "Artigo 9º - Parágrafo 3º: Os mandatos dos Diretores terminarão sempre em 30 de abril, seguinte à eleição que se procedeu de janeiro a abril, de forma que no citado dia de cada período eletivo, haverá o término e o início da gestão dos diretores." d) Como consequência das alterações acima realizadas, o mandato da Diretoria em exercício, que terminaria na Assembléia Geral que apreciaria o Balanço do exercício a ser encerrado em 30 de setembro do corrente ano, fica prorrogado até a Assembléia Geral que apreciar o Balanço Geral a ser levantado em 31 de dezembro do corrente. 6) Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos para a lavratura da presente ata que, depois de lida e aprovada foi por todos assinada. Belém, 14 de setembro de 1983. (ass.) ETE - Administrações e Participações Ltda. por seu sócio gerente Daniel da Costa Mendes - Daniel da Costa Mendes - Maria de Nazaré Diniz da Costa Mendes - David da Costa Mendes - Hercília Ribeiro Mendes.

A presente é cópia fiel extraída do Livro Próprio.

DANIEL DA COSTA MENDES

ETE — ADMINISTRAÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA
DANIEL DA COSTA MENDES

MARIA DE NAZARÉ DINIZ DA COSTA MENDES
DAVID DA COSTA MENDES
HERCILIA RIBEIRO MENDES

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ—
—JUCEPA—

Certifico que, por decisão da Primeira Turma, reunida em 12.12.83, foi arquivada nesta JUCEPA sob o nº 1923-83, a 1ª via da presente Ata de ETE - Eng. de Telecom. e Eletricidade S/A.

Belém, 12.12.1983
ALFREDO FERREIRA COELHO
Secretário Geral
(Ext nº 0587, Reg. nº 6055 - Dia, 14/12/83)

EDITAIS ADMINISTRATIVOS

IMPrensa Oficial do Estado

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N. 004/83

Cumprindo ordens do Sr. Diretor Presidente desta Autarquia, fica aberta pelo prazo de 08 (oito) dias a contar da data da primeira publicação, a Tomada de Preços para aquisição de 03 (três) aparelhos de ar condicionado de 30.000 BTUS - 01 (um) aparelho de ar condicionado de 20.000 BTUS e 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 12.000 BTUS, sendo a entrega imediata e condições de pagamento: preço à vista em 4 prestações, destinados ao uso desta Imprensa Oficial do Estado:

OBSERVAÇÕES:

1ª) - Não serão aceitas as propostas que apresentarem variantes de características, ou, que fizerem referência a proposta de outros concorrentes, e, ainda contiverem emendas, rasuras ou borrões.

2ª) - Os proponentes deverão apresentar o Certificado de Registro Cadastral da Secretaria de Estado de Administração - SEAD.

3ª) - As propostas deverão ser apresentadas em 3 (três) vias, datilografadas em apenas um lado, em papel timbrado da firma.

4ª) - As propostas deverão ser encerradas em envelope lacrado, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres: Tomada de Preços n. 004/83.

5ª) - As propostas deverão ser encaminhadas à Diretoria de Administração desta Repartição, sito à Trav. do Chaco s/n., juntamente com a documentação necessária, esta em envelope separado, com a devida especificação, até às 12:00 horas do dia 21.12.83 e serão abertas às 15:30 horas do mesmo dia. Imprensa Oficial do Estado, em 14 de dezembro de 1983.

ARTUR ALVES RAMOS

Presidente da Comissão de Licitação

VISTO:

GILBERTO DANIN
Diretor Presidente da I.O.E.

(G. Reg. n. 3904 - Dia 14.12.83)

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL SEPLAN

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio SEPLAN n. 191/83 - FUNDEPARÁ — IFE (PRAM), firmado entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN e o Sindicato dos Carregadores e Ensacadores de Café de Belém.

Objeto: Proporcionar recursos ao Órgão Beneficiário, como colaboração financeira do Governo do Estado do Pará, para fazer às despesas com o projeto "Apoio Financeiro à Administração do Sindicato dos Carregadores e Ensacadores de Café de Belém".

Fundamento Legal: Lei n. 4.583, de 24.09.75, combinado com a Resolução n. 001/83 - CSD, do Conselho Superior de Desenvolvimento homologada pelo Decreto n. 2.749 de 14.03.83.

Classificação da Despesa: 32.00 - 31.02 - FUNDEPARÁ — 03.09.183.1.078 - 4130.00 - Investimentos em Regime de Execução Especial.

Nota de Empenho: n. 225 de 31.10.83.

Valor: Cr\$-1.250.000,00 (hum milhão e duzentos e cinquenta mil cruzeiros).

Vigência: Até 31 de dezembro de 1983.

Assinatura: Pela SEPLAN: Simão Robison Oliveira Jatene, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral.

Pelo Sindicato: Nelson da Silva Santiago, Presidente do Sindicato dos Carregadores e Ensacadores de Café de Belém.

Visto:

ANA LÚCIA DE ARAÚJO HAGE AMARO
Chefe de Gabinete - SEPLAN—PA

(Ext. n. 0584 - Reg. n. 6052 - Dia 14.12.83)

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio SEPLAN n. 192/83 - FUNDEPARÁ — IFE (PRAM), firmado em 31.10.83, entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN e o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado do Pará.

Objeto: Proporcionar recursos ao Órgão Beneficiário como colaboração financeira do Governo do Estado do Pará para fazer face às despesas com a execução do projeto "Apoio Financeiro à Administração do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado do Pará", sediado no Município de Belém.

Fundamento Legal: Lei n. 4.583, de 24.09.75, combinado com a Resolução n. 001/83 - CSD, do Conselho Superior de Desenvolvimento, homologada pelo Decreto n. 2.749, de 14.03.83.

Classificação da Despesa: 32.00 - 32.01 - FUNDEPARÁ — 03.09.183.1.078 - 4130.00 - Investimentos em Regime de Execução Especial.

Nota de Empenho: N. 226, de 31.10.83.

Valor: Cr\$-1.250.000,00 (hum milhão e duzentos e cinquenta mil cruzeiros)

Vigência: Até 31 de dezembro de 1983.

Assinatura: Pela SEPLAN: Simão Robison Oliveira Jatene, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral.

Pelo Sindicato: Luiz Gonzaga da Costa Evangelista, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado do Pará.

Visto:

ANA LÚCIA DE ARAÚJO HAGE AMARO
Chefe de Gabinete - SEPLAN — PA
(Ext. n. 0584 - Reg. n. 6052 - Dia 14.12.83)

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio SEPLAN n. 193/83 - FUNDEPARÁ — PME, firmado em 04.11.83, entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN e o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem, com a interveniência da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN e da Prefeitura Municipal de Belém - PMB.

Objeto: Proporcionar recursos financeiros ao Órgão Executor, visando a execução do projeto "Restauração do Pavimento de Concreto da Av. Almirante Barroso, trecho São Bráz - Dr. Freitas", no município de Belém.

Fundamento Legal: Lei n. 4.583, de 24.09.75 e do Convênio EBTU n. 030/83, de 14.09.83, firmado em Brasília, entre o Governo Federal, o Governo do Estado do Pará e a PMB, com a interveniência da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes, da SEPLAN—Pa., e da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos.

Classificação da Despesa: 32.00 - 32.01 - FUNDEPARÁ — 16.88.183.1.084 - 4130.00 - Investimentos em Regime de Execução Especial.

Nota de Empenho: N. 228 de 04.11.83.

Valor: Cr\$-60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros).

Vigência: Até 31 de dezembro de 1983.

Assinatura pela SEPLAN: Simão Robison Oliveira Jatene, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral.

Pelo DER — José Augusto Soares Affonso, Diretor Geral do Departamento Municipal de Estradas de Rodagem.

Pela SEFIN — João Roberto Mendes Cavalleiro de Macêdo, Secretário Municipal de Finanças.

Pela PMB — Almir José de Oliveira Gabriel, Prefeito Municipal de Belém.

VISTO:

ANA LÚCIA DE ARAÚJO HAGE AMARO
Chefe de Gabinete - SEPLAN — PA

(Ext. n. 0584 - Reg. n. 6052 - Dia 14.12.83)

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio SEPLAN n. 194/83 - FUNDEPARÁ — PME, firmado em 04.11.83, entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN e o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem, com a interveniência da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN e da Prefeitura Municipal de Belém - PMB.

Objeto: Proporcionar recursos financeiros ao Órgão Executor, visando a execução do projeto "Restauração da Drenagem e Pavimento Flexível da Av. Almirante Barroso, trecho Dr. Freitas - Tavares Bastos", no Município de Belém.

Fundamento Legal: Lei n. 4.583, de 24.09.75 e do Convênio EBTU n. 030/83, de 14.09.83, firmado em Brasília, entre o Governo Federal, o Governo do Estado do Pará e a PMB, com a interveniência da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes,

da SEPLAN — Pa. e da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos.

Classificação da Despesa: 32.00 - 32.01 - FUNDEPARÁ — 16.88.183.1.084 - 4130.00 - Investimentos em Regime de Execução Especial.

Nota de Empenho: N. 229 de 04.11.83.

Valor: Cr\$-140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de cruzeiros).

Vigência: Até 31 de dezembro de 1983.

Assinatura pela SEPLAN: Simão Robison Oliveira Jatene, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral.

Pelo DER — José Augusto Soares Affonso, Diretor Geral do Departamento Municipal de Estradas de Rodagem.

Pela SEFIN — João Roberto Mendes Cavalleiro de Macêdo, Secretário Municipal de Finanças.

Pela PMB — Almir José de Oliveira Gabriel, Prefeito Municipal de Belém.

VISTO:

ANA LÚCIA DE ARAÚJO HAGE AMARO

Chefe de Gabinete - SEPLAN — PA

(Ext. n. 0584 - Reg. n. 6052 - Dia 14.12.83)

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio SEPLAN n. 195/83 - FUNDEPARÁ — PME, firmado em 07.11.83, entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN e a Secretaria Municipal de Obras - SEOB, com a interveniência da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN e da Prefeitura Municipal de Belém - PMB.

Objeto: Proporcionar recursos financeiros ao Órgão Executor, visando a execução do projeto "Implantação da Av. Pedro Miranda, trecho Lomas Valentinas - Dr. Freitas", no Município de Belém.

Fundamento Legal: Lei n. 4.583, de 24.09.75 e do Convênio EBTU n. 030/83, de 14.09.83, firmado em Brasília, entre o Governo Federal, o Governo do Estado do Pará e a PMB, com a interveniência da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes, da SEPLAN — PA., e da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos.

Classificação da Despesa: 32.00 - 32.01 - FUNDEPARÁ — 16.88.183.1.084 - 4130.00 - Investimentos em Regime de Execução Especial.

Nota de Empenho: N. 232 de 08.11.83.

Valor: Cr\$-354.744.740,00 (trezentos e cinquenta e quatro milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, setecentos e quarenta cruzeiros).

Vigência: Até 31 de dezembro de 1983.

Assinatura pela SEPLAN: Simão Robison Oliveira Jatene, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral.

Pela SEOB: Ubirajara Marques de Oliveira, Secretário Municipal de Obras.

Pela SEFIN: João Roberto Mendes Cavalleiro de Macêdo, Secretário Municipal de Finanças.

Pela PMB: Almir José de Oliveira Gabriel, Prefeito Municipal de Belém.

VISTO:

ANA LÚCIA DE ARAÚJO HAGE AMARO

Chefe de Gabinete - SEPLAN — PA

(Ext. n. 0584 - Reg. n. 6052 - Dia 14.12.83)

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio SEPLAN n. 196/83 - FUNDEPARÁ — IFE — PRAM, firmado em 07.11.83, entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN e a Associação Cultural Recreativa Nove Balões.

Objeto: Proporcionar recursos ao Órgão-Beneficiário, como colaboração financeira do Governo do Estado do Pará, para fazer face às despesas com o projeto "Reforma da Sede da Associação Cultural Recreativa Nove Balões", localizada no Município de Bragança.

Fundamento Legal: Lei n. 4.583 de 24.09.75 e no Decreto n. 9.483, de 02.02.76, combinado com a Resolução n. 001/83 - CSD, do Conselho Superior de Desenvolvimento homologada pelo Decreto n. 2.749, de 14.03.83.

Classificação da Despesa: 32.00 - 32.01 - FUNDEPARÁ — 03.09.183.1.078 - 4130.00 - Investimentos em Regime de Execução Especial.

Nota de Empenho: N. 231 de 07.11.83.

Valor: Cr\$-700.000,00 (setecentos mil cruzeiros).

Vigência: Até 31 de dezembro de 1983.

Assinatura pela SEPLAN: Simão Robison Oliveira Jatene, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral.

Pela A.C.R. — Arlindo Maximino da Silva Lima, Presidente da Associação Cultural Recreativa Nove Balões.

VISTO:

ANA LÚCIA DE ARAÚJO HAGE AMARO

Chefe de Gabinete - SEPLAN — PA

(Ext. n. 0584 - Reg. n. 6052 - Dia 14.12.83)

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio SEPLAN n. 197/83 - FUNDEPARÁ — IFE (PRAM), firmado em 04.11.83, entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN e o Sindicato dos Economistas do Estado do Pará.

Objeto: Proporcionar recursos ao Órgão Beneficiário, como colaboração financeira do Governo do Estado do Pará, para fazer face às despesas com o projeto "Apoio Financeiro à Administração do Sindicato dos Economistas do Estado do Pará", sediado no Município de Belém.

Fundamento Legal: Lei n. 4.583, de 24.09.75 e no Decreto n. 9.483, de 02.02.76, combinado com a Resolução n. 001/83 - CSD, do Conselho Superior de Desenvolvimento, homologada pelo Decreto n. 2.749, de 14.03.83.

Classificação da Despesa: 32.00 - 32.01 - FUNDEPARÁ — 03.09.183.1.078 - 4130.00 - Investimentos em Regime de Execução Especial.

Nota de Empenho: N. 238 de 11.11.83.

Valor: Cr\$-1.250.000,00 (um milhão e duzentos e cinquenta mil cruzeiros).

Vigência: Até 31 de dezembro de 1983.

Assinatura: Pela SEPLAN: Simão Robison Oliveira Jatene, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral.

Pelo Sindicato: Raymundo Lino Dias, Presidente do Sindicato dos Economistas do Estado do Pará.

Visto:

ANA LÚCIA DE ARAÚJO HAGE AMARO

Chefe de Gabinete

SEPLAN — PA

(Ext. n. 0584 - Reg. n. 6052 - Dia 14.12.83)

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio SEPLAN n. 198/83 - FUNDEPARÁ — IFE — (PRAM), firmado em 04.11.83, entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará.

Objeto: Proporcionar recursos ao Órgão Beneficiário, como colaboração financeira do Governo do Estado do Pará, para fazer face às despesas com o projeto "Apoio Financeiro à Administração do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará" sediado no Município de Belém.

Fundamento Legal: Lei n. 4.583, de 24.09.75 e no Decreto n. 9.483, de 02.02.76, combinado com a Resolução n. 001/83 - CSD, do Conselho Superior de Desenvolvimento homologada pelo Decreto n. 2.749, de 14.03.83.

Classificação da Despesa: 32.00 - 32.01 - FUNDEPARÁ — 03.09.183.1.078 - 4130.00 - Investimentos em Regime de Execução Especial.

Nota de Empenho: N. 237 de 10.11.83.

Valor: Cr\$-1.250.000,00 (um milhão duzentos e cinquenta mil cruzeiros).

Vigência: Até 31 de dezembro de 1983.

Assinatura: Pela SEPLAN: Simão Robison Oliveira Jatene, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral.

Pelo Sindicato: Inácio Urcezino dos Santos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará.

VISTO:

ANA LÚCIA DE ARAÚJO HAGE AMARO

Chefe de Gabinete - SEPLAN — PA

(Ext. n. 0584 - Reg. n. 6052 - Dia 14.12.83)

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio SEPLAN n. 199/83 - FUNDEPARÁ — IFE (PRAM), firmado em 04.11.83, entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN e a Prefeitura Municipal de Irituia.

Objeto: Proporcionar recursos à Prefeitura, como colaboração financeira do Governo do Estado do Pará, para fazer a face às despesas com o projeto "Aquisição de uma Área de Terra denominada Fazenda Ouro Verde, destinada à Ampliação da Sede Municipal de Irituia".

Fundamento Legal: Lei n. 4.583, de 24.09.75 e no Decreto n. 9.483, de 02.02.76, combinado com a Resolução n. 001/83 - CSD, do Conselho Superior de Desenvolvimento homologada pelo Decreto n. 2.749, de 14.03.83.

Classificação da Despesa: 32.00 - 32.01 - FUNDEPARÁ — 03.09.183.1.078 - 4130.00 - Investimentos em Regime de Execução Especial.

Nota de Empenho: N. 230 de 14.11.83.
Valor: Cr\$-5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros).

Vigência: Até 31 de dezembro de 1983.
Assinatura: Pela SEPLAN: Simão Robison Oliveira Jatene, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral.

Pela Prefeitura: José Leônidas Gonçalves de Oliveira, Prefeito Municipal de Irituia.

VISTO:

ANA LÚCIA DE ARAÚJO HAGE AMARO
Chefe de Gabinete - SEPLAN — PA

(Ext. n. 0584 - Reg. n. 6052 - Dia 14.12.83)

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio SEPLAN n. 200/83 - FUNDEPARÁ — PME, firmado em 09.11.83, entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN e a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos - EMTU.

Objeto: Proporcionar recursos financeiros ao Órgão Executor, visando a execução do projeto "Formação de Recursos Humanos para o Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana de Belém".

Fundamento Legal: Lei n. 4.583, de 24.09.75 e do Convênio EBTU n. 030/83, de 14.09.83, firmado em Brasília, entre o Governo Federal, o Governo do Estado do Pará e a Prefeitura Municipal de Belém, com a interveniência da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos, da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes da SEPLAN - Pa. e da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos.

Classificação da Despesa: 32.00 - 32.01 - FUNDEPARÁ — 16.88.183.1.084 - 4130.00 - Investimentos em Regime de Execução Especial.

Nota de Empenho: N. 235 de 10.11.83.

Valor: Cr\$-19.900.000,00 (dezenove milhões e novecentos mil cruzeiros).

Vigência: Até 31 de dezembro de 1983.
Assinatura pela SEPLAN: Simão Robison Oliveira Jatene, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral.

Pela EMTU — Affonso Lopes Freire - Diretor Presidente da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos.

VISTO:

ANA LÚCIA DE ARAÚJO HAGE AMARO
Chefe de Gabinete
SEPLAN — PA

(Ext. n. 0584 - Reg. n. 6052 - Dia 14.12.83)

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio SEPLAN n. 201/83 - FUNDEPARÁ — PME, firmado em 09.11.83, entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN e a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos - EMTU.

Objeto: Proporcionar recursos financeiros ao Órgão Executor, visando a execução do projeto "Capacitação e Aperfeiçoamento Institucional do Órgão de Gerência do Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana de Belém".

Fundamento Legal: Lei n. 4.583, de 24.09.75 e do Convênio EBTU n. 030/83, de 14.09.83, firmado em Brasília, entre o Governo Federal, o Governo do Estado do Pará e a Prefeitura Municipal de Belém, com a interveniência da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos, da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes, da SEPLAN — Pa., e da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos.

Classificação da Despesa: 32.00 - 32.01 - FUNDEPARÁ — 16.88.183.1.084 - 4130.00 - Investimentos em Regime de Execução Especial.

Nota de Empenho: N. 236 de 10.11.83.

Valor: Cr\$-44.700.000,00 (quarenta e quatro milhões e setecentos mil cruzeiros).

Vigência: Até 31 de dezembro de 1983.

Assinatura pela SEPLAN: Simão Robison Oliveira Jatene, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral.

Pela EMTU — Affonso Lopes Freire, Diretor Presidente da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos.

VISTO:

ANA LÚCIA DE ARAÚJO HAGE AMARO
Chefe de Gabinete
SEPLAN — PA

(Ext. n. 0584 - Reg. n. 6052 - Dia 14.12.83)

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio SEPLAN n. 202/83. - FUNDEPARÁ — IFE — OFR, firmado em 11.11.83, entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN e a Secretaria de Estado de Agricultura - SAGRI.

Objeto: Proporcionar recursos à SAGRI, como colaboração financeira do Governo do Estado do Pará, para fazer face às despesas com o projeto "Fomento a Culturas Alimentares no Estado do Pará", a ser executado pela SAGRI.

Fundamento Legal: Lei n. 4.583 de 24.09.75, combinada com a autorização do Exmº Sr. Presidente do Conselho Superior de Desenvolvimento.

Classificação da Despesa: 32.00 - 32.01 - FUNDEPARÁ — 03.09.183.1.078 - 4130.00 - Investimentos em Regime de Execução Especial - 32.00 - 32.01 - FUNDEPARÁ — 03.09.183.1.077 - 4130.00 - Investimentos em Regime de Execução Especial.

Nota de Provisão: Nºs 49 e 50 de 10.11.83.

Valores: Cr\$-7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros) e Cr\$-35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros).

Vigência: Até 31 de dezembro de 1983.

Assinatura pela SEPLAN: Simão Robison Oliveira Jatene, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral.

Pela SAGRI: João Batista de Melo Bastos, Secretário de Estado de Agricultura.

VISTO:

ANA LÚCIA DE ARAÚJO HAGE AMARO
Chefe de Gabinete
SEPLAN — PA

(Ext. n. 0584 - Reg. n. 6052 - Dia 14.12.83)

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio SEPLAN n. 203/83 - FUNDEPARÁ — OFR — PRAM, firmado em 01.11.83, entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN e a Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA.

Objeto: Proporcionar recursos à SEFA, como colaboração financeira do Governo do Estado do Pará, para fazer face às despesas com o projeto "Recadastramento das Empresas no Estado do Pará, para Atualização do Cadastro do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICM, a ser executado sob a coordenação da SEFA.

Fundamento Legal: Lei n. 4.583, de 24.09.75, combinada com a autorização do Exmº Sr. Presidente do Conselho Superior de Desenvolvimento.

Classificação da Despesa: 32.00 - 32.01 - FUNDEPARÁ 03.09.183.1.077 - 4130.00 - Investimentos em Regime de Execução Especial.

Nota de Provisão: N. 53 de 02.12.83.

Valor: Cr\$-24.950.000,00 (vinte e quatro milhões, novecentos e cinquenta mil cruzeiros).

Vigência: Até 31 de dezembro de 1983.

Assinatura pela SEPLAN: Simão Robison Oliveira Jatene, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral.

Pela SEFA: Roberto da Costa Ferreira, Secretário de Estado da Fazenda.

VISTO:

ANA LÚCIA DE ARAÚJO HAGE AMARO

Chefe de Gabinete

SEPLAN — PA

(Ext. n. 0584 - Reg. n. 6052 - Dia 14.12.83)

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio SEPLAN n.º 204/83 - FUNDEPARÁ/PME, firmado em 21/11/83, entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN e a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos - EMTU.

Objeto: Proporcionar recursos financeiros ao Órgão Executor, visando a execução do projeto "Informação ao Usuário do Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana de Belém".

Fundamento Legal: Lei n.º 4.583, de 24/09/75 e do Convênio EBTU n.º 030/83, de 14/09/83, firmado em Brasília, entre o Governo Federal, o Governo do Estado do Pará e a Prefeitura Municipal de Belém, com a intervenção da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos, da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes da SEPLAN-Pa. e da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos.

Classificação da Despesa: 32.00 - 32.01 - FUNDEPARÁ - 16.88.183.1.084 - 4130.00 - Investimentos em Regime de Execução Especial.

Nota de Empenho n.º 245 de 21/11/83.

Valor: Cr\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzeiros).

Vigência: até 31 de dezembro de 1983.

Assinatura pela SEPLAN: Simão Robison Oliveira Jatene, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral.

Pela EMTU: Affonso Lopes Freire, Diretor-Presidente da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos.

Visto:

ANA LÚCIA DE ARAÚJO HAGE AMARO

Chefe de Gabinete

SEPLAN/Pa.

(Ext. n.º 0584 - Reg. n.º 6052 - Dia: 14.12.83)

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio SEPLAN n.º 205/83 - FUNDEPARÁ/IFE/PRAM, firmado em 11/11/83, entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN e a Prefeitura Municipal de Juruti.

Objeto: Proporcionar recursos à Prefeitura, como colaboração financeira do Governo do Estado do Pará, para fazer face às despesas com a aquisição de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção das máquinas da COPAGRO que estão operando na execução do projeto "Restauração da Rodovia que liga a localidade de Tabatinga à Sede Municipal de Juruti".

Fundamento Legal: Lei n.º 4.583, de 24.09.75 e no Decreto n.º 9.483, de 02.02.76, combinado com a Resolução n.º 001/83-CSD, do Conselho Superior de Desenvolvimento, homologada pelo Decreto n.º. 2.749, de 14.03.83.

Classificação da Despesa: 32.00 - 32.01 - FUNDEPARÁ - 03.09.183.1.078 - 4130.00 - Investimentos em Regime de Execução Especial.

Nota de Empenho n.º 239 de 11/11/83.

Valor: Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros).

Vigência: Até 31 de dezembro de 1983.

Assinatura pela SEPLAN: Simão Robison Oliveira Jatene, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral.

Pela Prefeitura: Walter José da Silva Brito, Prefeito Municipal de Juruti.

Visto:

ANA LÚCIA DE ARAÚJO HAGE AMARO

Chefe de Gabinete

SEPLAN/Pa.

(Ext. n.º 0584 - Reg. n.º 6052 - Dia: 14.12.83)

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio SEPLAN - n.º 206/83 - FUNDEPARÁ/IFE/PRAM, firmado em 11/11/83, entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN e a Prefeitura Municipal de Aveiro.

Objeto: Proporcionar recursos à Prefeitura, como colaboração financeira do Governo do Estado do Pará, para fazer face às despesas com o projeto "Melhoria do Sistema Viário", no Município de Aveiro.

Fundamento Legal: Lei n.º 4.583, de 24.09.75, e no Decreto n.º 9.483, de 02.02.76, combinado com a Resolução n.º 001/83 - CSD, do Conselho Superior de Desenvolvimento, homologada pelo Decreto n.º... 2.749, de 14.03.83.

Classificação da Despesa: 32.00 - 32.01 - FUNDEPARÁ: 03.09.183.1.078 - 4130.00 - Investimentos em Regime de Execução Especial.

Nota de Empenho nº 240, de 11/11/83.
Valor: Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros).

Vigência: Até 31 de dezembro de 1983.
Assinatura pela SEPLAN: Simão Robison Oliveira Jatene, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral.

Pela Prefeitura: Leon Corrêa Bonillet, Prefeito Municipal de Aveiro.

Visto:

ANA LÚCIA DE ARAÚJO HAGE AMARO
Chefe de Gabinete
SEPLAN/Pa.
(Ext. nº 0584 - Reg. nº 6052 - Dia: 14.12.83)

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio SEPLAN nº 207/83 - FUNDEPARÁ/IFE/PRAM, firmado em 14/11/83, entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN e a Prefeitura Municipal de Curralinho.

Objeto: Proporcionar recursos à Prefeitura, como colaboração financeira do Governo do Estado do Pará, para fazer face às despesas com o projeto "Recuperação de uma Ponte de Acesso à Vila Recreio do Piriá", no Município de Curralinho.

Fundamento Legal: Lei nº 4.583, de 24.09.75, e no Decreto nº 9.483, de 02.02.76, combinado com a Resolução nº 001/83-CSD, do Conselho Superior de Desenvolvimento, homologada pelo Decreto nº 2.749, de 14.03.83.

Classificação da Despesa: 32.00 - 32.01 - FUNDEPARÁ; 03.09.183.1.078 - 4130.00 - Investimentos em Regime de Execução Especial.

Nota de Empenho nº 241, de 14/11/83.

Valor: Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros).

Vigência: Até 31 de dezembro de 1983.
Assinatura pela SEPLAN: Simão Robison Oliveira Jatene, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral.

Pela Prefeitura: José Assis de Oliveira Filho, Prefeito Municipal de Curralinho.

Visto:

ANA LÚCIA ARAÚJO HAGE AMARO
Chefe de Gabinete
SEPLAN/Pa.
(Ext. nº 0584 - Reg. nº 6052 - Dia: 14.12.83)

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio SEPLAN nº 208/83 - FUNDEPARÁ/IFE/PRAM, firmado em 16/11/83, entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN e a Associação Civil de Obras Sociais da Prelazia de Ponta de Pedras.

Objeto: Proporcionar recursos ao Órgão Beneficiário, como colaboração financeira do Governo do Estado do Pará, para fazer face às despesas com o projeto "Reforma do Jardim de Infância Padre Guido Fossatti", no município de Ponta de Pedras.

Fundamento Legal: Lei nº 4.583, de 24.09.75 e no Decreto nº 9.483, de 02.02.76, combinado com a Resolução nº 001/83-CSD, do Conselho Superior de

Desenvolvimento, homologada pelo Decreto nº ... 2.749, de 14/03/83.

Classificação da Despesa: 32.00 - 32.01 - FUNDEPARÁ - 03.09.183.1.078 - 4130.00 - Investimentos em Regime de Execução Especial.

Nota de Empenho nº 242, de 16/11/83.

Valor: Cr\$ 1.594.450,00 (um milhão, quinhentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e cinquenta cruzeiros).

Vigência: Até 31 de dezembro de 1983.
Assinatura pela SEPLAN: Simão Robison Oliveira Jatene, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral.

Pela Associação: Dr. Ângelo Rivato, Bispo Diocesano da Prelazia de Ponta de Pedras.

Visto:

ANA LÚCIA DE ARAÚJO HAGE AMARO
Chefe de Gabinete
SEPLAN/Pa.
(Ext. nº 0584 - Reg. nº 6052 - Dia: 14.12.83)

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio SEPLAN nº 209/83 - FUNDEPARÁ/AD. IULCLG/PRAM, firmado em 17/11/83, entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN e a Câmara Municipal de Óbidos.

Objeto: Proporcionar recursos à Câmara, como colaboração financeira do Governo do Estado do Pará, para fazer face às despesas com o projeto "Aquisição de dois Grupos Geradores para o Sistema de Distribuição de Energia Elétrica das localidades de Vila Vieira e Colônia Maranhense", no Município de Óbidos.

Fundamento Legal: Lei nº 4.583, de 24.09.75, e no Decreto nº 9.483, de 02.02.76, combinado com a Resolução nº 001/83-CSD, do Conselho Superior de Desenvolvimento, homologada pelo Decreto nº ... 2.749, de 14.03.83.

Classificação da Despesa: 32.00 - 32.01 - FUNDEPARÁ - 10.58.323.1.081 - 4130.00 - Investimentos em Regime de Execução Especial.

Nota de Empenho nº 243, de 14/11/83.

Valor: Cr\$ 8.318.000,00 (oito milhões, trezentos e dezoito mil cruzeiros).

Vigência: Até 31 de dezembro de 1983.
Assinatura pela SEPLAN: Simão Robison Oliveira Jatene, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral.

Pela Câmara: Adenyl Paixão Vieira, Presidente da Câmara Municipal de Óbidos.

Visto:

ANA LÚCIA DE ARAÚJO HAGE AMARO
Chefe de Gabinete
SEPLAN/Pa.
(Ext. nº 0584 - Reg. nº 6052 - Dia: 14.12.83)

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio SEPLAN nº 210/83 - FUNDEPARÁ/IFE/PRAM, firmado em 28/11/83, entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN e a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Estado do Pará.

Objeto: Proporcionar recursos ao Órgão Beneficiário, como colaboração financeira do Governo do Estado do Pará, para fazer face às despesas com o projeto "Restauração do Prédio da Antiga Faculdade de Direito do Pará, para sediar a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Estado do Pará", localizado no Município de Belém.

Fundamento Legal: Lei nº 4.583, de 24/09/75, e no Decreto nº 9.483, de 02/02/76, combinado com a autorização do Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior de Desenvolvimento - CSD.

Classificação da Despesa: 32.00 - 32.01 - FUNDEPARÁ - 03.09.183.1.078 - 4130.00 - Investimentos em Regime de Execução Especial.

Nota de Empenho nº 250, de 28/11/83.

Valor: Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros).

Vigência: Até 31 de dezembro de 1983.

Assinatura pela SEPLAN: Simão Robison Oliveira Jatene, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral.

Pela O.A.B. Ophir Filgueiras Cavalcante, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Pará.

Visto:

ANA LÚCIA DE ARAÚJO HAGE AMARÓ

Chefe de Gabinete

SEPLAN/Pa.

(Ext. nº 0584 - Reg. nº 6052 - Dia: 14.12.83)

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio SEPLAN nº 211/83 - FUNDEPARÁ/IFE/PRAM, firmado em 18/11/83, entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN e a Prefeitura Municipal de Senador José Porfírio.

Objeto: Proporcionar recursos à Prefeitura, como colaboração financeira do Governo do Estado do Pará, para fazer face às despesas com o projeto "Construção de uma Ponte de Madeira sobre o Rio Joã, na Estrada que liga a Sede do Município de Senador José Porfírio ao Município de Altamira".

Fundamento Legal: Lei nº 4.583, de 24.09.75, e no Decreto nº 9.483, de 02.02.76, combinado com a Resolução nº 001/83 - CSD, do Conselho Superior de Desenvolvimento, homologada pelo Decreto nº 2.749, de 14.03.83.

Classificação da Despesa: 32.00 - 32.01 - FUNDEPARÁ - 03.09.183.1.078 - 4130.00 - Investimentos em Regime de Execução Especial.

Nota de Empenho nº 244, de 18/11/83.

Valor: Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros).

Vigência: Até 31 de dezembro de 1983.

Assinatura pela SEPLAN: Frederico Aníbal da Costa Monteiro, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, em exercício.

Pela Prefeitura: Willy de Souza Viel, Prefeito Municipal de Senador José Porfírio.

Visto:

ANA LÚCIA DE ARAÚJO HAGE AMARÓ

Chefe de Gabinete

SEPLAN/Pa.

(Ext. nº 0584 - Reg. nº 6052 - Dia: 14.12.83)

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio SEPLAN nº 212/83 - FUNDEPARÁ/OFR/PRAM, firmado em 17/11/83, entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN e a Secretaria de Estado de Justiça - SEJU.

Objeto: Proporcionar recursos ao Órgão Beneficiário, como colaboração financeira do Governo do Estado do Pará, para fazer face às despesas com o projeto "Aquisição de Veículo e Aparelhos de Ar Condicionado, para atender o Fórum de Santarém", a ser executado pela Secretaria de Estado de Justiça.

Fundamento Legal: Lei nº 4.583, de 24.09.75, e no Decreto nº 9.483, de 02.02.76, combinado com a Resolução nº 001/83 - CSD, do Conselho Superior de Desenvolvimento, homologada pelo Decreto nº 2.749, de 14.03.83.

Classificação da Despesa: 32.00 - 32.01 - FUNDEPARÁ - 03.09.183.1.077 - 4130.00 - Investimentos em Regime de Execução Especial.

Nota de Provisão nº 52, de 28/11/83.

Valor: Cr\$ 9.500.000,00 (nove milhões e quinhentos mil cruzeiros).

Vigência: Até 31 de dezembro de 1983.

Assinatura pela SEPLAN: Frederico Aníbal da Costa Monteiro, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, em exercício.

Pela SEJU: Itair Sá da Silva, Secretário de Estado de Justiça.

Visto:

ANA LÚCIA DE ARAÚJO AMARÓ

Chefe de Gabinete

SEPLAN/Pa.

(Ext. nº 0584 - Reg. nº 6052 - Dia: 14.12.83)

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio SEPLAN nº 213/83 - FUNDEPARÁ/IFE/PRAM, firmado em 22/11/83, entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN e o Centro social Domingos Salim Jacob Zahluth.

Objeto: Proporcionar recursos ao Órgão Beneficiário como colaboração financeira do Governo do Estado do Pará, para fazer face às despesas com o projeto "Recuperação do Antigo Prédio onde funcionava o Posto de Puericultura, para transformá-lo em Sede do Centro Social Domingos Salim Jacob Zahluth", no Município de Primavera.

Decreto nº 9.483, de 02.02.76, combinado com a Resolução nº 001/83-CSD, do Conselho Superior de Desenvolvimento, homologada pelo Decreto nº 2.749, de 14.03.83.

Classificação da Despesa: 32.00 - 32.01 - FUNDEPARÁ - 03.09.183.1.078 - 4130.00 - Investimentos em Regime de Execução Especial.

Nota de Empenho nº 247, de 22/11/83.

Valor: Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros).

Vigência: Até 31 de dezembro de 1983.

Assinatura pela SEPLAN: Frederico Aníbal da Costa Monteiro, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, em exercício.

Pelo Centro Social: Iracema Figueiredo de Oliveira, Presidente do Centro Social Domingos Salim Jacob Zahluth.

Visto:

ANA LÚCIA DE ARAÚJO HAGE AMARO

Chefe de Gabinete
SEPLAN/Pa.

(Ext. nº 0584 - Reg. nº 6052 - Dia: 14.12.83)

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio SEPLAN nº 214/83 - FUNDEPARÁ/AD IUCLG/PRAM, firmado em 24/11/83, entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN e a Prefeitura Municipal de Irituia.

Objeto: Proporcionar recursos à Prefeitura, como colaboração financeira do Governo do Estado do Pará, para fazer face às despesas com o projeto "Preparação da Base Física para Instalação de uma Torre Repetidora de Imagem de TV", no Município de Irituia.

Fundamento Legal: Lei nº 4.583, de 24.09.75, e no Decreto nº 9.483, de 02.02.76, combinado com a Resolução nº 001/83 - CSD, do Conselho Superior de Desenvolvimento, homologada pelo Decreto nº 2.749, de 14.03.83.

Classificação da Despesa: 32.00 - 32.01 - FUNDEPARÁ - 10.58.323.1.081 - 4130.00 - Investimentos em Regime de Execução Especial.

Nota de Empenho nº 248, de 24/11/83.

Valor: Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros).

Vigência: Até 31 de dezembro de 1983.

Assinatura pela SEPLAN: Simão Robison Oliveira Jatene, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral.

Pela Prefeitura: José Leônidas Gonçalves de Oliveira, Prefeito Municipal de Irituia.

Visto:

ANA LÚCIA DE ARAÚJO HAGE AMARO

Chefe de Gabinete
SEPLAN/Pa.

(Ext. nº 0584 - Reg. nº 6052 - Dia: 14.12.83)

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio SEPLAN nº 215/83 - FUNDEPARÁ/OFR, firmado em 25/11/83, entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN e a Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas.

Objeto: Proporcionar recursos à SEVOP, como colaboração financeira do Governo do Estado do Pará, para fazer face às despesas com o projeto "Recuperação do Prédio da Secretaria de Estado da Fazenda", a ser executado pela SEVOP.

Fundamento Legal: Lei nº 4.583, de 24.09.75, combinado com a autorização do Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior de Desenvolvimento.

Classificação da Despesa: 32.00 - 32.01 - FUNDEPARÁ; 03.09.183.1.077 - 4130.00 - Investimentos em Regime de Execução Especial.

Nota de Provisão nº 51, de 25/11/83.

Valor: Cr\$ 7.973.000,00 (sete milhões, novecentos e setenta e três mil cruzeiros).

Vigência: Até 31 de dezembro de 1983.

Assinatura pela SEPLAN: Simão Robison Oliveira Jatene, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral.

Pela SEVOP: Manoel Acácio Oliveira de Almeida e Silva, Secretário de Estado da Viação e Obras Públicas.

Visto:

ANA LÚCIA DE ARAÚJO HAGE AMARO

Chefe de Gabinete
SEPLAN/Pa.

(Ext. nº 0584 - Reg. nº 6052 - Dia: 14.12.83)

ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA PARAENSE EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente Edital, que vai afixado em locais de trabalho, além de na sede social, ~~provisória~~ à rua Senador Manoel Barata nº 94, casa nº 41, e objeto de circulares dirigidas aos interessados (art 10 dos Estatutos Sociais), ficam convocados todos os associados patrimoniais, quites com suas obrigações sociais até o mês de novembro deste ano, para participarem de uma Assembléia Geral Extraordinária, que será realizada na "Casa do Comércio", à avenida Assis de Vasconcelos nº 359, Auditório, nesta capital, no próximo dia 20 (vinte) de dezembro do corrente ano e que será instalada, em primeira convocação, às 19,30 horas, com mais da metade dos sócios patrimoniais quites, e, em segunda convocação, às 20,00 horas, com qualquer número (art. 11 dos Estatutos), para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) homologar o ato da Diretoria que eliminou dos quadros sociais os sócios, cuja relação foi publicada no Diário Oficial às páginas nºs 11 (onze) do dia 18 de novembro próximo passado, cujos direitos sociais serão revertidos em favor dos demais sócios patrimoniais e beneméritos, na forma dos arts. 38 alínea "c" e 52, todos dos Estatutos Sociais, podendo, até a data dessa Assembléia Geral Extraordinária, os interessados apresentarem recurso a esse órgão soberano contra a decisão da Diretoria (art. 39 dos Estatutos), b) prestação de contas da Comissão Diretora referente ao período de julho a 18 do corrente, c) apreciação do laudo de avaliação da sede campestre, com vistas à sua oportuna alienação, que também deverá ser autorizada pela Assembléia, d) designação de nova ou confirmação da atual Comissão Diretora,

Belém, 13 de dezembro de 1983
ass. ANNA PINTO BARBOSA LOPES

Pela Com. Diretora
(T. nº 02783 - Reg. nº 6083 - Dia - 14-12-83)

ASSOCIAÇÃO CULTURAL, RECREATIVA E BENEFICENTE DOS COMERCIÁRIOS E INDUSTRIÁRIOS DE BRAGANÇA

Resumo dos Estatutos da Associação Cultural, Recreativa e Beneficente dos Comerciantes e Industriários de Bragança, aprovado em Sessão de Assembléia Geral realizada em 24 de abril de 1982.

Denominação: Associação Cultural, Recreativa e Beneficente dos Comerciantes e Industriários de Bragança-ACIB.

Sede: Cidade de Bragança, Estado do Pará.

Data da Fundação: 24 de abril de 1982.

Duração: Tempo indeterminado.

Fins: Congregar todos os integrantes das classes de comerciantes e industriários da cidade de Bragança, proporcionando-lhes meios de lazer, de cultura e de beneficência.

Fundo Social: A receita da entidade fica na dependência das arrecadações dos pagamentos das joias e mensalidades dos associados, das doações, das dotações orçamentárias da União, Estado e Município e ainda dos resultados das promoções realizadas com o objetivo de lucro.

Administração e Representação: Diretoria.

Prazo de Mandato da Diretoria: Hum (1) ano.

Responsabilidade: A entidade tem personalidade jurídica independente e distinta da de seus associados. Os sócios não respon-

dem nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações da Associação, sendo a Assembléia Geral o órgão soberano da entidade.

Dissolução: A entidade não poderá ser dissolvida senão, em casos extremos, por decisão da maioria absoluta dos membros da Assembléia Geral.

Diretoria: Presidente: Mario Barbosa dos Santos Cordeiro, brasileiro, solteiro, comerciante, domiciliado na Cidade de Bragança.

1ª Secretária: Marlene Gonçalves de Caldas, brasileira, solteira, comerciante, domiciliada na cidade de Bragança.

1º Tesoureiro: Joaquim Lucivaldo Gomes do Nascimento, brasileiro, solteiro, comerciante, residente e domiciliado na Cidade de Bragança.

Bragança, 24 de abril de 1982

a) MARIO BARBOSA DOS SANTOS CORDEIRO

Presidente

(Ext. nº 0588 - Reg. nº 6058 - Dia: 14.12.83)

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

AVISO DE EDITAL

TOMADA DE PREÇOS Nº 09/83-SEDUC

O Diretor do Departamento de Recursos Materiais da Secretaria de Estado de Educação, leva ao conhecimento das firmas interessadas, que se encontra a disposição das mesmas com os servidores Antonio Nunes da Silva Gouveia e Efraim Manassés Pinheiro no Departamento de Recursos Materiais, sito a Praça da República nº 1020, Edifício Costa Leite, 2º andar, no horário das 08,00 às 13,00 horas, e das 16,00 às 18,00 horas dos dias úteis, Edital da Tomada de Preços nº 09/83-SEDUC, para aquisição de material permanente, devendo as propostas serem abertas no dia 22/12/83, às 10,00 horas,

Belém (Pa), 13 de dezembro de 1983

REGINALDO MAURO CUNHA DÓREA

Diretor do Departamento de Recursos Materiais

VISTO — Prof. WILTON DE QUEIROZ MOREIRA

Secretário de Estado de Educação

(Ext. nº 0590 - Reg. nº 6065 - Dia - 14.12.83)

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ COSANPA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 24/83

AO CONTRATO Nº 152/81

Partes: Companhia de Saneamento do Pará e Leme Engenharia S.A.

Objeto: Prorrogação do prazo e alteração do valor do contrato original, com base no Plano de Aplicação Anual de Recursos, aprovado pelo BNH.

Data: 30.11.1983.

Assinado: Haroldo Teixeira de Araújo, Diretor Presidente da COSANPA.

Encnº João Carlos de O. Monteiro

Diretor Administrativo e Financeiro.

Engº Roberto José Ribeiro Campos - Isalina Von Grapp de Pinho - Nely Maria Bonfim.

(Ext. nº 0586 - Reg. nº 6054 - Dia: 14.12.83)

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 08 83

AO CONTRATO Nº 04 83

Partes: Companhia de Saneamento do Pará e R. R. Lobato.

Objeto: Prorrogação de prazo e alteração na Cláusula Oitava do contrato original.

Data: 30.06.1983.

Assinado: Pela COSANPA: Haroldo Teixeira de Araújo - Diretor Presidente

João Carlos de O. Monteiro - Diretor Adm. e Financeiro.

Pela Contratada: Raimundo Rodrigues Lobato

Testemunhas: Isalina Von Grapp de Pinho - Nely Maria Bonfim.

(Ext. nº 0586 - Reg. nº 6054 - Dia: 14.12.83)

IGREJA PRESBITERIANA DE TUCURUI

Resumo dos Estatutos da Igreja Presbiteriana de Tucuruí, aprovados na Assembléia Geral do dia 19 de junho de 1983,

A Igreja Presbiteriana de Tucuruí, constituída de crentes em Nosso Senhor Jesus Cristo, com sede e foro em Tucuruí, Pará, situada à Av. Lauro Sodré, 349, organizada conforme a Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil, a fim de prestar culto a Deus e praticar a fraternidade cristã, funcionando por tempo indeterminado; A administração civil é pelo Conselho, cujo presidente a representa judicial e extrajudicialmente; A Assembléia Geral, tem, entre outros, poderes para eleger e exonerar pastores, presbíteros, diáconos e outros, bem assim para aprovar estatutos da Igreja, na forma das disposições gerais, e a mesma é presidida pelo pastor da Igreja, ou pelo vice-presidente do Conselho, na ausência ou impedimento do pastor; Os rendimentos da Igreja compõem-se dos dízimos, ofertas, doações e legados, que são aplicados na manutenção dos serviços religiosos e demais fins da Igreja; Seus membros não respondem com seus bens por obrigações por ela contraídas, à exceção do tesoureiro que é subsidiariamente responsável pelas importâncias sob sua guarda, o qual é fiscalizado pela comissão de exame de contas e outros órgãos da igreja; A extinção só se dará por determinação do Presbitério a que se subordina, na forma da legislação, passando os seus bens a pertencerem a esse Presbitério; Em caso de cisma ou cisão, os bens da igreja permanecerão em poder da parte fiel à Igreja Presbiteriana do Brasil,

A) ANTONIO JOÃO DE ASSIS

Secretário "ad-hoc" da Ass. Geral

(T. nº 02782 - Reg. nº 6064 - Dia - 14-12-83)

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ - IPASEP -

EXTRATO DE CONTRATO

Contratante: - IPASEP

Contratada: - S.P.P. - Serviço de Proteção ao Patrimônio

Objeto do Contrato - O IPASEP contrata com a SPP o serviço de vigilância armada durante às vinte e quatro (24) horas do dia, e por toda semana, inclusive feriados para as áreas do conjunto Residencial Cidade Satélite Nuneslândia III etapa e Stélio Maroja, obrigando-se, para tanto a colocação de nove (09) guardas, distribuídos de três (03) em três (03), a cada oito (08) horas do dia.

Prazo: - O prazo de vigência do presente contrato é de quarenta (40) dias, com início de sua vigência, a partir de 21 de novembro, com término a 31 de dezembro do corrente ano, podendo ser prorrogado, assim convindo às partes.

Valor: - Fica o IPASEP obrigado ao pagamento à contratada, da importância de Cr\$ 158.722,00 (cento e cinquenta e oito mil, setecentos e vinte e dois cruzeiros), relativamente a cada guarda, num total de Cr\$ 1.428.498,00 (um milhão, quatrocentos e vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e oito cruzeiros), mensais.

Data da Assinatura: - 18.11.83.

LUIZ RAIMUNDO CARREIRA COSTA

Presidente do IPASEP

JOÃO BATISTA QUEMEL

Representante da Firma S.P.P. Ltda.

Testemunhas:

1 - DOMINGOS FARIAS GOMES

2 - MARIA ZULMIRA PEIXOTO RAMOS

(Ext. nº 0581 - Reg. nº 6046 - Dia: 14.12.83)

Termo Aditivo ao Contrato celebrado entre o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará - IPASEP e como Contratada, Santarém Clínicas Ltda.

O Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará - IPASEP e Santarém Clínicas Ltda., doravante neste ato denominados IPASEP e SANCLÍNICAS, respectivamente, o primeiro representado por seu Presidente Luiz Raimundo Carreira Costa, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 342.912 e CGC 000.575.682-00, devidamente autorizado pela Resolução nº 100, de 21 de maio de 1980, e a SANCLÍNICAS, representada por seu Diretor Administrativo Manoel das Graças de Souza, brasileiro, casado, Técnico de Administração, portador da Carteira de Identidade nº 155 - 2ª via - SEGUP-Pa. e CIC nº 016.853.172-00, domiciliada e residente à Trav. 7 de Setembro, nº 610, Santarém-Pará, resolvem aditar pela primeira vez o contrato firmado em 10 de fevereiro de 1983, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica acrescido ao valor do Contrato firmado em 10 de fevereiro de 1983, constante da Cláusula Quarta, Sub-Cláusula Segunda, a importância de Cr\$ 4.600.000,00 (quatro milhões e seiscentos mil cruzeiros), passando o seu valor global para Cr\$ 12.225.000,00 (doze milhões, duzentos e vinte e cinco mil cruzeiros) alteração essa decorrente de reajuste feito por ambas as partes, de comum acordo, para atender às despesas com os pagamentos relativos aos meses de Setembro a Dezembro de 1983.

CLÁUSULA SEGUNDA - As despesas decorrentes deste Termo Aditivo, correrão por conta dos recursos próprios do IPASEP e receberão a seguinte Classificação Orçamentária:

Órgão: IPASEP	4302
Unidade: Depto. de Previdência e Assistência	04
Função: Assistência e Previdência	13
Programa: Saúde	75
Subprograma: Assistência Médica e Sanitária	428
Atividade: Assistência Médico-Hospitalar aos Segurados do IPASEP.	

NATUREZA DA DESPESA

3.0.0.0: Despesas Correntes

3.1.0.0 - Despesas de Custeio

3.1.3.0 - Serviços de Terceiros e Encargos

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos

As demais cláusulas do Contrato ora ajustado permanecem inalteradas, pelo que as partes firmam o presente, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas, para todos efeitos legais.

Belém, 01 de dezembro de 1983.

LUIZ RAIMUNDO CARREIRA COSTA

Pelo IPASEP

MANOEL DAS GRAÇAS DE SOUZA

Pela SANCLÍNICA

Testemunhas:

aa) Ilegíveis

CARTÓRIO DINIZ

Reconheço as firmas supra assinaladas.

Belém, 12 de dezembro de 1983.

Em testemunho, J. V. M. C. J. da verdade.

JACYNTHO VASCONCELLOS MOREIRA

DE CASTRO JÚNIOR

Escrevente Juramentado

CPF 042260112-87

(Ext. nº 0581 - Reg. nº 6046 - Dia: 14.12.83)

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (SECÇÃO DO ESTADO DO PARÁ)

EDITAL

De conformidade com o disposto no art. 58, da Lei nº 4.215/63; faço público que requereu inscrição no Quadro de Advogados desta Secção do Pará da Ordem dos Advogados do Brasil, o bacharel em Direito: Manoel Pedro Paes da Costa. Secretaria da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Pará, em 12 de dezembro de 1983.

a) FRANCISCO BRASIL MONTEIRO - 1º Secretário

(G. Reg. nº 3899 - Dias: 14, 15 e 16.12.83)

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO N. 079 DE 19 DE MAIO DE 1983

EMENTA: Aprova Normas para autorização de funcionamento e reconhecimento de estabelecimento de ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências.

O Presidente do Conselho Estadual de Educação, usando de suas atribuições e de acordo com a decisão do Plenário em 19.05.83 (Proc. n. 623/80 - CEE) Res. n. 88/81.

RESOLVE PROMULGAR A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º - Os estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus só poderão funcionar após autorização do Conselho Estadual de Educação, concedida na forma da presente Resolução.

Parágrafo Único - Poderão funcionar Centros Interescolares ou outras modalidades diferentes de estudos integrados, mediante aprovação do Conselho Estadual de Educação.

Art. 2º - Os pedidos de autorização para funcionamento e de reconhecimento de cursos serão feitos ao Conselho Estadual de Educação, em requerimento assinado pelo representante legal da

Entidade Mantenedora do Estabelecimento de Ensino.

Art. 3º - Os pedidos de autorização para funcionamento deverão dar entrada no Conselho Estadual de Educação com toda a documentação exigida, até 90 (noventa) dias da data prevista para o início do ano letivo do estabelecimento.

Parágrafo Único - A Presidência do Conselho baixará instruções, disciplinando o recebimento, o estudo prévio do pedido quanto a documentação e outras providências a serem tomadas.

Art. 4º - A autorização será concedida a título precário pelo prazo correspondente a metade das séries pleiteadas no ensino de 1º e no 2º grau até a penúltima série de cada curso podendo os referidos prazos serem prorrogados a critério do Conselho Estadual de Educação.

§ 1º - A autorização será dada para:

1) Estabelecimentos de Ensino especialmente organizados para tal.

2) Estabelecimentos de Ensino autorizados anteriormente às Leis n. 5692 e 7044/82, reorganizados para atendimento de ensino previsto nas referidas Leis, no grau e nas séries correspondentes;

§ 2º - Para os estabelecimentos de ensino constante do item 1 do parágrafo primeiro será exigida toda a documentação constante da presente Resolução em seu artigo 5º e o atendimento das exigências constantes do artigo 6º desta Resolução.

§ 3º - Os estabelecimentos de ensino, constantes no item 2 do Parágrafo 1º ficam isentos de apresentar a seguinte documentação, já constantes do processo de autorização anterior:

1) A estabelecida no art. 5º, exceto o inciso VI desde que mantida a mesma constituição jurídica e a Entidade Mantenedora do Estabelecimento;

2) A estabelecida no art. 6º e seus incisos, à exceção do inciso IX.

§ 4º - Nos processos de autorização complementares, de qualquer grau, os estabelecimentos de ensino serão obrigados a apresentar documentação, correspondente às séries faltantes ou solicitadas, relativas aos corpos docente, administrativo e técnico, instalações físicas específicas e especiais, compreendendo-se que todo regime administrativo, didático e disciplinar **das mesmas** já esteja contido no regimento aprovado no processo inicial de implantação de novo ensino.

Art. 5º - O pedido de autorização de funcionamento deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

I - Ato de constituição do Estabelecimento

a) ato de criação;

b) comprovantes de registro dos estatutos da Entidade Mantenedora no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, para os estabelecimentos Particulares;

II - Comprovação da capacidade financeira da Entidade Mantenedora;

III - Declaração dos Corpos Técnico, Administrativo e Docente de que aceitam exercer atividades no estabelecimento.

IV - Habilitação legal do Diretor, Secretário, Orientador Educacional, Professores, Vice-Diretor, e Supervisor Escolar, os dois últimos se houver, de acordo com a legislação vigente;

V - Regimento em 4 (quatro) vias nos termos das leis n.ºs. 5692/71, 7044/82 e desta Resolução;

VI - Planta baixa de localização do prédio.

Art. 6º - Além da documentação constante do Art. 5º deverão ser atendidas as seguintes exigências que deverão constar, obrigatoriamente do Relatório de Verificação, Prévia:

I - Instalações satisfatórias, de acordo com os preceitos pedagógicos e também de higiene, com observância das condições de ventilação, iluminação, segurança e o que mais exigir o Código de Posturas Municipais ou Legislação pertinente;

II - Salas de aula adequadas, com medidas que possibilitem área mínima de 1m² por aluno, acrescida de 2m² para a banca do professor;

III - Instalações para Serviço de Orientação Educacional, para os trabalhos de escrituração escolar e arquivo, para administração, almoxarifado, em locais adequados;

IV - Instalações sanitárias;

V - Bebedouros e lavatórios;

VI - Área adequada para Educação Física, própria ou em convênio, com banheiros e vestuários;

VII - Área coberta para recreio

VIII - Material didático e escolar;

IX - Local ou Instalação especial para o ensino de conformidade com os tipos de cursos pretendidos pelo estabelecimento;

X - Valor da prestação do serviço (anuidade ou **semestralidade**) a ser paga pelos alunos das diversas séries e cursos.

Parágrafo Único - Os estabelecimentos de ensino de 2º grau que proporcionem habilitação profissional para o magistério de 1º grau, devem dispor de escola de 1º grau própria ou em convênio, autorizada ou reconhecida para o estágio do curso.

Art. 7º - O Conselho Estadual de Educação para conceder autorização ou reconhecimento, encaminhará o processo à Secretaria de Estado de Educação, para proceder a verificação prévia do estabelecimento de ensino, objetivando, constatar a existência das condições determinadas na presente Resolução.

§ 1º - O Órgão competente da Secretaria de Estado de Educação, designará uma comissão para verificação prévia, que apresentará Relatório, no qual deverá constar o atendimento de cada um dos itens dos artigos 6º e 19 desta Resolução.

§ 2º - As despesas fixadas pela Secretaria de Estado de Educação para cada caso, serão de responsabilidade da Entidade Mantenedora do Estabelecimento de Ensino.

Art. 8º - O Conselho Estadual de Educação, com base nos elementos constantes do processo, tendo em vista o disposto nas Leis n.ºs. 5692/71 e 7044/82 se pronunciará favoravelmente ou contrariamente à concessão da autorização ou do reconhecimento ao estabelecimento de ensino.

Parágrafo Único - O Conselho Estadual de Educação poderá colher outros elementos ou determinar diligências que julgar necessárias.

Art. 9º - A Entidade Mantenedora nos processos de autorização de funcionamento ou reconhecimento, deverá atender as diligências exigidas pelo Conselho a partir da notificação respectiva, até o máximo de 60 (sessenta) dias na área metropolitana de Belém, e 120 (cento e vinte)

dias no Interior do Estado, sob pena de arquivamento.

Art. 10 - O Conselho Estadual de Educação, para instruir os processos de autorização de funcionamento, poderá solicitar à Secretaria de Estado de Educação:

I - relação dos estabelecimentos que mantenham ensino do grau pretendido pelo requerente e que existam no mesmo bairro, região ou cidade, localizados num raio de um quilômetro e meio.

II - indicação da capacidade ociosa caso existente nos estabelecimentos, situados na área indicada na alínea anterior.

III - informação estatística que justifica ou não a implantação da escola ou do curso.

Art. 11 - Qualquer modificação a ser introduzida no Regimento do Estabelecimento somente poderá vigorar depois de aprovada pelo Conselho Estadual de Educação e a partir do período letivo seguinte, excetuando os casos previstos no parágrafo único do art. 16.

Art. 12 - O Conselho Estadual de Educação, sempre que nos relatórios de inspeção constatar a inobservância a dispositivos e determinações legais, poderá determinar sindicância para melhor apurar os fatos e, do seu resultado, aplicar as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Intervenção;

III - Cancelamento da autorização de funcionamento ou reconhecimento.

Parágrafo Único - Aos alunos matriculados em estabelecimento de ensino que tiver sua autorização de funcionamento ou reconhecimento cancelados, será garantida a continuidade de estudos.

Art. 13 - A extinção do estabelecimento, seja voluntária ou não implicará no recolhimento imediato, de seus arquivos pela Secretaria de Estado de Educação, a fim de zelar pela continuidade de estudos dos alunos.

Parágrafo Único - A direção deverá comunicar à Secretaria de Estado de Educação, a sua intenção de extinguir o estabelecimento de ensino.

Art. 14 - O estabelecimento de ensino que desejar transferir a sua sede, deverá, com 60 (sessenta) dias de antecedência, requerer ao Conselho Estadual de Educação a verificação de suas novas instalações, atendendo ao que dispõe o artigo 6º da presente Resolução.

Parágrafo Único - O Conselho Estadual de Educação obedecendo o disposto no artigo 7º, determinará a verificação das novas instalações e concederá transferências, desde que atendidas as exigências do Art. 6º e seus incisos, exceto os incisos VIII e X.

Art. 15 - Os estabelecimentos de ensino de 1º e 2º Graus autorizados a funcionar deverão, após decorridos os prazos de que trata o art. 4º, requerer o reconhecimento de seus cursos.

Art. 16 - O reconhecimento dos cursos abrangerá todas as situações anteriores e as decorrentes das Leis nºs 5692/71 e 7044/82.

Parágrafo Único - O estabelecimento de ensino reconhecido anteriormente à Lei n. 5692/71, deverá comprovar no prazo de 60 (sessenta) dias a

partir desta Resolução a adaptação de seu Regimento e respectivas grades curriculares, em 4 (quatro) vias perante o Conselho Estadual de Educação, para fins de expedição de Resolução específica, reafirmadora do reconhecimento de seus cursos.

Art. 17 - O ato de reconhecimento dos cursos abrangerá aqueles ministrados à época em que o mesmo ocorrer e aquele que, tendo funcionado regularmente na forma da Lei n. 5692/71, deixaram de sê-lo temporariamente, por livre determinação do estabelecimento de ensino.

Parágrafo Único - A Resolução do Conselho Estadual de Educação que reconhecer os cursos, temporariamente não em funcionamento, indicará tal circunstância, para os efeitos de validação dos diplomas que tiverem de ser expedidos.

Art. 18 - O reconhecimento dos cursos dar-se-á mediante parecer específico e Resolução do Conselho Estadual de Educação e será publicada no Diário Oficial do Estado do Pará às expensas da entidade interessada.

Art. 19 - O pedido de reconhecimento dos cursos mantidos por estabelecimento de ensino não amparado pelo parágrafo único do art. 16, far-se-á mediante:

I - Apresentação dos seguintes documentos:

a) indicação de que o Diretor, Secretário, Orientador Educacional, Professores, Vice-Diretor e Supervisor Escolar, este dois últimos se houver, são registrados ou autorizados na forma da legislação em vigor;

b) regimento do estabelecimento de ensino em 4 (quatro) vias constando em anexo os cursos em funcionamento e as respectivas grades curriculares.

II - Atendimento das seguintes exigências comprovadas no Relatório de Verificação Prévia:

a) cumprimento das condições técnico-pedagógicas definidas na autorização ou nas adaptações à Lei n. 5692/71 e nº 7044/82;

b) escrituração escolar e dos sistemas de arquivo que atendam às necessidades do estabelecimento e assegurem a verificação da identidade de cada aluno e da regularidade e autenticidade da sua vida escolar;

c) regularidade de remessa de seus relatórios anuais aos órgãos competentes da Secretaria de Estado de Educação referente ao período de vigência da autorização;

d) aprovação da anuidade ou semestralidade.

Art. 20 - O estabelecimento de ensino autorizado na forma das Leis nºs. 5692/71 e 7044/82, e que já no primeiro ano de funcionamento venha a ter instalada todas as séries de ensino de 1º ou 2º grau, o reconhecimento poderá ser requerido ao final desse ano.

Art. 21 - O estabelecimento de ensino mantenedor de curso (s) técnico (s) e profissional (ais), autorizado (s), porém não reconhecido (s), por legislação anterior às Leis nºs. 5692/71 e 7044/82, após proceder sua adaptação de acordo com o determinado na presente resolução, poderá requerer o reconhecimento de seu (s) curso (s).

Art. 22 - Configurado à época da inspeção de que o estabelecimento de ensino ainda não oferece condições que permitam o reconhecimento de seus

curso, lhe será dado o prazo máximo de 1 (hum) ano para que sejam sanadas as deficiências constatadas.

Art. 23 - Após o prazo mencionado no artigo anterior, se o estabelecimento de ensino ainda não satisfizer as exigências do reconhecimento de seu (s) curso (s) cessará automaticamente a sua autorização de funcionamento, ou a do (s) curso (s) que não tiver (em) condição (ões) para tal.

Parágrafo Único - Na ocorrência do previsto no caput deste artigo, o órgão próprio da Secretaria de Estado de Educação **deverá encaminhar os alunos** para outros estabelecimentos de Ensino a fim de garantir-lhe a continuidade de estudos.

Art. 24 - Os estabelecimentos de ensino que ainda mantenham cursos de acordo com a Lei n. 4024/61, a partir de 1984, deverão adaptá-los às Leis 5692/71 e 7044/82, devendo suas séries serem gradativamente extintas.

Art. 25 - Os serviços técnicos de Orientação Educacional e Supervisão poderão ser realizados através de atuações individuais de especialistas junto aos estabelecimentos de ensino ou através de sistemas, estes coordenados por um habilitado a nível superior correspondente à Licenciatura Plena na especialidade e, contando com o concurso da direção escolar, corpo docente e o representante da Associação de Pais e Mestres do Estabelecimento.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado de Educação, através de seu Órgão competente, baixará as normas devidas para regular o funcionamento dos sistemas de Orientação Educacional e Supervisão Escolar, podendo ainda constituir comissão de especialistas para tal fim.

Art. 26 - A Secretaria de Estado de Educação e o Conselho Estadual de Educação baixarão atos para fiscalização e outros necessários ao cumprimento integral da presente Resolução.

Art. 27 - Os casos omissos na presente Resolução serão resolvidos pelo Conselho Estadual de Educação.

Art. 28 - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Conselho Estadual de Educação do Pará, em Belém, 19 de maio de 1983.

RAYMUNDO ALBERTO PAPALÉO PAES
Presidente

(Ext. n. 0582 - Reg. n. 6047 - Dia 14.12.83)

EDITAIS JUDICIAIS

PROTESTO DE LETRAS

Faço saber por este Edital a Magazine Com. Prom. Rep. Ltda, Sandra Suely Lima Cardoso, Aldemar Jesus Cardoso, Armando Sarmento Ferreira Junior, Maria Solange Evangelista Oliveira, Francisco das Chagas Oliveira, Lazaro Cardoso de Moraes, Willian Alves Fiel, Antonio Carlos Ferreira Carvalho, Othon Pampolha Lima, Carlos Sebastião Antunes Cabral, João Evaldo Pontes Caxile, Cleide da Costa Freire, Joaquim Adelino L. da Fonseca, Jorge Francisco da Costa Freire, N. S. de Nazaré Merc. Indl. Ltda, Amaro Bernardino de Oliveira, Antonio Pereira de Oliveira, Maguari Ind. Com. Mad. Ltda., Mercantil Xingu, Instel - Inst. Eletr., Souza Com Est. Ferrgs Felix Vasques da Fonseca, Bena Pinheiro Geber, Zenobio dos Santos Oliveira, Pedro Souza Nascimento Jr, Wallace Lira, Maria de Jesus Pinheiro Moraes, Maria Ivete S. de Santana, J. Naves Cia Ltda, Nello Batista Ferreira, A P Matias e Cia Ltda, João Melo Martins, Amando Auto Acess., Coferal S/A, Francisco Rene de Andrade, Raimundo Nonato Nunes de Oliveira, Arnaldo Gestar Filho, Francisco Antonio dos Santos, Agostinho dos Santos, O Marreteiro, João Moraes de Oliveira, Amazônia Distr. Confecç. Ltda, Armando Rodrigues Carvalho, Magazines Com Prom. Rep, Ind Mad Souzalense Ltda, que foram apresentadas em meu Cartório a rua 28 de Setembro 276 da parte do Banco Itau S/A, Vasp, Banco Real S/A, Banco do Progresso, Finasa, Banco Su-

dameris Brasil, Bradesco, Banco do Estado do Pará, Sra. Dayse Martins da Silva, Banco Bamerindus Brasil, Cia Itau Inv, Banco Brasil S/A, Fundação Rubens Berta, Banco da Amazônia S/A, Banco Francês e Bras., Banco do Estado de S. Paulo S/A, Lito Record, Banco Bamerindus Brasil S/A, para apontamentos e protestos por falta de pagamento um (1) cheque, vinte e um (21) notas promissórias, seis (6) letras cambio e trinta e seis duplicatas de contas mercantis, nos valores de Cr\$ 1.466.560,00 / 60.228,00 / 220.000,00 / 198.176,00 / 30.000,00 / 30.000,00 / 30.000,00 / 30.000,00 / 1.109.641,00 / 3.250,00 / 93.650,00 / 474.742,00 / 500.000,00 / 465.136,00 / 300.000,00 / 300.475,00 / 178.717,00 / 254.128,00 / 100.380,00 / 20.000,00 / 20.000,00 / 434.760,00 / 434.760,00 / 1.108.292,00 / 34.909,68 / 147.190,00 / 8.987,00 / 14.190,00 / 64.048,50 / 64.048,50 / 157.564,00 / 543.180,00 / 69.195,84 / 463.200,00 / 11.154,51 / 32.300,00 / 142.560,00 / 44.000,00 / 78.800,00 / 48.950,00 / 146.000,00 / 76.361,00 / 25.000,00 / 26.000,00 / 289.500,00 / 289.500,00 / 70.000,00 / 22.230,00 / 123.804,65 / 824.600,00 / 57.600,00 / 71.002,00 / 4.680,00 / 380.000,00 / 59.900,00 / 666.868,00 / 95.238,42 / 500.000,00 / 78.189,37 / 305.433,90 / 204.853,33 / 1.469.265,00 / 1.469.265,00 / 33.843,00 / 183.600,00 / 92.250,00 / 76.200,00 / 76.300,00 / 76.399,00 / vencimentos vários por V, Ss, emitidas, e não pagas a favor de Liverpool, Vasp, D Ferreira, Salão dos Calçados, Finasa, Enel Eng S/A, Bradesco, Alex F,

Santos, Dayse Martins da Silva, American Express do Brasil S/A, Banco Itau Invest, Rochelle, Met, Brisdá, Ibrél, Plast, Acess, Fundação Ruben Berta, Compar, Eliseu Monteiro Chaves, Francisco Collares S/A, Mapasa, Plast Acess, Marquart, Estancia Entroncamento, Globo S/A, Lito Record, Textil El DI, Lujo Rep, Motogeral, A Phililândia, Madeplac, Tecelagem Ouko, Inds Annunciato de Blaso Irmãos, Tagide Veic, Barzilon, Netinho Meias, Eletroluz, respectivamente e os Intimo e notifico ou a quem legalmente os representem para pagarem ou dar a razão por que não pagam as ditas notas promissórias, o cheque, as letras camblo e as duplicatas de contas mercantis, ficando V, Ss, cientes desde já de que os protestos respectivos serão lavrados e assinados dentro do prazo legal,

Belém-Pa, 12 de dezembro de 1983

(a) ISA VEIGA DE M. CORREA

Oficial do Protesto de Letras

(Ext, nº 0589 - Reg, nº 6061 - Dia - 14,12,83)

COMARCA DA CAPITAL

Juízo de Direito da 4ª Vara Cível

Cartório do Quarto Ofício Cível

Registro n.º 610/82 - Escrivão: Amílcar Câmara Leão

Ação: Divórcio

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 30 DIAS

A Doutora Maria Helena Couceiro Simões, Juíza de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca da Capital do Estado do Pará, República Federativa do Brasil, etc...

Faz saber aos que, o presente Edital de citação com o prazo de 30 (trinta) dias, virem ou dele tiverem conhecimento que, atendendo ao requerimento de ROSA CRISTINA GIÓIA SANTOS, brasileira, casada, advogada, nos autos de divórcio que move contra RONALDO FERREIRA SANTOS, brasileiro, casado, que se encontra em lugar incerto e não sabido, que se processa perante este Juízo, e como nos referidos autos foi determinado a citação do réu RONALDO FERREIRA SANTOS, fica o mesmo citado para no prazo legal, apresentar a defesa que tiver, em virtude de se encontrar em lugar incerto e não sabido há mais de dezoito anos, nos termos da petição inicial na qual a requerente alega que o casal não possui bens, mas possui quatro filhos: Rosana Suely, Ricardo Gióia Santos, Regina Kátia Gióia Santos e Ronaldo Ferreira Santos Júnior, todos maiores e com economia própria e prescindem de qualquer auxílio e a requerente renuncia qualquer pensão financeira e que voltará a usar o seu nome de solteira: ROSA CRISTINA BARROS GIÓIA, e que é impossível a reconstituição da vida em comum com o marido. O despacho que determinou o presente Edital é do teor seguinte: "Cite-se por edital, com o prazo de trinta (30) dias, obedecidas as disposições do artigo 232, ítem, e parágrafo único, do Código de Processo Civil. Belém, 12.04.83: (a) Maria Helena Couceiro Simões. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, será o presente publicado pela imprensa e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade de Belém do Pará, aos 05 de outubro de 1983. Eu, Amílcar Câmara Leão, escrivão, o subscrevi.

MARIA HELENA COUCEIRO SIMÕES

(G. Reg. n.º 3655 - Dia 14-12-83)

REV. T. JURISPRUDÊNCIA
Nº 95 - II

A VENDA NO ARQUIVO
DA IMPRENSA OFICIAL

COLEÇÃO DAS LEIS
DO BRASIL - VOL.
III, IV, V, VI, VII e VIII

A VENDA NO ARQUIVO
DA IMPRENSA OFICIAL

REVISTA TRIMESTRAL
DE JURISPRUDÊNCIA
Nº 94 - I e II

A VENDA NO ARQUIVO
DA IMPRENSA OFICIAL

CONSTITUIÇÃO
DO ESTADO
E

LEI ORGÂNICA DOS
MUNICÍPIOS

Em um só exemplar.
Edição atualizada.

À Venda no Arquivo da
Imprensa Oficial do Estado.

TODOS
PELO PARÁ

Governo

Jader Barbalho



República Federativa do Brasil

PARÁ

CADERNO 2

Diário Oficial

ANO XCII-94º DA REPÚBLICA Nº 25.143

BELEM-QUARTA-FEIRA, 14 DE DEZEMBRO DE 1983

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Presidente: EDGAR M. LASSANCE CUNHA

PORTARIA Nº 306

O Desembargador EDGAR MAIA LASSANCE CUNHA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc.

RESOLVE:

Recomendar aos Senhores Juizes e Pretores, quando considerados autoridades Judiciais coatoras, em pedido de habeas-corpus, seja dado cumprimento ao § 1º, do artigo 177, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Publique-se.

Belém, 09 de dezembro de 1983.

EDGAR MAIA LASSANCE CUNHA
Presidente

(G. Reg. nº 3890)

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

ACÓRDÃO Nº 8979

MANDADO DE SEGURANÇA DA CAPITAL

REQUERENTE: Claudino Martins Santiago (Dr. Antonio José Dantas Ribeiro)

REQUERIDO: O Juiz de Direito da 3ª Vara Cível

RELATOR: Des. Steleo Menezes

EMENTA: I - Mandado de segurança - ação de despejo por falta de pagamento - purgação da mora considerada insuficiente - sentença concessiva do despejo - rescisória - "Mandamus" para assegurar efeito suspensivo, evitando assim a execução do despejo.

II - Conforme os dizeres da súmula nº 268 do S.T.F., "não cabe mandado de segurança contra decisão judicial com trânsito em julgado".

NESTA EDIÇÃO

PORTARIA
Do Tribunal de Justiça

RESENHAS
Do Tribunal de Justiça

BOLETIM
Da Justiça Federal.

III - Somente quando da sentença for oferecido recurso de apelação, e sendo o mesmo recebido tão só no efeito devolutivo, é que as Colendas Câmaras Cíveis Reunidas têm concedido a segurança, emprestando o efeito suspensivo, a fim de evitar com a execução, dano irreparável.

IV - Mandado não conhecido.

Vistos, etc....

Acordam os Exmos. Desembargadores das Colendas Câmaras Reunidas, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade de votos, preliminarmente não conhecer do "mandamus", por incabível na espécie.

Custas de lei.

Belém, 14 de novembro de 1983.

Des. OSSIAM CORRÊA DE ALMEIDA - Presidente
Des. STÉLEO MENEZES - Relator.

Diretoria Judiciária do TJE - Belém, 07 de dezembro de 1983.

ROSALINA LIMA LOPES

Chefe do Serviço de Registro de Acórdãos

(G. Reg. nº 3890)

1ª CÂMARA CÍVEL

ACÓRDÃO Nº 8980

APELAÇÃO CÍVEL DA CAPITAL

APELANTES: Banco da Amazônia S/A e SABIM - Sociedade Anônima Brasileira de Indústria Madeireira.

APELADOS: Os mesmos (Drs. Alberto Barros Junior, Antônio Passos e Cyro Pires Domingues, respectivamente).

RELATOR: Des. Ricardo Borges Filho

EMENTA: Prestação de contas de ex-síndico - I - Preliminar de nulidade da sentença por desprezar a prova dos autos falimentares. A prestação de contas da administração do síndico destituído é processo autônomo não estando o magistrado obrigado a se socorrer das provas contidas no bôjo dos autos falimentares. Preliminar rejeitada. II - Preliminar de nulidade da sentença por falta da fundamentação. Não é passível dessa crítica a sentença que analisou as provas coletadas e, assim, fundamentou a decisão. Preliminar rejeitada. III - Preliminar de nulidade da sentença por bipartia da mesma. A constatação de prejuízo causado à massa não se confunde com suposição de locupletação do alheio cujo "quantum" só poderá ser apurado através de perícia. Preliminar rejeitada. MÉRITO. Não merece reparo a decisão prolatada de acordo com a lei e as provas dos autos. Apelação improvida. RECURSO ADESIVO. A alienação de um bem não se consuma com a realização da hasta pública mas com a assinatura de carta de arrematação. Recurso Provido. - Recurso de apelação. Preliminar de não conhecimento. Não é de ser conhecido o recurso interposto a destempo. Preliminar acolhida.

Acórdam os Desembargadores da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado, em turma, à unanimidade de votos, adotando o relatório de fls. 963 a 970 como parte integrante deste, rejeitar as preliminares de nulidade da sentença, por desprezar a mesma as provas dos autos; nulidade de sentença por falta de fundamentação e nulidade da sentença por erro de técnica. À unanimidade de votos conheceram e negaram provimento ao recurso de apelação interposto pelo "Banco da Amazônia S/A - BASA", contra a decisão que o destituiu do encargo de síndico da massa falida "SABIM - Sociedade Anônima Brasileira de Indústria Madeireira", ainda por unanimidade de votos conheceram e deram provimento ao recurso adesivo interposto pelo atual síndico da massa falida "SABIM - Sociedade Anônima Brasileira de Indústria Madeireira", para efeito de atribuir ao "Banco da Amazônia S/A - BASA", os prejuízos causados pela perda do imóvel situado em Icoaraci, Distrito da Capital, devendo tal valor ser incorporado ao "Alcance" de responsabilidade do "Banco da Amazônia S/A - BASA", e por maioria de votos, vencido o Desembargador Relator. Não foi conhecido o recurso de apelação interposto por "SABIM - Sociedade Anônima Brasileira de Indústria Madeireira", por intempestivo.

Belém, 18 de outubro de 1983.

Desa. LYDIA DIAS FERNANDES - Presidente

Des. RICARDO BORGES FILHO - Relator.

Diretoria Judiciária do TJE - Belém, 09 de dezembro de 1983.

ROSALINA LIMA LOPES

Chefe do Serviço de Acórdãos do TJE

(G. Reg. nº 3890)

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

ACÓRDÃO Nº 8981

EMBARGOS INFRINGENTES DA CAPITAL

EMBARGANTE: Lubei Artefatos de Couro S/A (Drs. Otávio Meira e outros)

EMBARGADO: Maguary Esporte Clube (Dr. Manoel Santana)

RELATOR: Des. Ricardo Borges Filho

Ação de reintegração de posse - o que caracteriza a ação de força nova espoliativa é a perda da posse de quem a detinha: a circunstância de ter o possuidor o domínio do imóvel não lhe obsta a defesa do bem por via da reintegração possessória. - Embargos acolhidos.

Vistos, etc...

Acórdam os Desembargadores das Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade de votos, conhecer e dar provimento aos Embargos Infringentes da Comarca da Capital em que é embargante "Lubei Artefatos de Couro S/A" e embargado "Maguary Esporte Clube" para determinar a Exma. Dra. Juíza de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca da Capital que proceda a instrução da Ação de Reintegração de Posse ajuizada por "Lubei Artefatos de Couro S/A", contra "Maguary Esporte Clube" proferindo sentença como for de direito.

Custas na forma da lei.

O presente julgamento foi presidido pelo Exmo. Desembargador Oswaldo Pojucan Tavares.

Belém, 28 de novembro de 1983.

Diretoria Judiciária do TJE - Belém, 07 de dezembro de 1983.

ROSALINA LIMA LOPES

Chefe do Serviço de Registro de Acórdãos

(G. Reg. nº 3890)

1ª CÂMARA CÍVEL

ACÓRDÃO Nº 8982

APELAÇÃO CÍVEL DA CAPITAL

APELANTE: Sul América Terrestres Marítimos e Acidentes - Cia de Seguros (Dr. Aluísio Meira)

APELADO: Luiz Humberto G. Acha (Dr. Rui Souza Filho)

RELATOR: Desa. Lygia Dias Fernandes.

EMENTA: Confirma-se a decisão apelada uma vez que o réu não era o transportador nem o proprietário do caminhão que conduzia a carga sinistrada. Além disso o acidente decorreu de ato fortuito. Não houve culpa do transportador.

Acórdam os Juízes da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, à unanimidade de votos, negar provimento à apelação para manter a decisão apelada pelos seus jurídicos e legais fundamentos.

Belém, 8 de novembro de 1983.

Des. OSWALDO POJUCAN TAVARES - Presidente

Desa. LYDIA DIAS FERNANDES - Relatora

Diretoria Judiciária do TJE - Belém, 12 de dezembro de 1983.

ROSALINA LIMA LOPES

Chefe do Serviço de Acórdãos do TJE

(G. Reg. nº 3890)

ACÓRDÃO Nº 8983

APELAÇÃO CÍVEL DA CAPITAL

APELANTES: Raimundo Assunção e Banco Real S/A (Dr. Wilson A. Souza e Paulo Xavier de Sá, respectivamente).

APELADA: METALBASA - Metalúrgica da Bahia S/A (Dr. Felipe de Melo Filho)

RELATOR: Des. Oswaldo Pojucan Tavares.

EMENTA: Ação Ordinária - Duplicatas entregues à devedora pelo Banco encarregado da cobrança. - Não comprovado documentalmente o pagamento dos títulos, julga-se procedente a ação, com condenação em partes iguais, da ré e do Banco na qualidade de litisconsorte. Apelações improvidas.

Acórdam os Juízes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade de votos em negar provimento à ambas apelações.

Belém, 22 de novembro de 1983.

Desa. LYDIA DIAS FERNANDES - Presidente

Des. OSWALDO POJUCAN TAVARES - Relator.

Diretoria Judiciária do TJE - Belém, 12 de dezembro de 1983.

ROSALINA LIMA LOPES

Chefe do Serviço de Acórdãos do TJE

(G. Reg. nº 3890)

1ª CÂMARA CÍVEL DA CAPITAL

ACÓRDÃO Nº 8984

AGRAVO DE INSTRUMENTO DA CAPITAL

AGRAVANTE: João Batista Gama (Dr. Domingos Emmi)

AGRAVADO: Souza Arnaud S/A (Dr. Rosomiro Arrais)

RELATOR: Des. Oswaldo Pojucan Tavares.

EMENTA: Agravo de Instrumento. - Não é defeso ao patrono da ré apresentar contestação desacompanhada de procuração de outorga de poderes, desde que requeira a juntada aos autos do instrumento do mandato no prazo que o art. 37 do CPC estabelece - Recurso improvido.

Isto posto.

Acórdam os Juízes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo para confirmar a decisão agravada.

Custas da lei.

Belém, 18 de outubro de 1983.

Desa. LYDIA DIAS FERNANDES - Presidenta.

Des. OSWALDO POJUCAN TAVARES - Relator.

Diretoria Judiciária do T.J.E. - Belém, 12 de dezembro de 1983.

ROSALINA L. LOPES

Chefe do Serviço de Registro de Acórdãos

(G. Reg. nº 3890)

RESENHAS DA JUSTIÇA ESTADUAL

CARTÓRIO MOACYR SANTIAGO

RESENHA DO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 1983

JUIZO DE DIREITO DA PRIMEIRA (1ª) VARA DO CÍVEL E COMÉRCIO. ÓRFÃOS, AUSENTES E INTERDITOS DA COMARCA DE BELÉM.

JUIZ: DRA. RUTÊA FORTES

CARTÓRIO DO PRIMEIRO (1º) OFÍCIO DO CÍVEL E COMÉRCIO ESCRIVÃO: MOACYR SANTIAGO

Proc. nº 2.154 83 de Ação de Cobrança. A: José Angelo C. C. Oliveira. R: Orlando Santos de Alencar. Advogado: Dr. Nicolau

Crispino. Despacho: Cite-se o réu para comparecer à audiência de instrução e julgamento, para a qual designo o dia 30 de janeiro vindouro, às 10 horas, podendo o mesmo oferecer contestação escrita ou oral, nela produzindo as provas que desejar. Intime-se o Autor.

Proc. nº 2.151/83 de Pedido de Alvará. Requerente: Ana da Silva Costa. Advogado: Dr. Wilson Cardoso de Souza. Despacho: Cumpra-se o despacho de fls. 07.

Belém, 09 de dezembro de 1983.

MOACYR SANTIAGO

Escrivão

CARTÓRIO MOACYR SANTIAGO

JUIZO DE DIREITO DA SEGUNDA (2ª) VARA DO CÍVEL E COMÉRCIO, ORFÃOS, AUSENTES E INTERDITOS DA COMARCA DE BELÉM.

JUIZ: BACHAREL WILSON DE JESUS MARQUES DA SILVA
CARTÓRIO DO PRIMEIRO (1º) OFÍCIO DO CÍVEL E COMÉRCIO
ESCRIVÃO: MOACYR SANTIAGO

RESENHA DO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 1983

Proc. nº 1.464/82 de Ação de Reparação de Dano Causado em Acidente de Veículo. A: Lucimar Corrêa Rodrigues. R: Cia. de Gás do Pará - Paragás. Advogados: Drs. Augusto Roberto Klautau de Araújo e Amauri Faciola, respectivamente. Despacho: R. hoje. Recebo a apelação de fls. 88/91, no seu duplo efeito. Intime-se a apelada para apresentar resposta, em quinze (15) dias e, vencido esse prazo, remetam-se, para o preparo, os autos ao Cartório da Contadora do Juízo, observando-se depois de elaborada a conta, a determinação constante da parte inicial do artigo 519 do Código de Processo Civil. Defiro o pedido de fls. 92, determinando seja expedido o competente mandado para a notificação da autora Lucimar Corrêa Rodrigues que deverá efetuar o pagamento da remuneração do perito do Juízo, senhor Alberto Oliveira Macedo. Belém, 09 de dezembro de 1983. (a) Wilson de Jesus Marques da Silva.

Belém, 09 de dezembro de 1983.

MOACYR SANTIAGO

Escrivão

JUIZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA CAPITAL

Resenha do Juízo de Direito da 2ª Vara Cível e Comércio, privativa de Orfãos, Interditos e Ausentes, desta Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, República Federativa do Brasil, etc....

Juiz: Bacharel Wilson de Jesus Marques da Silva
Escrivão: Odon Gomes da Silva.

2ª. Vara Cível e Comércio. EXECUÇÃO: Credora: Banco do Estado do Amazonas S/A. (BEA). Devedores: Manoel Joaquim Costa, Antonio Clemente Ferreira. Despacho: "Defiro o pedido de fls. 32, determinando seja expedido o competente mandado. (09.12.83) Advogada: Dra. Maria Madalena Garcia Quites.

2ª. Vara e Comércio. DESPEJO. Autor: Flávio Guy da Silva Moreira. Ré: Enterpa S/A - Engenharia. Despacho: "Cumpra-se a determinação constante da parte inicial do artigo 38 do Código de Processo Civil, providenciando no reconhecimento da firma do instrumento de mandato de fls. 24" (09.12.83). Advogados: Drs. Frederico Coelho de Souza, Carlos Augusto Menezes Sampaio.

2ª. Vara Cível e Comércio. DESPEJO: Autor: Flávio Guy da Silva Moreira. Ré: Enterpa S/A - Engenharia. Despacho: "Cumpra-se a determinação constante da parte inicial do artigo 38 do Código de 1.071 do Código de Processo Civil, manifeste-se a autora, requerendo o que de direito". (09.12.83). Advogado: Dr. Humberto H. de Vasconcelos.

2ª. Vara Cível e Comércio. BUSCA E APREENSÃO. Autora: Bamerindus S/A - Financiamento, Crédito e Investimentos. Réu: Osvaldo dos Santos Wariss. Despacho: "Contados e preparados, à conclusão". (09.12.83) Advogados: Drs. Afonso Vitor Cardoso, José Francisco Machado de Oliveira.

2ª. Vara Cível - Interditos. INTERDIÇÃO. Paciente: Moacir Martins de Souza. Interessada: Iracema Anjos de Souza. Despacho: "Diga o Ilustríssimo Senhor Doutor Curador geral e o nobre Doutor Curador à lide se pretendem que se produza provas orais." (09.12.83.) Advogado: João Júlio da Fonseca Curador Geral.

2ª. Vara Cível e Comércio. ANULAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE TÍTULOS. Autor: Fernando Oscar Horácio Castro. Obrigados e Detentores: desconhecidos. Coobrigados: Sociar - Crédito Imobiliário S A e desconhecidos. Sentença: "Visto, etc. Homologo, por sentença, para que produza os seus legais efeitos a desistência manifestada às fls. 12, e, assim, nos termos do inciso VIII do artigo 267 do Código de Processo Civil, declaro extinto este processo. Publique-se e registre-se, dando-se baixa na distribuição". (09.12.83). Advogado: Dr. Ruy Villar Sampaio.

2ª. Vara Cível e Ausentes. JUSTIFICAÇÃO DE AUSÊNCIA.

Requerente: Maria do Carmo Coelho Santos. Requerido: Carlos Alberto de Almeida Santos. Despacho: "Contados e preparados, à conclusão". (09.12.83.). Advogada: Dra. Aldelina da Silva Ferreira

2ª. Vara Cível - Orfãos. INVENTÁRIO. Inventariada: Anna da Silva Magno Inventariante: Noélia Magno Menezes. Despacho: "Defiro o pedido de fls. 26, determinando seja expedido o competente ofício". (07.12.83.) Advogados: Drs. Suzana Christina Dias da Silva, Camillo Silva Montenegro Duarte, Djalma de Oliveira Farias.

2ª. Vara Cível - Orfãos. INVENTÁRIO. Inventariada: Mimosa Bedran Bechara, que também assinava Mimosa Bechara. Inventariante: Aziza Bechara Tayar. Despacho: "Considerando a situação tumultuada deste processo de sobrepartilha, cuja tramitação regular vem sendo prejudicada por controvérsias que envolvem as partes e credores do espólio, mando que: I - O senhor Adélio Valente Pinto e o Bacharel Vinicius Hesketh, como credores do espólio, requeiram, nos termos do artigo 1.017 do Código de Processo Civil, o pagamento das dívidas que ofereceram e que passaram a integrar os autos do processo principal, não objetivaram e consequentemente, não tiveram o seguimento formal, segundo as prescrições dos quatro parágrafos do já referido artigo 1.017, do CPC; II - O senhor Escrivão do feito informe, através de certidão hábil, se, realmente, interposta a apelação a que se refere a certidão de fls. 311, os autos respectivos, com a decisão, ainda não foram remetidos, a este juízo, pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado; e se o apelo o foi da decisão do então Juiz de Direito da 1ª Vara Cível desta Comarca, indeferindo nova avaliação dos bens sujeitos à sobrepartilha, pelo que foi mantida a avaliação de fls. 171/175. No que diz respeito às providências pedidas, pelo Senhor Adélio Valente Pinto, às fls. 370, envolvendo o imóvel, sito, nesta cidade, à rua Conselheiro João Alfredo, esquina da travessa 7 de Setembro, necessário se torna que, fique, para os fins de direito, esclarecidas a seguinte situação: O imóvel em apreço que foi recebido da inventariada, quando em vida, pelo descendente-herdeiro Aziz Bedran José Bechara, e, por falecimento deste, transmitiu-se ao seu irmão e herdeiro universal Nagib José Bechara, - foi trazido à colação, quando da instauração deste processo de sobrepartilha de bens deixados pela falecida Mimosa Bedran Bechara, cumprindo-se, assim, o determinado em o artigo 1.014 do Código de Processo Civil. Nessas condições de bem, doado em adiantamento da legítima e trazido à colação, não responde pelas dívidas e encargos da herança, mesmo porque mais o patrimônio do "de cujus" para nenhum efeito, que não seja o de igualação das legítimas. Realmente, a finalidade precípua da colação é igualar as legítimas dos herdeiros, pois que, segundo as normas dos artigos 1.785 e 1.786 do Código Civil, os bens conferidos, ou levados à colação, não aumentam a metade disponível. Daí não serem cabíveis as pretensões do credor Adélio Valente Pinto em basear, nesse imóvel, a segurança do seu crédito que é única e exclusivamente, da responsabilidade da herança, quando esta, como já se disse, não é mais integrada por esse bem. Mesmo assim, este Juízo deferiu, em favor do credor em apreço, liminarmente, em processo regular, medida cautelar inespecífica, pela qual foi proibida, até ulterior deliberação nossa, a alienação desse imóvel, o que, na verdade se fez inaplicável, uma vez que, bem antes da decretação dessa medida, datada de janeiro de 1983, foi lavrada, nas notas do Cartório Diniz desta Comarca, a 30 de Dezembro de 1983, escritura de cessão e transferência de direito hereditários entre partes NAGIBE JOSÉ BECHARA e outros a favor de Manoel Messias da Silva, conforme ofícios e certidão, constantes das fls. 377 e 379/380, destes autos. Não se fazendo possível conhecer, no processo de inventário e partilha ou sobrepartilha, de questão que atinjam os bens integrantes do espólio e que, para serem dirimidas, dependem do ajuizamento de ação competente, indefiro o pedido de fls. 382, competindo à inventariante, de conformidade com os poderes que lhe são conferidos pelo inciso I do artigo 991 do Código de Processo Civil, preceder como de direito". (07.12.83). Advogados: Drs. Miguel Brasil Culha, Vinicius Hesketh, José Manoel Reis da Costa Ferreira.

Belém-Pa, 09 de dezembro de 1983.

ODON GOMES DA SILVA

Escrivão

EXPEDIENTE DO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 1983

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ
CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO - CÍVEL, COMÉRCIO E FAMÍLIA
FORUM - PALÁCIO DA JUSTIÇA - 3º ANDAR
BELÉM - PARÁ
ESCRIVÃO: AMILCAR CÂMARA LEÃO

EXPEDIENTE RECEBIDO DOS JUÍZES

4ª VARA

PETIÇÃO DE: M. Neno, por seu advogado dr. Francisco N. Salgado oferecendo bem a penhora na ação de execução que lhe move Alcoa Alumínio do Nordeste S/A.

PETIÇÃO DE: Perfon Telecomunicações Ltda., por seu advogado dr. Humberto H. Vasconcelos, requerendo o prosseguimento da ação de execução movida contra Adir Grafica Ltda.

PETIÇÃO DE: Maria das Dores do Nascimento Oliveira, por seu advogado dr. Milton Chagas, apresentando contestação na ação Reivindicatória que lhe move Deusa da Silva Miranda e outra.

6a. VARA

PETIÇÃO DE: Maria das Dores da Silva Stiliniadi, por seu advogado dr. Félix Emanuel de Oliveira, requerendo liquidação da sentença na ação Reivindicatória movida contra Joaquim Mário de Souza Souto e sucessor.

Desp.: N. A. Cis.

7a. VARA

Proc. nº 136/79 - ORDINÁRIA

Aut.: José Macias Frade

Adv.: Hipólito Garcia

Réu: Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A.

Adv.: Luiz Roberto Meira

Litisconsorte: Banco Comércio e Indústria de S. Paulo S/A.

Adv.: Fernando da Silva Gonçalves

Desp.: O embargante tem razão. A correção monetária deverá incidir a partir da data do início da vigência da Lei nº 6.899/81. I

RESENHA DO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 1983
CARTÓRIO DO QUINTO OFÍCIO DO CÍVEL E COMÉRCIO
CARTÓRIO PEPES

5ª VARA

Processo nº 628-23-82 - AÇÃO DE DESPEJO P/FALTA DE PAGAMENTO

Requerente: Agro Nova Ltda.

Adv.: Sebastião Halim Soares Haber

Requerida: Costa - Norte Transportes e Serviços Ltda.

Adv.: Albertino Santos

Despacho: "Tendo apenas uma das partes requerido a providencia retro proceda-se a intimação da parte contrária.

5a. VARA

Processo nº 848-135-83 - EXECUÇÃO

Credores: Herminio de Oliveira Amâncio (Adva. Rosália de Almeida e Silva)

Devedores: José Monteiro Ferreira - Astemac Ltda. Comércio de Representações Locadora e Assistência Técnica em Geral (Adv. Maria Angela V. M. Silva)

Despacho: Faça-se a devida inclusão dos bens não constantes do termo e através de um segundo auto. Intime-se o oficial de justiça para cumprimento do que determina a lei no caso de recusa por parte do intimado. Proceda-se a avaliação. (Este despacho está ora sendo republicado, por ter saído na resenha com imperfeição e incompleto).

MARINA MONARCHÁ

Escrevente Juramentada

CARTÓRIO RUY BARATA - SEXTO OFÍCIO
RESENHA DO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 1983

JUÍZO DA 3a. VARA

Requerimento de José Teixeira da Matta Bacelar Neto, por seu advogado, nos autos de inventário de José da Mata Bacelar Júnior requerendo seja o imóvel, repartido entre a inventariante e a filha Stella Beatriz Antunes - Adv. Júlio de Alencar.

Despacho: Lavre-se o termo de desistência juntamente com o requerido às fls. 29 e 30.

JUÍZO DA 6a. VARA - RENOVATÓRIA

Requerente: R. Mendonça S/A - Adv. Armando Pinheiro

Requerido: Cardoso & Lopes - Adv. Paulo Ernesto de Souza

Despacho: Ao contador para falar sobre a impugnação PRODUÇÃO A. PROVAS

Requerente: Nilson Ilva de Lima - Adv. Pedro Paulo da S. Campos

Requerido: Herança de Laura B. de Lima

Despacho: Designo o dia 29 de dezembro às 11 horas para a realização de perícia. Nomeio perito o Dr. Heitor de Souza, Fernando Filho, residente no Conj. Medici II - Rua Afonso 14 que deverá prestar compromisso no dia 28 as mesmas horas as partes poderão indicar assistentes e apresentar os quesitos Os requerentes deverão fazer o depósito prévio de quantia de 3 salários referências, sujeito a complementação. Cite-se.

FALÊNCIA

Requerente: Soécia S/A, Com. Ind. - Adva. Maria Socorro Santiago

Requerido: Orsil Ltda.

Despacho: Prove-se a entrega das mercadorias

ALIMENTOS

Requerente: Enid Castelo B. Alencar - Adv. Regina Nazaré Oliveira

Requerido: Roberto Cezar Santos Alencar

Despacho: Junte-se a 3a. Via.

ALVARÁ

Requerente: Zani dos Santos - Adv. Armando Barata Teixeira

Requerido: Alfredo dos Anjos Ferreira

Despacho: Recebe-se o pedido supra e faça-se a devida distribuição e arquite-se o pedido de alvará

MANUTENÇÃO DE POSSE

Requerente: Caetana Mendes Ferreira - Adva. Maria da Batalha Cunha

Requerido: Iracema M. Pessoa e outra - Adv. Adalberto G. Neto

Despacho: Vista ao segundo agravado para falar sobre a presente apelação.

SUMARÍSSIMA

Requerente: Cia Bandeirantes de Seguros - Adva. Maria A. Vidigal

Requerido: Vinicius Bahury de Oliveira - Adv. Vinicius B. Filho

Despacho: Recebo a epelação nos seus efeitos legais, vista ao apelado.

JUÍZO DA 6a. VARA - R. DE POSSE

Requerente: Espólio de Augusto Miranda - Adv. Pedro Daltro Cunha

Requerido: Dorila Olaiá Garcia

Despacho: Deverá o requerente fazer a devida comprovação. Intime-se.

COBRANÇA

Requerente: Cond. do Conjunto Urca - Adv. Roberto R. Cardoso

Requerido: Carlos Alberto da C. Espissirits

Sentença: Julgo procedente o pedido para condenar o requerido ao pagamento do principal, devidamente corrigido, acrescido dos juros de mora, custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 15% do valor devidamente corrigido. P.R.I.

COBRANÇA

Requerente: Cond. Edif. Dona Bertina - Adva. Vera Calandrin

Requerido: Renato Barahuna

Sentença: Julgo procedente o pedido para condenar o requerido no pagamento do principal, devidamente corrigido, acrescido das custas processuais na forma da lei, juros de mora e honorários advocatícios que arbitro em 15% do valor devidamente corrigido.

EXECUTIVA

Requerente: Encol S/A - Eng. Com. Ltda. - Adva. Izabel Cristina Ribeiro

Requerido: Emilia Maria Sodré Araújo

Despacho: Cite-se.

EXECUTIVA

Requerente: Miguel Benedito F. Dias - Adv. Miguel Benedito Dias

Requerido: Newton Setembrino Carvalho.

Despacho: Cite-se.

EXECUTIVA

Requerente: Eduardo Lassance de Carvalho - Adv. o mesmo

Requerido: Eneas Pereira de Souza

Despacho: Aceito as ponderações e determino a citação.

SEPARAÇÃO

Requerente: Rivaldo Martins de Santana e Sandra Maria Campos de Santana - Adv. Carlos Hanchen Chaves

Sentença: Homologando a separação do casal

ANULAÇÃO DE CASAMENTO

Requerente: Evaldo José B. de Oliveira - Adv. Antonio C. Oliveira

Requerido: Nazaré do Socorro Silva Oliveira

Despacho: Ao procurador para assinar a inicial

SEPARAÇÃO

Requerente: Manoel Messias de Almeida e Clemência Rita das Graças Valente de Almeida - Adv. Moacir Moraes Filho

Sentença: Homologando a separação do casal.

JUÍZO DA 6a. VARA - SEPARAÇÃO

Requerente: Silvia Cristina R. Israel - Adv. Pedro Moura Palha

Requerido: Pedro Paulo Lobato Israel - Adv. José Antonio Coelho

Despacho: Tratando-se de ação de separação amigável, para que seja devidamente homologada tem que ser cumprido em sua totalidade o artigo 1.121 do CPC, o que não ocorre no presente, assim sendo chamo a ordem para cumprimento do referido artigo item I no prazo de 20 dias, sob pena de aplicação do parágrafo único do mesmo artigo. Intimem-se.

DIVÓRCIO

Requerente: Ademir Oliveira Teles e Fátima Petronilha Lemos Telles - Adv. Raimundo Sérgio do Espírito Santo.

Despacho: Designo o dia 10 de janeiro às 9:00 horas para audiência das testemunhas. Intimem-se.

DIVÓRCIO

Requerente: Eurico Rolins Ribeiro e Clotilde de Oliveira Melo Ribeiro - Adv. Léa Cristina Baptista de Siqueira

Sentença: Homologando o divórcio do casal

DIVÓRCIO

Requerente: Miguel Benedito de Sena - Adv. João José Maroja

Requerido: Hilda Tinoco de Sena - Adv. Gervásio Meireles

Despacho: Intime-se para cumprimento sob pena de lei.

Requerimento de Osmarina de Lima Marques, por seu advogado, nos autos da Ação de Alimentos que move contra José Aussi Marques, requerendo seja oficiado a Sucam, para o pagamento devido - Adv. Teodomiro Cantuária.

OBS: Recebido em cartório em 09.12.83.

JUÍZO DA 8a. VARA

Requerimento de Petrobrás Distribuidora S/A, por seu advogado, nos autos da Ação Ordinária que propôs contra Posto Camisinha requerendo a citação da requerida - Adv. Cleber Saraiva dos Santos.

OBS: Recebido em 07.12.83.

Requerimento de Maria de Nazaré Tenório Coqueiro, por seu advogado, nos autos da Ação de separação com Francisco da Silva Monteiro, requerendo seja o requerido, citado para entregar os bens do casal - Adv. Beatriz Dias Fernandes.

OBS: Recebido em cartório em 07.12.83.

CARTA DE SENTENÇA

Requerente: José Jacauna Sales - Adv. Luiz Gonzaga da Silva

Requerido: Sulamita Moura Sales - Adv. Pedro Lima

Despacho: Falem os interessados.

MARIA INEZ BARATA

Escrevente Juramentada

CARTÓRIO DO 7º OFÍCIO
ESCRIVÃO - CARLOS TRINDADE
RESENHA DE 09 DE DEZEMBRO DE 1983

DRA. SÔNIA MARIA DE MACÊDO PARENTE - JUÍZA DE DIREITO DA 7a. VARA

Proc. nº 7374 - Separação Judicial Consensual

Separandos: Alonso de Souza Silva - (Adv. Dr. Bernardino Ribeiro) e Terezinha Maria Noronha Silva - (Adv. Dr. Bernardino Ribeiro).

Desp.: Alonso de Souza Silva e Teresinha Maria Noronha Silva, ambos devidamente qualificados, por procurador judicial habilitado, conjuntamente, pediram que fosse homologado seu pedido de Separação Consensual com base nos arts. 1.120 a 1.124 do C.P.C. combinados com arts. 4º e 34 da Lei nº 6.515 de 26 de dezembro de 1977. Os Cônjuges foram ouvidos em Juízo sobre os motivos da Separação tendo declarado, livremente e sem hesitações, que queriam, pelo que suas declarações foram reduzidas a termo (fls. 13 e verso). Em seu pronunciamento de fls. 15 e 16, o Ministério Público nada após ao pedido. Pelo Exposto: Homologo por sentença, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos e termo de fls. 13 e verso, com fundamento no § único do art. 1.122 do C.P.C. combinado com o art. 34 da Lei nº 6.515 de 26 de dezembro de 1977, ficando decretada a Separação Consensual de Alonso de Souza Silva e Terezinha Maria Noronha da Silva, Transitada em Julgado a decisão, expeçam-se mandados aos Cartórios Competentes a fim de que se procedam as averbações devidas. Custas. P.R.I.

Proc. nº 7122 - Alimentos

Requerente: Suelly Madalena Queiroz da Silva - Adv. Dra. Maria de Nazaré Conceição.

Requerido: Celso Ferreira Sarmento - Adv. Dr. Miguel da Silva Macedo.

Desp.: Junté-se. Pronuncie-se a parte contrária sobre o documento.

DRA. ALBANIRA LOBATO BEMERGUY - JUÍZA DE DIREITO DA 5a. VARA

Proc. nº 5534 - Ordinária de Indenização

Requerente: Guilherme Pimentel Valente - Adv. Dr. Cláudio A. Montalvão das Neves

Requerido: Empresa de Navegação Aquidaban Ltda. - Adv. Dr. Douglas Domingues.

Desp.: A manifestação do Suplicado ex vi art. 398 do C.P.C. Intime-se.

PROCESSO VINDO DA CONTADORA NESTA DATA

Proc. nº 7345 - Busca e Apreensão

Requerente: Bamerindus Financiamento, Crédito e Investimentos - Adv. Dr. Afonso Vitor

Requerido: Ruth Helena Moreira de Castro.

a) Ilegível

P/CARLOS ÁLBERTO TRINDADE DE SOUZA

Escrivão do Cartório do 7º Ofício

Cível desta Comarca

RESENHA DO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 1983

CARTÓRIO DO OITAVO OFÍCIO

ESCRIVÃ ANA LOBATO

3a. Vara

Processo nº 933/81 - INDENIZAÇÃO

Req.: Pedro Moreira Negrão

Adv.: Ary J. Branco

Req.: Moacir Trindade e outros

Desp.: Indefiro o pedido de fls. 40 por entender não ser possível, nesta fase processual, trocar o rito, sem prejudicar o andamento do processo. Assim determino às partes que especifiquem as provas que ainda desejarem produzir e após voltem conclusos.

6a. VARA

Processo nº 322/80 - SUMARÍSSIMA

Req.: Caridade Mesquita B. Albuquerque

Adva.: Darcy Ramos

Req.: Segup

Adv.: Artemis L. da Silva

Desp.: R. H. Recebo a apelação nos seus efeitos legais.

Vista ao apelado

7a. VARA

Processo nº.../78 - INVENTÁRIO

Req.: Elvira Santos Eiras

Adv.: Laurênio M. da Rocha

Req.: Eufemia Augusta dos Santos

Adv.: Laudomício Ferreira

Desp.: Em cumprimento à decisão do Egrégio Tribunal de Justiça que anulou a sentença homologatória de partilha e determinou a repetição desta, faculto às partes, nos termos do artigo 1022 do código de Processo Civil que, no prazo cumuli de dez dias, formulem o pedido de quinhão.

8a. VARA

Processo nº.../83 - CONCORDATA

Req.: Sacor Agro-Ind. Ltda.

Adv.: Paulo Klautau

Req.: Credores Quirografários

Desp.: Oficie-se ao Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A, na pessoa do Sr. Daniel de Oliveira Braga, Gerente Adjunto Administrativo da Carteira de Câmbio, da filial do Rio de Janeiro, indagando sobre os rendimentos atuais da quantia de Cr\$-45.070.000,00 (quarenta e cinco milhões e setenta mil cruzeiros), depositados naquela Agência em data de 19.10.82, pela concordatária Sacor - Industrial Ltda., informando-se ainda que tipo de aplicação foi efetuada. Comunique-se também, ao referido Banco, que estando a depositante em regime de Concordata preventiva, a quantia referida e seus rendimentos somente poderão ser movimentados, com a autorização deste Juízo. Cumpra-se.

8a. VARA

Processo nº.../83 - REPARAÇÃO DE DANOS

Req.: Alcir da Silva Lobato

Adv.: Fernando Wanzeller

Req.: Viação Forte Ltda.

Adv.: Fernando Gonçalves

Desp.: Julgo, por sentença o calculo de fls. para que produza os seus efeitos legais. Cite-se o suplicado.

8a. VARA

Processo nº.../83 - EXECUÇÃO

Req.: Enio Antonio Ecker

Adv.: Alberico Pimentel Filho

Req.: Dinarte Antonio Fontana

Adv.: Clóvis Modesto Figueiredo

Desp.: Defiro o pedido de força, oficie-se à Secretaria de Segurança Pública, para os devidos fins. Oficie-se.

ANA LOBATO

Escrivã Vitalícia

CARTÓRIO DO NONO OFÍCIO

RESENHA DO DIA 09.12.83

TERCEIRA VARA

REINTEGRAÇÃO DE POSSE

Requerente: Eduardo Raimundo de Queiroz Alves (Adv. Waldemar Vianna).

Requerido: João Moraes Leão (Adv. Rui Villar Sampaio)

Sentença (trecho final): "... E por tudo que nos foi dado observar no presente processo, é de ser o mesmo julgado improcedente por falta de amparo legal, inaceitando por correto e conforme a Lei, a presente Ação de Reintegração de Posse, condenando os requeridos a restituírem a posse aos verdadeiros esbulhados, condenando-os ao pagamento das custas judiciais decorrentes do presente processo, e demais cominações legais, a tudo devendo ser obedecido e observado, as formalidades e cautelas legais e em direito admitidas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Belém, 07.12.83. a) PEDRO PAULO MARTINS.

OITAVA VARA

INVENTÁRIO

Inventariante: Ana Soares de Moraes (Adv. Americo da Silva Leal)

Inventariado: Bens de Manoel da Cunha

Despacho: Defiro o pedido de fls. 35/36, uma vez que os interessados, principalmente a inventariante está de acordo com o pedido. Expeça-se o alvará para os fins requeridos. Belém, 09.12.83. a) CLIMENIE ARAÚJO PONTES.

NONA VARA

DESPEJO

Requerente: João Bezerra Filho (Adv. Silvio Sá)

Requerida: Imatro Ltda - Ind. Com. e Exp. de Madeiras Tropicais (Adv. Ubirajara Ferreira e Silva)

Despacho: A conta. Arbitro em 10% sobre o débito os honorários do advogado do autor. Designo o dia 15 de dezembro, 11 horas, para a purgação. Belém, 07.12.83. a) MARIA LUCIA MARCOS DOS SANTOS.

DESPEJO

Requerente: Carlos Augusto Horacio Freire (Adv. Luiz Carlos Freire)

Requerido: Rosinaldo José Siqueira Moura (Adv. Jair Loureiro)

Despacho: Primeiro certifique o oficial de justiça se a casa está abandonada. Belém, 07.12.83. a) MARIA LUCIA MARCOS DOS SANTOS.

ARROLAMENTO

Inventariante: Adozinda Maria Stair Alvares Pamplona (Adv. Adozinda Pamplona)

Inventariado: Bens de Expedido José Oliveira de Souza Alvares

Despacho: Em avaliação, dizendo em seguida os interessados. Belém, 07.12.83. a) MARIA LUCIA MARCOS DOS SANTOS.

ALVARÁ JUDICIAL

Requerente: Nair Amorim de Oliveira Melo (Adv. Carlos Arruda)

Despacho: Expeçam-se os alvarás requeridos, com as cautelas legais. Belém, 07.12.83. a) MARIA LUCIA MARCOS DOS SANTOS.

ORDINÁRIA

Requerente: Durval Wanderbrock (Adv. João Bosco de Carvalho)

Requerido: Francisco Clementino Alves

Sentença (trecho final): "... Desta maneira, pelas razões acima expostas, Julgo Procedente a presente ação e condeno o réu Francisco Clementino Alves ao pagamento da importância do cheque, acrescida das custas processuais e honorários do advogado do autor, que arbitro em 15% sobre o valor da causa. P.I.R. Belém, 07.12.83. a) MARIA LUCIA MARCOS DOS SANTOS.

SUMARISSIMA

Requerente: Ailton Augusto Brazão e Silva (Adv. Haroldo Silva)

Requerida: Viação Guajará Ltda.

Despacho: Cite-se, designando o dia 24 de janeiro, 11 horas, para a audiência de acordo, Belém, 07.12.83. a) MARIA LUCIA MARCOS DOS SANTOS.

SEPARAÇÃO JUDICIAL

Requerente: Ivoniida Blois da Rocha (Adv. Antonio Nery Jr.)
Requerido: Sinval Alcantarino da Rocha (Adv. Pedro Daltro Cunha)

Despacho: Intime-se o representante do M.P. Belém, 07.12.83. a) MARIA LUCIA MARCOS DOS SANTOS.

DESPEJO

Requerente: Raimundo Vicente Paes (Adv. Adelino Simão)

Requerida: Fé Soares Belo (Adv. Icarai Dantas)

Despacho: (trecho final): "... Desta maneira, pelas razões acima expostas, Julgo Procedente a presente ação e decreto o despejo do imóvel acima descrito, ocupado pela requerida Fé Soares Belo, expedindo-se mandado de notificação com o prazo de quinze (15) dias. Condeno a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários do advogado do autor que arbitro em 10% sobre o valor do débito. P.I.R. Belém, 07.12.83. a) MARIA LUCIA MARCOS DOS SANTOS.

NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA

Requerente: Moacir Pereira Lima (Adv. Carlos Balbino Potiguar)

Requerido: Emanuel Pinheiro Farias

Despacho: Concedo o embargo, para que fique suspensa a obra. Comino a pena de Cr\$ 100.000,00 diários, em caso de desobediência. Expeça-se mandado devendo o oficial de justiça lavrar auto circunstanciado do que observar. Cite-se. Belém, 09.12.83. a) MARIA LUCIA DOS SANTOS.

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Agravante: Transportes Belém Lisboa Ltda (Adv. Raimundo Costa)

Agravado: Manoel Jorge de Lima Machado (Adv. Ademar Kato)

Despacho: Recebo o agravo. Proceda-se aos traslado das peças requeridas. Intime-se o agravado a dizer quais as peças que pretende sejam trasladadas. Belém, 09.12.83. a) MARIA LUCIA MARCOS DOS SANTOS.

EXECUÇÃO

Requerente: Concretex S/A (Adv. Carlos Ailson Peixoto)

Requerida: Metro Engenharia Ltda (Adv. Djalma Chaves)

Despacho: Sem os documentos comprobatórios do débito, não posso decidir a respeito do pedido. Acresce a circunstância de ter a autora recebido e dado recibo, sem impugnação. Assim, indefiro o pedido de acréscimo de pagamento, formulado pela autora. l. Belém, 09.12.83. a) MARIA LUCIA MARCOS DOS SANTOS.

SEPARAÇÃO JUDICIAL

Requerente: Emílio de Oliveira Coutinho Neto (Adv. Izabel Lima)

Requerida: Maria Elizabeth Bastos Coutinho (Adv. Ademar Kato)

Despacho (trecho final): "... Assim, indefiro a preliminar. Arbitro pensão alimentícia provisória em Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros) mensais a partir de dezembro em curso. l e venham conclusos. Belém, 09.12.83. a) MARIA LUCIA MARCOS DOS SANTOS.

EXECUÇÃO

Requerente: Banco do Brasil S/A (Adv. Celio Souza)

Requeridos: Francisco Jorge Goulart Dudus e Bohumir Tokar

Despacho: Manifeste-se o Banco do Brasil sobre as informações colhidas, pelo oficial de justiça acerca da residência do executado Bohumir Tokar. Belém, 07.12.83. a) MARIA LUCIA MARCOS DOS SANTOS.

SUMARISSIMA

Requerente: Manoel Jorge de Lima Machado (Adv. Ademar Kato)

Requerida: Transportes Belém Lisboa Ltda (Adv. Raimundo Costa)

Despacho: Digam os interessados sobre a avaliação. Belém, 09.12.83. a) MARIA LUCIA MARCOS DOS SANTOS.

THEREZINHA GUEIROS

Escrivã Vitalícia

CARTÓRIO DO 10º OFÍCIO CÍVEL

ESCRIVÃO HEBAL SARMANHO

RESENHA DO DIA 09.12.83

10ª Vara - Proc. nº 454/83 - ACIDENTE DO TRABALHO
Aut: Francisca da Silva Guimarães

Adva: Maria Adélia Mercês Oliveira

Réu: INPS

Desp: Cite-se a ré, para comparecer a audiência no dia 07 de fevereiro de 1984, às 10:30 horas, podendo oferecer defesa escrita e oral e apresentar provas. Determino o comparecimento da A. 01.12.83. (a) IZABEL VIDAL DE NEGREIROS LEÃO.

10ª Vara - Proc. nº 304/83 - ORDINÁRIA

Aut: Maya - Indústria, Comércio e Exportação Ltda.

Adva: Antônia Sodrê Teles

Réu: Otávio dos Santos Moreira

Desp: Vistos, etc. O processo está em ordem, nada a sanear quanto a legitimidade de partes e representação. Determino o comparecimento das partes para serem ouvidas no dia 06 de fevereiro de 1984, às 10:30 horas. Intimem-se. 29.11.83. (a) IZABEL VIDAL DE NEGREIROS LEÃO.

10ª Vara - Proc. nº 326/83 - EMBARGOS À EXECUÇÃO

Empte.: Propira S/A - Agropecuária e Industrial e outros

Adv. Ruy Villar Sampaio

Empto. Banco do Brasil S/A

Adv. Célio Simões de Souza

Desp: Diga o embargante. 09.12.83. (a) IZABEL VIDAL DE NEGREIROS LEÃO.

10ª Vara - Proc. nº 451/83 - EXECUÇÃO

Aut: Montana S/A Indústria e Comércio

Adv. Orlando Antônio Fonseca

Ré: Comércio de Madeiras M. J. Loureiro

Desp: Cite-se a ré, para comparecer a audiência que irá se realizar no dia 27 de janeiro de 1984, às 10:30 horas, podendo oferecer defesa escrita e oral e apresentar provas. Determino o comparecimento do representante legal da A. 09.12.83. (a) IZABEL VIDAL DE NEGREIROS LEÃO.

10ª Vara - Proc. nº 342/83 - SUMARÍSSIMA

Aut: Alcio Gomes Moreira

Adv. Orlando Antonio Fonseca

Réu: João Alberto Amaral

Desp: Determino o comparecimento do condutor do veículo do réu, na ocasião do acidente, para ser ouvido em audiência a se realizar no dia 26 de janeiro de 1984, às 10:30 horas. 09.12.83. (a) IZABEL VIDAL DE NEGREIROS LEÃO.

HEBAL SARMANHO

Escrivão

RESENHA DO CARTÓRIO FABILIANO LOBATO - 11ª OFÍCIO
BELÉM, 09 DE DEZEMBRO DE 1983

AÇÃO: Despejo p/ falta de pagamento - 3ª Vara - nº 028/82

Autor: Newton Corrêa Vieira (Adv. Dr. Edilson Moura Barroso)

Réu: Alberto Lopes Maia (Adv. Dr. Pedro Lima)

Despacho: À conta.

AÇÃO: Falência - 11ª Vara - nº 412/83

Requerente: A Phillândia Ltda (Adv. Dr. Augusto Roberto Klautau de Araújo)

Requerida: D.P.C. Distribuidora Paraense de Carnes Ltda (Adv. Dr. Antonio Freitas Leite)

Despacho: I - Admito a juntada do substabelecimento feito no pedido de fls. 78; II - O presente pedido de falência veio fundamentado com base no art. 1º do Dec. Lei nº 7661 de 21.06.45, combinado com os arts. 9º nº III, 10 e 11 do citado diploma legal. A requerida ao ser citada opõe-se ao seu pedido de falência depositando a quantia correspondente ao crédito reclamado para discursão de sua legitimidade ou importância. Assim sendo, admito o petitório de fls. 79/81 apresentado pela requerida, no prazo legal, não como "embargo" como tipificou a mesma, uma vez que o pedido inicial de falência não se fundamentou no art. 2º para ser obedecido e estatuído no art. 12 e §§ e sim, como prova de sua defesa (§ 3º do art. 11 combinado com o art. 4º incisos I e III da Lei de Falências); III - Intime-se o requerente para os fins de direito; IV - Intime-se o digno Representante do Ministério Público para manifestar-se sobre a presente ação por ser sua intervenção obrigatória, dado o interesse público evidenciado pela natureza da lide (inciso III do art. 82 do C.P. Civil).

AÇÃO: Ordinária da Rescisão de Contrato com Reparação de Perdas e Danos - 11ª Vara - nº 252/82

Autor: Tsuguo Koyama (Adv. Dr. Tsuguo Koyama)

Réus: Orlando Maués Empreendimento Ltda e Enel Engenharia S/A (Adv. Dr.)

Sentença: Homologo por sentença a desistência manifestada pelo exequente às fls. 40, a fim de que produza os seus devidos e legais efeitos, decretando em consequência a extinção do presente processo, com base no inciso VIII do art. 267

do C.P. Civil, dando-se baixa na distribuição e arquivando-se este. Desentranhem-se dos autos, entregando-os a parte, os documentos que acompanham a inicial, com comprovação nos autos. Custas de lei. P.I.R.

AÇÃO: - Embargos à Execução - 11ª Vara - nº 580/82

Embargante: João Gouvêa dos Santos Freire (Adv. Dr. Osvaldo Barros da Rocha)

Embargado: Belmaq Comercial Ltda (Adv. Dr. Lóris Vilas Boas)

Despacho: Contados e preparados, conclusos.

AÇÃO: - Execução - 11ª Vara - nº 183/83

Autor: Angelino da Silva Oliva (Adva. Dra. Maria Arlete Cunha)

Ré: Maria Oneide Coelho Nauar (Adv. Dr.)

Despacho: Em atenção ao preceituado no § 4º do art. 267 do C.P. Civil, diga a requerida Maria Oneide Coelho Nauar, no prazo de cinco (5) dias, a respeito da desistência da presente ação requerida pelo autor às fls. 15. Intimem-se.

AÇÃO: - Execução - 11ª Vara - nº 137/83

Autora: Dispavi - Distribuidora Paulista de Vidros e Cristais Ltda. (Adv. Dr. Alcides Alcântara)

Ré: Hidroprojeto Engenharia e Projeto Ltda.

Despacho: Em atenção ao preceituado no § 4º do art. 267 do C.P. Civil diga a executada nestes autos, no prazo de cinco (5) dias a respeito da desistência da presente ação, nos termos requerido pelo autor às fls. 58. Intime-se.

AÇÃO: - Despejo p/Falta de Pagamento - 11ª Vara - nº 473/83

Autor: Alberto Soares Brandão de Lima (Adva. Dra. Marília Guedes de Albuquerque).

Réu: Lecyr Pontes Riodades

Despacho: O pedido formulado na inicial de fls. 2, se encontra confuso, razão pela qual, deverá o autor, no prazo de dez (10) dias, esclarecer o mesmo, se se trata de "ação de despejo p/falta de pagamento" ou "ação executiva de cobrança de aluguéis e encargos". Intime-se.

AÇÃO: Ressarcimento de Danos (R-Sumaríssimo) - 11ª Vara - nº 138/83

Autor: Joaquim José Amaro (Adv. Dr. Carlos Alberto Ferreira de Arruda)

Réu: José Costa Tomaz (Adv. Dr. Carlos Balbino T. Potiguar)

Despacho: No procedimento sumaríssimo, admite-se a produção de provas fora da audiência, como a perícia (Ac. unâm. da 2ª Câm. do T.J. SP. na apel. 253.871, rv. dos Tribs. vol. 503, p. 79). Defiro a prova pericial requerida pelo réu, na contestação, por se fazer ela justificável para a solução do litígio, na apuração da causa e avaliação dos alegados danos sofridos pelo prédio do autor. Assim sendo, determino seja procedida a perícia, para a qual nomeio perito do Juízo o Dr. José Maria Monteiro David, com endereço à Trav. João Balby nº 898, nesta cidade. No prazo de cinco (5) dias, contados da publicação regular deste despacho, indiquem as partes, querendo, assistentes técnicos, bem como, apresentem, no mesmo prazo, os quesitos que tiverem. Após a tomada dessas providências preliminares, voltem estes autos conclusos, para que sejam determinadas outras medidas referentes a perícia, bem como, designação da data para prosseguimento da audiência de instrução e julgamento. Intimem-se.

AÇÃO: - Falência - 11ª Vara - nº 711/81

Requerente: Empresa Brasileira de Distribuição Ltda (Adv. Dr. Elias Pinto de Almeida)

Requerida: Palmeira Comercial Ltda (Adva. Dra. Maria Norma de Souza Ferreira)

Despacho: A intervenção do R. Ministério Público é obrigatória na presente ação. O interesse público evidenciado pela natureza da lide (inciso III do art. 82 do C.P. Civil) impõe tal intervenção. À apreciação, portanto, destes autos, ao Dr. Promotor Público, para os fins de direito. Intime-se.

AÇÃO: - Reintegração de Posse - 11ª Vara - nº 316/83

Autor: Espólio de Edith do Nascimento Lima (Adv. Dr. César Zacharias Mátyres)

Réus: Jorge Piedade da Conceição e outra (Adva. Dra. Lindalva Nazaré Vasconcelos Magalhães)

Sentença: No presente processo, foram observadas as formalidades de adireito, estando o mesmo em ordem. Não há nulidades insanáveis a pronunciar ou irregularidades a suprir. As partes são legítimas e estão devidamente representadas. Caberia nessa fase do processo a apreciação da preliminar da "carência de ação", mas como tal matéria se confunde, na espécie, com a matéria alegada como mérito, que ainda não ficou bem deliheada, deixo para apreciá-la na sentença final. Defiro as provas já

requeridas, e a serem produzidas em audiência de Instrução e julgamento que designo para o dia vinte e dois (22) do mês de fevereiro do ano entrante, às 9:30 horas, Intimem-se.

JUIZ DE DIREITO DA... VARA DA CAPITAL
BELÉM, 07 DE DEZEMBRO DE 1983

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DO CÍVEL
JUIZA DE DIREITO DA 13ª VARA
AÇÃO DE ALIMENTOS
AUTORA: Maria José Fonteles Batista (Dra. Norma Esteves)
Réu: Guinemer Marques Baptista
Despacho: Indeferido o pedido.
AÇÃO DE DIVÓRCIO

Autora: Maria das Dores Souza Almeida. (Dr. Raimundo Osório)
Réu: Adalberto Barata de Almeida
Despacho: Julgada improcedente ação
DIVÓRCIO CONSENSUAL
Requerentes: Hamilton Trindade Costa (Dra. Norma Esteves)

Maria de Nazaré Santos Costa
Despacho: Designo, o dia 20 de janeiro, às 11 horas para audiência.

HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO

Requerentes: Lucival Queiroz Pinheiro (Dra. Ilma Abreu)
Maria de Nazaré Pereira da Silva
Despacho: Homologado o acordo.

HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO

Requerentes: Dalmiro Muniz da Luz (Dra. Ilma Abreu)
Maria das Mercês Azevedo da Luz
Despacho: Proceda-se ao reconhecimento da assinatura nos documentos de fls. 03 e 04.

AÇÃO DE ALIMENTOS

Autora: Maria da Conceição Bastos de Oliveira (Dra. Edileia Costa)
Réu: Tomas Miguel
Despacho: Arbitrada provisoriamente a pensão no valor correspondente a dois salários referenciais regionais em favor do menor. Oficie-se na forma da lei. Cite-se a conciliação designando às 11 horas do dia 03 de abril de 1984.

ALVARÁ

Requerente: Milton de Alencar (Dra. Norma Esteves)
Despacho: O requerente deve requerer inventário uma vez que comprovou a ser apenas herdeiros de Clara Rodrigues de Alencar.

AÇÃO DE ALIMENTOS

Autora: Terezinha de Jesus Zamorim da Silva (Dra. Maria do Carmo)
Réu: Pedro Danisi da Silva
Despacho: A autora para que complete o pedido no prazo de 10 dias.

AÇÃO DE ALIMENTOS

Autora: Maridalva Baia Martins Rodrigues (Dra. Joselisa Kauffman)
Réu: Edmee Pantoja Rodrigues (Dr. José Pantoja Rodrigues)
Despacho: Oficie-se a empresa empregadora para efetuar do desconto da pensão de 50% dos salários e vantagens. Proceda-se ao levantamento das parcelas em atraso.

AÇÃO DE ALIMENTOS

Autora: Maria Luiza Carvalho Cavalcante (Dr. Francisco Mileo)
Réu: Raimundo Adão Duarte Lima (Dr. Rafael Lucas)
Despacho: Renovem-se as diligências para o dia 18 de janeiro às 10 horas.

SEPARAÇÃO CONSENSUAL

Requerentes: Wboanerges do Socorro Lopes Raiol (Dra. Guedes Sampaio)
Anete Maria Pereira Raiol
Despacho: Homologada por sentença a separação.

AÇÃO DE R. POSSE

Autor: Mario Cardoso de Souza (Dra. Sonia Paul)
Réu: Narme Garcia de Moraes
Despacho: Os autos da Dra. Sonia Paul devem ser convalidados por uma das advogadas constantes de Portaria do Sr. Procurador Geral do Estado para funcionarem na defensoria Pública.

DIVÓRCIO CONSENSUAL

Requerentes: Lilia Assunção da Silva (Dr. Wilhan Cavalcante)
José Martires Diogenes da Silva

Despacho: Designando às 11 horas do dia 16 de fevereiro de 1984 para audiência da ratificação, quando serão ouvidas as testemunhas.

HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO

Requerentes: Ademar da Silva Campos (Dra. Dorotea Boga)

Luzia Farias da Costa Campos

Despacho: Homologado por sentença o acordo.

SEPARAÇÃO CONSENSUAL

Requerentes: José Maria Moraes Rodrigues (Dr. Wilhan Cavalcante)

Maria de Nazaré Aires Rodrigues

Despacho: Homologado por sentença a separação.

ANULAÇÃO DE ESCRITURA

Autor: Nestor de Souza Guerra (Dr. Luiz Otávio Costa)

Réu: Sebastião Rocha (Dr. Edmar Pereira)

Despacho: Diga o autor sobre a contestação.

DIVÓRCIO CONSENSUAL

Requerentes: Sebastião Gonçalves (Dr. Armando Gonçalves)

Maria de Nazaré Trindade Gonçalves

Despacho: Designado às 11 horas do dia 27 de fevereiro de 1984, para audiência de conciliação, onde serão ouvidas testemunhas.

HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO

Requerentes: Dioceli Pereira Santos (Dra. Florisbela Cantal)

Faustino Dias da Silva

Despacho: Homologado por sentença o acordo.

SEPARAÇÃO JUDICIAL

Requerentes: Milton Queiroz de Oliveira (Dr. Raimundo Osório)

Maria Oneide Guedes de Valente

Despacho: Junte os documentos necessários à propositura da ação.

REVISÃO DE ALIMENTOS

Autora: Maria José Setubal de Lima (Dra. Aldrilena Menezes Lopes)

Réu: Ocimar Ibiapina de Lima

Despacho: Cite-se.

AÇÃO DE ALIMENTOS

Autora: Marcionila Machado de Brito (Dr. Milton Guedes)

Réu: Joaquim dos Santos Silva

Despacho: Forme-se o instrumento.

JUSTIFICAÇÃO

Requerente: Elisa Lopes Medeiros (Dr. Francisco Miléo)

Despacho: Diga o M.P.

CARTÓRIO DO 15º OFÍCIO

JUIZ: Dr. PEDRO PAULO MARTINS

ESCRIVÃ: ANA MARIA MELO CASTELO BRANCO DE CARVALHO

RESENHA DO DIA 09.12.1983

Proc. nº 237/83 DE EXECUÇÃO

Exequente: Fundação dos Terminais Rodoviários do Estado do Pará - FTERPA (Adva. Rosália e Silva).

Executado: Carlos Alberto Oliveira do Couto.

Despacho: R.H. Cumpra-se o pedido de fls. 35 parte final, e após voltem conclusos. Belém, 09.12.83. Dr. Pedro Paulo Martins.

Certifico que por determinação do Dr. Juiz designado o dia 29 de dezembro de 1983, às 11:30 horas para a 1ª Praça Pública e o dia 12.01.84, às 11:30 horas para a 2ª Praça caso não haja licitante na 1ª O referido é verdade e dou fé. Belém, 09.12.83. Escrivã Ana Mª Melo Castelo Branco de Carvalho.

Proc. nº 30/83 DE AÇÃO DE DEPÓSITO

Autora: Secretaria de Estado de Agricultura

Ré: Empresa Agro-Industrial Rio Tapajós Ltda.

Despacho: R.H. Cumpra-se o requerido às fls. 42 e 43 dos autos, na forma da Lei e do pedido. Belém, 09.12.83. Dr. Pedro Paulo Martins.

Proc. nº 435/83 DE EXECUÇÃO

Exequente: Banpará S/A (Adv. Aloysio Campos)

Executado: João Francisco da Rocha Secchi

Despacho: R.H. Cumpra-se o pedido de fls. 18 dos autos, na forma do pedido e da Lei. Belém, 09.12.83. Dr. Pedro Paulo Martins.

Proc. nº 78/83 DE EMBARGOS À EXECUÇÃO

Embargante: Indústria São Vicente M. Santos S/A (Adv. Pedro Bentes P. Filho)

Embargada: Fazenda Pública do Estado (Adv. Geraldo M. C. Lima)

Despacho: R.H. Em provas. Belém, 09.12.83. Dr. Pedro Paulo Martins.

Proc. nº DE EXECUÇÃO
Exequente: Telepará S/A (Adv. Antonio K. Gomes).
Executada: Maria Dolores Ferreira Lira
Despacho: R.H. À conta. Belém, 09.12.83. Dr. Pedro Paulo Martins.

Proc. nº 182/83 DE EXECUÇÃO
Exequente: Telepará S/A (Adv. Antonio K. Gomes)
Executado: Ladilson Araújo Moura
Despacho: R.H. Cumpra-se o requerido às fls. 29 dos autos na forma da lei e do pedido. Belém, 09.12.83. Dr. Pedro Paulo Martins.

Proc. nº 408/83 DE SUMARÍSSIMA
Requerente: Embratel S/A (Adva. Marcia Lombardi de Matos Pereira)

Requerida: Argo Comércio e Representações Ltda.
Despacho: R.H. À conta. Belém, 09.12.83. Dr. Pedro Paulo Martins.

Proc. nº 315/83 DE MANDADO DE SEGURANÇA
Impetrantes: Arnaldo Jordy Figueiredo e outros (Adv. Haroldo Maués de Faria)

Impetrado: Sr. Presidente da Câmara Municipal de Belém.
Despacho: R.H. Analisados os presentes autos de MANDADO DE SEGURANÇA, em que é impetrante Arnaldo Jordy Figueiredo e outros, e impetrado o senhor Presidente da Câmara Municipal de Belém, é de ser a sentença convertida em diligência, para que seja oficiado ao Exmo. Sr. Dr. Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, para que seja informado a este Juízo, a data da diplomação dos Vereadores eleitos, no pleito de quinze de novembro de mil novecentos e oitenta e dois (15.11.1982), através da qual poderá este Juízo melhor apreciar o presente processo. Cumpra-se. Belém, 09.12.83. Dr. Pedro Paulo Martins.

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
Proc. nº 48/83 DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTOS DE ALUGUEIS

Suplicante: Oscarina Paixão Cruz (Adva. Nazaré Gonçalves dos Santos)

Suplicado: Waldemir Melo Cordeiro.

Despacho: R.H. O artigo 892 do CPC, estabelece as normas e prazos a serem obedecidas em se tratando de prestações periódicas nas ações de consignação pagamento. O pedido retro está fora do prazo, pelo que o indefiro. Belém, 09.12.83. Dra. Maria Lúcia X. Hanaque.

Proc. nº DE EMBARGOS À EXECUÇÃO
Embargante: Atlântica Cia Nacional de Seguros (Adv. Milton Nobre)

Embargado: Rômulo Parente de Carvalho
Despacho: Este Juízo necessita esclarecer fatos para o julgamento da lide. Assim, designo o dia 27.12.83, às 11 horas, para a instrução devendo comparecer ao ato, embargante e embargado. Int. Belém, 09.12.83. Dra. Mª Lúcia X. Hanaque.

Proc. nº 71/83 DE REIVINDICATÓRIA
Requerente: Maria José Cacella Alves (Adv. Raimundo de P. Osório)

Requeridos: Mauri de Oliveira e sua mulher.
Despacho: Diga a parte contrária sobre o pedido retro. Belém, 09.12.83. Dra. Maria Lúcia X. Hanaque.

Proc. nº 53/83 DE DESPEJO
Requerente: Rosalvo Dias Alves (Adva. Ana Fátima de A. Maia)

Requerida: W. A. Nery (Adv. Paulo Fernando Lamarão)
Despacho: R.H. Remarco de acordo com o pedido retro, para o dia 16.12.83, às 10:30 horas, observadas as formalidades legais. Belém, 09.12.83. Dra. Maria Lúcia X. Hanaque.

Belém, 09 de dezembro de 1983.

ANA MARIA MELO CASTELO BRANCO DE CARVALHO
Escrivã

(G. Reg. nº 3890)

REPARTIÇÃO CRIMINAL

RESENHA DO CARTÓRIO DA 1ª PRETORIA CRIMINAL DA COMARCA DA CAPITAL

Sentença proferida pela 1ª Pretora.

Pretora: Dra. Maria Stella Castro Peixoto

Escrivão: Walmick Duarte de Melo

Proc. nº 10/83 - Autos de Queixa-Crime de Calúnia.

Querelante: Moacir Ferreira Torres

Querelado: Ernesto Maués de Serra Freire

Advogado: Dr. Osvaldo Serrão.

Sentença: De conformidade com o art. 60, item I e 61, do Código de Processo Penal e art. 108, item IV, do Código Penal, decreto, de ofício, a perempção, da presente Queixa-Crime e, em consequência, JULGO EXTINTA a punibilidade arguida contra o Querelado, qualificado nos autos.

P.R.J. e C.

Belém, 17.06.1983.

a) M. S. C. Peixoto

(G. Reg. nº 3890)

JUSTIÇA FEDERAL

BOLETIM DA JUSTIÇA FEDERAL

DE Nº 197/83

EXPEDIENTE DO DIA 09.11.83

Juiz Federal e Diretor do Foro: JOSÉ ANSELMO DE FIGUEIREDO SANTIAGO.

Juiz Federal: Dr. Aristides Porto de Medeiros.

Diretor da Secretaria: Dr. José Agular Barroso.

Of. Nº 2.047/83 - Bel. Fábio Caetano.

Assunto: Informação em HC (presta.)

DESPACHO: Junte-se aos autos. Belém-Pa., em 09.11.83. a)

A. Santiago - Juiz Federal.

Petição de: Laurimar Quelroz Campelo (Adv.: Dr. José H. Lima)

Assunto: Ref. Proc. nº 20.444

DESPACHO: N. A. Conclusos. Belém-Pa., em 09.11.83. a) A. Santiago - Juiz Federal.

Petição de: Luiz Correia Cardoso (Adv.: Dr. José Maria Tuma)

Assunto: Ref. Proc. nº 22.936

DESPACHO: Junte-se aos autos. Belém-Pa., em 09.11.83. a) A. Santiago - Juiz Federal.

Petição de: I.A.P.A.S. (Adva. Dra. Vera Lucia Santos)

Assunto: Refs. Procs. nºs. 22.318 - 22.570 - 22.560 e 22.334.

DESPACHO: Junte-se aos autos. Belém-Pa., em 09.11.83. a) A. Santiago - Juiz Federal.

Petição de: Darlo José Bernardes (Adv.: Dr. Félix Emanuel T. Olivera)

Assunto: Vem interpor embargos à execução - Ref. Proc. 22.611

DESPACHO: A. em apenso ao processo principal, conclusos. Belém-Pa., em 09.11.83. a) A. Santiago - Juiz Federal.

Petição de: I.A.P.A.S. (Adva.: Dra. Maria Consuelo Pessoa)

Assunto: Ref. Proc. nº 23.075

DESPACHO: N. A. Conclusos. Belém-Pa., em 09.11.83. a) A. Santiago - Juiz Federal.

Petição de: Carlos Nascimento Levy (Adv.: Dr. Adilson Verçosa)

Assunto: Vem promover ação declaratória contra Vivenda.

DESPACHO: A. Conclusos. Belém-Pa., em 09.11.83. a) A. Santiago - Juiz Federal.

DFJ/DN/SN/Proc. nº 24.423/80 - Do Diretor Geral do Depart. Federal de Justiça

Assunto: Certificado de Naturalização (encaminha)

DESPACHO: Idêntico ao acima.

Petição de: Rubens Carvalho de Souza (Adv.: Dr. Miguel N. Galvão).

Assunto: Liberação de Veículo (requer)

DESPACHO: Idêntico ao acima.

Tel nº 071/83 -SPE/MB/PA. - Del. Roberto Felipe de Araújo Porto

Assunto: Comunicação de Prisão (faz)

DESPACHO: A. Conclusos. Belém - Pa., em 09.11.83. a) A. Santiago - Juiz Federal.

Petição do: Ministério Público Federal (Proc. da Rep. Dr. Almerindo Trindade)

Assunto: Vem apresentar denúncia contra José de Oliveira Cardoso e outros.

DESPACHO: Idêntico ao acima.

Petição do: Ministério Público Federal (Proc. nº da Rep. Dr. Paulo Meira)

Assunto: Vem apresentar denúncia contra Antonio Arnaldo Pereira de Castro.

DESPACHO: Idêntico ao acima.

Petição do: Ministério Público Federal (Proc. da Rep. Dr. Paulo Meira)

Assunto: Vem apresentar denúncia contra Silvio de Palva Macedo e outros.

DESPACHO: Idêntico ao acima.

Of. nº 686/93 - Bel. Cleuber Francisco Antunes

Assunto: Inq. Pol. nº 041/83 - Solicita prazo

DESPACHO: N. A. Concedo o prazo de quarenta (40) dias prorrogação, para complementação das diligências. Com as cautelas legais, restituam-se os autos à esfera policial. Belém-Pa., em 09.11.83. a) A. Santiago - Juiz Federal.

Of. nº 2.033/83 - Bel. Geraldo Dalia da Costa

Assunto: Inq. Pol. nº 158/83 - Solicita prazo

DESPACHO: Idêntico ao acima.

Proc. nº 22.831 - Carta Precatória

Deprecante: Juiz Federal do Amazonas

Deprecado: Juiz Federal do Pará

DESPACHO: Faça-se a conta e, em seguida, restituam-se os autos ao Douto Juízo deprecante, com as cautelas legais e as nossas homenagens. Belém-Pa., em 09.11.83. a) A. Santiago - Juiz Federal.

Proc. nº 24.326 - Carta Precatória

Deprecante: Juiz de Direito da Comarca de Macapá

Deprecado: Juiz Federal no Estado do Pará

DESPACHO: 1. À Conta. 2. Diga o Dr. Procurador da República 3. Restituam-se os autos ao Douto Juízo deprecante, com as cautelas legais, e as nossas homenagens. Belém-Pará em 09.11.83. a) A. Santiago - Juiz Federal.

Proc. nº 23.086 - Ação Penal

Autora: A Justiça Pública (Proc. da Rep. Dr. Paulo Meira).

Réu: Valdir Lima Calado

DESPACHO: Sobre o Expediente de fl. 71, diga o Doutor Procurador da República Belém-Pará, em 09.11.83. a) A. Santiago - Juiz Federal.

Proc. nº 22.097 - Pedido de Arquivamento de Inquérito Policial nº 042/82.

Reque: Ministério Público Federal (Proc. da Rep. Dr. Paulo Meira)

DESPACHO: Responda-se o expediente de fl. 83, com base no parecer de fl. 85. Belém, Pa, em 09.11.83. a) A. Santiago - Juiz Federal.

Proc. nº 4.412 - Pedido de Arquivamento de Inquérito Policial nº 55/71

Reque: Ministério Público Federal (Proc. da Rep. Dr. Paulo Meira)

DESPACHO Idêntico ao acima.

Proc. nº 21.643 - Ação Penal

Autora: A Justiça Pública (Proc. da Rep. Dr. Paulo Meira)

Réus: Tiburcio Soares da Rocha e José Newton da Rocha (Adv. Dr. Alberto Campos)

DESPACHO: Idêntico ao acima.

Proc. nº 21.869 - Pedido de Arquivamento Policial nº 121/82.

Reque: Ministério Público Federal (Proc. da Rep. Dr. Paulo Meira)

DESPACHO Idêntico ao acima.

Proc. nº 21.859 - Pedido de Arquivamento de Inquérito Policial nº 045/82.

Reque: Ministério Público Federal (Proc. da Rep. Dr. Paulo Meira)

DESPACHO: Idêntico ao acima.

Proc. nº 22.603 - Pedido de Arquivamento de Inquérito Policial nº 83/82.

Reque: Ministério Público Federal (Proc. da Rep. Dr. Paulo Meira)

DESPACHO: Idêntico ao acima.

Proc. nº 21.764 - Ação Penal.

Autora: A Justiça Pública (Proc. da Rep. Dr. Paulo Meira)

Réu: Elmano Gomes Martins

DESPACHO: Idêntico ao acima.

Proc. nº 22.014 - Pedido de Arquivamento de Inquérito Policial nº 90/82.

Reque: Ministério Público Federal (Proc. da Rep. Dr. Paulo Meira)

DESPACHO: Responda-se o expediente de fl. 86, com a informação de que as mercadorias apreendidas nestes autos não mais interessam ao processo. Belém-Pa., em 09.11.83. a) A. Santiago - Juiz Federal.

Proc. nº 5.564 - Ação Penal

Autora: A Justiça Pública (Proc. da Rep. Dr. Paulo Meira).

Réus: Raimundo Nonato Monteiro da Silva e Tertuliano Brito de Farias (Adv. Drs. Hellomar Matos e Ruy Barata)

DESPACHO: Responda-se o expediente de fl. 105, com base no parecer de fl. 106 verso. Belém-Pa., em 09.11.83. a) A. Santiago - Juiz Federal.

Proc. nº 2.555 - Ação Criminal

Autora: A Justiça Pública (Proc. da Rep. Dr. Paulo Meira)

Réus: Maramaldo Mendes da Silva e Raimunda Penafort Mendes.

DESPACHO: Responda-se o expediente de fl. 161, com base no parecer do Ministério Público Federal de fl. 162. Belém-Pa., em 09.11.83. a) A. Santiago - Juiz Federal.

Proc. nº 23.065 - Pedido de Arquivamento de Inquérito Policial nº 150/82.

Reque: Ministério Público Federal (Proc. da Rep. Dr. Paulo Meira)

DESPACHO: Idêntico ao acima

Proc. nº 19.305 - Ação Penal

Autora: A Justiça Pública (Proc. da Rep. Dr. Paulo Meira)

Réus: Floriano Ferreira e outros (João Jurandir Manito e José da Rocha Moreira)

DESPACHO: Responda-se o expediente de fl. 104, com a informação de que as mercadorias apreendidas, não mais interessam ao desate do caso dos autos. Belém-Pa., em 09.11.83. a) A. Santiago - Juiz Federal

Proc. nº 2.290 - Ação Penal

Autora: A Justiça Pública (Proc. da Rep. Dr. Paulo Meira)

Réu: Ronaldo de Almeida Consenl (Adv.: Dr. Hellomar Matos)

DESPACHO: Responda-se o expediente de fl. 178, com base no parecer emitido pelo digno representante do Ministério Público Federal, a fl. 179 verso. Belém-Pa., em 09.11.83. a) A. Santiago - Juiz Federal.

Proc. nº 22.745 - Ação Penal

Autora: A Justiça Pública (Proc. da Rep. Dr. Paulo Meira)

Réu: José Ribeiro da Silva (Adv.: Dr. Paulo Rola)

DESPACHO: Sobre expediente de fl. 41, diga o Dr. Procurador da República. Belém-Pa, em 09.11.83. a) A. Santiago - Juiz Federal.

Proc. nº 10.035 - Pedido de Arquivamento de Inquérito Policial.

Reque: Ministério Público Federal Proc. da Rep. Dr. Almerindo Trindade.

Requeridos: Carlos Nagib Massoud e Roberto do Amaral Massoud

DESPACHO: Pela segunda vez, comunique-se ao Senhor Delegado da Receita Federal, neste Estado, que as mercadorias apreendidas nestes autos não mais interessam ao desate do caso dos autos. Belém, Pa, em 09.11.83. a) A. Santiago - Juiz Federal.

Proc. nº 21.347 - Ação Penal

Autora: A Justiça Pública (Proc. da Rep. Dr. Almerindo Trindade)

Réus: Antonio José Agular da Lima e outros

DESPACHO: Sobre o contido no expediente de fl. 1.079, colha-se a manifestação do douto representante do Órgão do Ministério Público Federal. Belém Pa, em 09.11.83. a) A. Santiago - Juiz Federal.

Proc. nº 22.023 - Ação Penal

Autora: A Justiça Pública (Proc. da Rep. Dr. Paulo Meira)

Réu: Wanderley Meira Lima

DESPACHO: 1. Intime-se os advogados que subscreveram a petição de fl. 112, para satisfazerem as exigências do § 2º, do art. 56,

da Lei nº 4.215, de 27/04/63. 2. Indefiro, por falta de amparo legal, o pedido de fl. 112. Membros da família do réu que custeiam as despesas relacionadas com o pagamento de honorários de advogado, para patrocinar a defesa daquele, podiam e podem custear, também, as despesas de transporte e estada do Indigitado, para o Interrogatório em Juízo, atento que o Implicado deve permanecer no distrito da culpa, de onde só pode ausentar-se com a autorização expressa do Juiz do Félto. Belém-Pa, em 09.11.83. a) A. Santiago - Juiz Federal.

Proc. Nº 18.115 - Ação Penal

Autora: A Justiça Pública (Proc. da Rep. Dr. Paulo Meira)

Réus: Carlos Lima Ferreira e Ruth Chanovsky (Adv. Drs. José Maria da Consolação e Max Vieira Cardoso)

DESPACHO: Diante do parecer de fl. 73 verso, emitido pelo digno representante do Ministério Público Federal, responde-se o expediente de fl. 71, com a informação de que as mercadorias apreendidas não mais interessam a este processo. Belém, Pa, em 09.11.83. a) A. Santiago - Juiz Federal.

Proc. nº 22.011 - Ação Penal

Autora: A Justiça Pública (Proc. da Rep. Dr. Paulo Meira)

Réus: Paulo Sérgio de Oliveira Silva e Ruth Abitbol ou Ruth Chanowsky (Adv. Dr. Alberto Campos)

DESPACHO: Sobre o contido no expediente de fl. 67, diga o Dr. Procurador da República. Belém, Pa, em 09.11.83. a) A. Santiago - Juiz Federal.

Proc. nº 22.022 - Ação Penal

Autora: A Justiça Pública (Proc. da Rep. Dr. Paulo Meira)

Réu: José Victorino Brito Portal

DESPACHO: Sobre o contido no expediente de fl. 43, diga o Dr. Procurador da República. Belém, Pa, em 09.11.83. a) A. Santiago - Juiz Federal.

Proc. nº 10.406 - Ação Penal

Autora: A Justiça Pública (Proc. da Rep. Dr. Paulo Meira)

Réus: Arthur de Assis Lopes e Wanderley Pontim (Adv.: Dr. João José Aguiar Carvalho)

DESPACHO: Sobre o contido no expediente de fl. 207, colha-se a manifestação do digno representante do Órgão do Ministério Público Federal. Belém, Pa, em 09.11.83. a) A. Santiago - Juiz Federal.

Proc. nº 21.884 - Ação Penal.

Autora: A Justiça Pública (Proc. da Rep. Dr. Paulo Meira)

Réus: Alfredo Silva dos Prezeres e outros (Adv. Drs. Dilson Marinho Nogueira, Paes Lourinho)

DESPACHO: Voltem os autos com vista ao digno representante do Ministério Público Federal, a fim deste se manifestar sobre o contido no expediente oriundo da Delegacia da Receita Federal, neste Estado, junto aos autos à fl. 97. Belém, Pa, em 09.11.83. a) A. Santiago - Juiz Federal.

Proc. nº 22.740 - Ação Penal.

Autora: A Justiça Pública (Proc. da Rep. Dr. Paulo Meira)

Réu: Marcus Augusto Cavalcante Bentes.

DESPACHO: Já que o acusado Marcus Augusto Cavalcante Bentes, não tem advogado, como o mesmo declarou no seu Interrogatório de fl. 148/149, nomeio-lhe defensor o Dr. Ruy Guilherme de Aquino, com escritório nesta cidade, à Rua 13 de maio, Edf. Barão de Belém, s/ 1.401, que servirá sob a fé de seu grau. Dê-se-lhe vista dos autos para os fins e efeitos do art. 395, do Cod. de Proc. Penal. Belém, Pa, em 09.11.83. a) A. Santiago - Juiz Federal.

Proc. nº 24.424 - Pedido de Arquivamento de Inquérito Policial Nº 30/83.

Repte: Ministério Público Federal (Proc. da Rep. Dr. Paulo Meira)

SENTENÇA: Diante do que se contém no bojo dos autos do Inquérito Policial nº 030/83-SR/DPF/PA, defiro o pedido do seu arquivamento, formulado pelo Dr. Procurador da República na petição de fl. 2. Custas na forma da Lei P.R. e I. Belém, Pa, em 09.11.83. a) A. Santiago - Juiz Federal.

Ofício nº 688/83, de 04.11.83, da Delegacia de Polícia Federal em Santarém (PA).

Assunto: Encaminha os autos do Inquérito Policial nº 042/83, solicitando novo prazo para complementação das diligências.

DESPACHO: N. A. Concedo o prazo de quarenta (40) dias, em prorrogação, para complementação das diligências. Com as cautelas legais, restituam-se os autos à esfera policial. Belém, Pa, em 09.11.83. a) A. Santiago - Juiz Federal.

Ofício nº 2030/83/-CART/SR/DPF/PA., de 04.11.83, da Superintendência Regional do DPF/PA.

Assunto: Encaminha os autos do Inquérito Policial nº 159/83-SR/DPF/PA., com solicitação de prazo para prosseguimento das diligências.

DESPACHO: Idêntico ao anterior.

Petições do: IAPAS (Adva.: Dra. Vera Lúcia Lima dos Santos).

Assunto: Comunica que em virtude de redistribuição de fêtos passará a funcionar nos Processos nºs. 22.321 e 22.579.

DESPACHO: Junte-se aos autos. Belém, Pa, em 09.11.83. a) A. Santiago - Juiz Federal.

Petição Inicial de Mandado de Segurança em que é Impetrante José Roberto Ferreira Montelro (Adv. Dr. Eliberto Conde), e Impetrada: Diretora do Departamento Regional de Pessoal do IAPAS.

DESPACHO: A. Conclusos. Belém, Pa, em 09.11.83. a) A. Santiago - Juiz Federal.

Inicial de Naturalização (Of. nº 13.422, de 03.11.83, do Departamento Federal de Justiça) de Ragheda Salim Amer.

DESPACHO: Idêntico ao anterior.

Petição Inicial de Denúncia que o Ministério Público Federal (Rep. do M. P. Dr. Almerindo Trindade) vem oferecer contra Oscar Miguel Preboste.

DESPACHO: Idêntico ao anterior.

Nºs 547-IP, 581-IP, 750-IP e IP nº 29/83-DPF/MB (Inquéritos Policiais nºs 50/82, 96/82, 16/83; MB e 29/83;MB).

DESPACHOS: Atendendo à solicitação contida a fl., concedo o prazo de trinta (30) dias, em prorrogação, para complementação das diligências. Com as cautelas legais, restituam-se os autos à esfera policial. Belém, Pa, em 09.11.83. a) A. Santiago - Juiz Federal.

JUSTIÇA DO TRABALHO

1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O doutor RAYMUNDO WALTER DA LUZ, Juiz do Trabalho, Substituto, no exercício da Presidência da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Belém:

FAZ SABER, que, pelo presente EDITAL, fica notificado o Sr. JORGE CORDEIRO LOPES, com endereço em lugar incerto e não sabido, reclamante nos autos do Processo nº 1a.JCJ-1.391/83, em que é reclamada INCOSE - INDUSTRIAL E COMERCIAL CEARENSE LTDA., para ciência de que, em audiência do dia 08 de novembro de 1983, proferiu a seguinte decisão nos autos do processo precitado: "RESOLVE A PRIMEIRA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM, SEM DIVERGÊNCIA de votos, JULGAR PROCEDENTE, EM PARTE, A RECLAMAÇÃO PARA CONDENAR A RECLAMADA, INCOSE - INDUSTRIAL E COMERCIAL CEARENSE LTDA., A PAGAR AO RECLAMANTE, JORGE CORDEIRO LOPES, A TÍTULO

DE GRATIFICAÇÃO DE NATAL DE 1983 1/12 AVOS A QUANTIA DE Cr\$-850,00. IMPROCEDENTES OS DEMAIS PEDIDOS. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA, NA FORMA DA LEI. Custas pela reclamação sobre o valor da condenação na quantia de Cr\$-85,00. Notificar as partes desta decisão.

E, para chegar ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, o qual será publicado na imprensa Oficial do Estado e afixado no lugar de costume, na sede desta Primeira Junta, à Trav. D. Pedro I, nº 750, 3º bloco, 2º andar.

Dado e passado nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, ao primeiro dia do mês de dezembro de mil novecentos e oitenta e três. Eu, Maria de Lourdes G. da Costa Auxiliar Judiciário, lavrei o presente. E eu, Delphina Araújo Ramos, Diretora de Secretaria, subscrevi.

O JUIZ:

RAYMUNDO WALTER DA LUZ

Juiz do Trabalho, Substituto,
na Presidência da 1a. 1a.JCJ-Belém.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O doutor RAIMUNDO WALTER DA LUZ, Juiz do Trabalho Substituto, na Presidência da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Belém.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado o sr. MANOEL MORAES CABRAL, com endereço em lugar incerto e não sabido, reclamante nos autos do processo nº 1a.JCJ-1.723/83, em que é reclamada SOUSA ARANTE LTDA., para ciência de que, em audiência do dia 29 de novembro de 1983, a Junta decidiu: "Resolve a MM. Junta extinguir o processo sem julgamento do mérito. Custas pelo reclamante, sobre o valor arbitrado em Cr\$-180.000,00, com a isenção legal, na quantia de Cr\$-10.741,92. A reclamada tomou ciência da decisão. Notifique-se o reclamante por Edital e por cautela notifique também a sua Ilustre advogada".

E, para chegar ao conhecimento do interessado, é passado o presente EDITAL, o qual será publicado na Imprensa Oficial do Estado e afixado no lugar de costume, na sede desta Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, à Trav. D. Pedro I, número 750, 3º bloco, 2º andar.

Dado e passado nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, ao primeiro dia do mês de dezembro de mil novecentos e oitenta e três. Eu, Maria de Lourdes G. da Costa Aux. Jud. lavrei o presente. E eu, Delphina Araújo Ramos Diretora de Secretaria, subscrevi.

O JUIZ:

RAYMUNDO WALTER DA LUZ

Juiz do Trabalho, Substituto,
na Presidência da 1a.JCJ-Belém.

(G. Reg. nº 3610)

EDITAL DE PRAÇA, COM PRAZO DE 20 DIAS

O Doutor Juiz do Trabalho, Presidente da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém.

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem, ou dele notícia tiverem, que, no dia 27 de janeiro de 1984 às 15:15 horas, na sede desta Junta à Trav. D. Pedro I, 750, serão levados a público pregão de venda e arrematação, a quem oferecer o maior lance, sobre o bem penhorado na execução movida por ESTER LÚCIA GASPAR MAXIMIANO, contra MANOEL RAIMUNDO MORAES, bem esse encontrado à Trav. Dom Pedro I, 750 e que é o seguinte:

1 (hum) terminal telefônico de nº 224.1238.

Avaliado em Cr\$-500.000,00

TOTAL DA AVALIAÇÃO ... Cr\$-500.000,00

(QUINHENTOS MIL CRUZEIROS).

Quem pretender arrematar dito bem deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando cliente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (vinte por cento) de seu valor. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente Edital, que será publicado no "Diário da Justiça" e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta. Belém, 01 de dezembro de 1983. Eu, Pedro Mário da Silva, Auxiliar Judiciário datilografei. E eu, Delphina Araújo Ramos, Chefe da Secretaria, subscrevo.

RAYMUNDO WALTER DA LUZ

Juiz do Trabalho

na Presidência da 1a.JCJ-Belém.

(G. Reg. nº 3627)

3a. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM.

Proc. Nº 1504/83 e CP-3a. JCJ-38/83, 39/83 e 40/83.

EDITAL DE PRAÇA COM PRAZO DE 20 DIAS.

O Doutor Juiz do Trabalho, Presidente da 3a. Junta de Conciliação e Julgamento de Belém.

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem, ou dele notícia tiverem, que, no dia 27 de janeiro de 1984, às 16:35 horas, na sede desta Junta, à Trav. D. Pedro I, 750 serão levados a público pregão de venda e arrematação, a quem oferecer o maior lance para os bens penhorados na execução movida por: Edir da Silva Gomes, Abraão Ferreira da Silva e Outros, Raimundo Pedreira e Outros, e Maria Iraci Dantas de Araújo, contra COMIG - Companhia Madelreira - o Miguei, e que são os seguintes:

— Uma Balsa de 500 TDW, para carga geral no convés, com as seguintes características: comprimento total 42,00 metros, comprimento perpendicular 40,32 metros, pontal, 1,85 metros, boca 12,00 metros, calado, leve 0,30 metros, calado carregado 1,55 metros, TPB-500 toneladas, deslocamento leve 125 toneladas, carregado 625 toneladas, com a denominação de "Comig III", Indústria brasileira, em pleno funcionamento. Avaliação: Cr\$-40.000.000,00 (Quarenta Milhões de Cruzeiros).

Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando cliente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (vinte por cento) de seu valor. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente Edital, que será publicado no "Diário da Justiça" e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta. Belém, 01 de dezembro de 1983. Eu, Maria dos Anjos de Souza Corrêa, Técnica Judiciária AJ-021.A, datilografei. E eu, Maria das Mercês Netto Pereira, Chefe da Secretaria, subscrevo.

FIOLMENA MARIA JORGE CHAVES

Juiz do Trabalho Substituta na

Presidência da 3a. JCJ de Belém.

(G. Reg. nº 3611)

5ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM

Proc. 5ªJCJ-2054/82

EDITAL DE PRAÇA, COM O PRAZO DE 20 DIAS

O Doutor Juiz do Trabalho, Presidente da 5ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém.

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem, ou dele notícia tiverem, que, no dia 23 de janeiro de 1984, às 16:05 horas, na sede desta Junta, à Tv. D. Pedro I, 750, serão levados a público pregão de venda e arrematação, a quem oferecer o maior lance os bens penhorados na execução movida por Rita Santos Rosa, contra Fernando Rodrigues, bens esses encontrados à Tv. D. Pedro I, 750 (Depósito do TRT) e que são os seguintes:

01 (uma) camioneta, marca Ford F-100-4, cor branca, com lataras preta, chapa AK-0458 de Belém, ano 1978, no estado. Valor atribuído: Cr\$-450.000,00 (Quatrocentos e Cincoenta Mil Cruzeiros).

Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados ficando cliente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (vinte por cento) de seu valor. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente Edital, que será publicado no "Diário da Justiça" e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta. Belém, 01 de dezembro de 1983. Eu, Roberto Rubens R. Santos, Aux. Jud. datilografei. E eu, José Benedito de Santana Filho, Diretor da Secretaria, subscrevo.

CARLOS RAIMUNDO LISBOA DE MENDONÇA

Juiz do Trabalho

(G. Reg. nº 3628)

6ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM

EDITAL DE PRAÇA, COM PRAZO DE 20 DIAS.

O Doutor Juiz do Trabalho, Presidente da 6ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, Processo nº 1.388/82.

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem, ou dele notícia tiverem, que, no dia 23 de janeiro de 1984, às 13:30 horas, na sede desta Junta à Tv. D. Pedro I, 750, serão levados a público pregão de venda e arrematação, a quem oferecer o maior lance os bens penhorados na execução movida por Benedito de Souza Pessoa, contra Cogeco Ltda. bens esses encontrados à Tv. D. Pedro I, 750, no Depósito Público do TRT da 8ª Região. e que são os seguintes:

"Uma Máquina afiladeira de freza e vidia, marca "Eberle", equipada c/motor elétrico de 1/2 HP no estado". Valor atribuído Cr\$-200.000,00.

Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando cliente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (vinte por cento) de seu valor. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados,

é passado o presente Edital, que será publicado no "Diário da Justiça" e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta. Belém, 28 de novembro de 1983. Eu, Ana Margarida Reis, Técnica Judiciária datilografei. E eu, Eliette Mattos, Chefe da Secretaria, subscrevo.

JOSE CLAUDIO MONTEIRO DE BRITO

Juiz do Trabalho, Presidente
da Sexta Junta de Conciliação e
Julgamento de Belém.

(G. Reg. nº 3612)

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA RE- GIÃO

NOTA Nº 216/83

Processo TRT RP Nº 216/83

Exequente: Pedro Farias da Costa

Executado: Departamento de Estradas de Rodagem

O Exmº Sr. Dr. Juiz Presidente deferiu o Precatório Requisi-
tório mandando-o cumprir na forma da Constituição da República e
do Regimento Interno deste Tribunal (arts. 179 e seguintes).

Feito no Serviço Processual da Secretaria Judiciária do Tribu-
nal Regional do Trabalho da 8ª Região, aos 2 de dezembro de 1983.

MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES BASTOS

Diretora do Serviço Processual,
Em Substituição.

(G. Reg. nº 3626)

NOTA Nº 217/83

PROCESSO TRT RP Nº 217/83

Exequente: Manoel Luiz Mota Neves

Executado: Município de Acará - Prefeitura

O Exmo. Sr. Dr. Juiz Presidente deferiu o Precatório Requisi-
tório, mandando-o cumprir na forma da Constituição da República e
do Regimento Interno deste Tribunal (arts. 179 e seguintes).

Feito no Serviço Processual da Secretaria Judiciária do Tribu-
nal Regional do Trabalho da 8ª Região, aos 2 de dezembro de 1983.

MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES BASTOS

Diretora do Serviço Processual, em substituição

(G. Reg. - nº 3626)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Presidente: LUCIVAL BARBALHO

ATA da 126ª Reunião Ordinária, 2º Período da 1ª
Sessão Legislativa da 10ª Legislatura da Assembléia
Legislativa, realizada em 30 de novembro de 1983.

PRESIDENTE : Sr. Deputado Lucival Barbalho.

1º SECRETARIO: Sr. Deputado José Guilherme.

2º SECRETARIO: Sr. Deputado Milton Péres.

Aos trinta dias do mês de novembro, do ano de mil novecen-
tos e oitenta e três, às quinze horas no Plenário da Assembléia Legis-
lativa do Estado do Pará, havendo número legal, o Sr. 2º Vice-Presi-
dente, Deputado Eladyr Nogueira, assumiu a Presidência dos Traba-
lhos e invocando o Preceito Regimental, declarou aberta a presente
Reunião, com o Sr. Deputado Carlos Estácio procedendo a Leitura do
Expediente. Após a Leitura do Expediente, o Sr. Presidente anunciou
o PEQUENO EXPEDIENTE, concedendo a palavra ao Deputado Car-
los Estácio que manifestou congratulações ao Presidente deste Po-
der pela passagem do seu natalício, no dia de hoje, fez ainda uma
síntese da política tributária que vem se desenvolvendo no Município
de Breves, com sérias repercussões na 5ª Região Fiscal e apresen-
tou requerimento solicitando ao Secretário de Educação para que
tome as providências necessárias, a fim de apurar as denúncias vel-
culadas no Jornal do Marajó, sobre os desmandos que vem prati-
cando a Diretora da Escola de 1º Grau, "Dr. Lauro Sodré", no Municí-
pio de Breves, Professora Maria José Lopes Dias. O orador seguinte,
foi o Deputado Santana Costa que manifestou congratulações a Pre-
lazia, bem como ao povo de Abaetetuba, pela organização e partici-
pação, do Círio de Nossa Senhora da Conceição - Padroeira daquele
Município e apresentou requerimento de apelo ao Governador do
Estado para que através da CELPA, estude a viabilidade para a ins-
talação da extensão da rede de energia elétrica para o bairro, deno-
minado Campo de Aviação, na Cidade de Abaetetuba. Seguiu-se n.
Tribuna o Deputado Paulo Lisboa apresentando requerimento de vo-
tos de louvor ao Maestro e Compositor Santareno, Wilson Fonseca,
que em comemoração aos seus 50 anos de vida artística e 70 anos
de idade, lança um disco L.P., com gravações de Música de sua au-
toria, interpretado por seu filho José Agostinho da Fonseca, ao qual
é estendido o louvor requerido. Passando ao GRANDE EXPEDIENTE,
por cessão de direito do Deputado Aldo Almeida, ocupou a Tri-
buna o Deputado Mário Chermont, voltando a falar da falta de ele-
mentos básicos para acompanhar o Projeto ALBRAS-ALUNORTE,
implantado no Município de Barcarena, principalmente na área de
segurança, ante a onda de violência que assola o Estado do Pará, ci-
tando o recente assassinato do Vereador João de Jesus Pantoja
como consequência da falta de estrutura naquele Município. Con-
cluiu o orador dizendo ser necessário a criação de uma Instituição
para dar assistência aos familiares das vítimas de crimes de morte.

Manifestaram-se através de apartes os Deputados: Ronaldo Passari-
nho, Aldo Almeida, Célio Sampaio e Gabriel Guerreiro. Assumiu a
Presidência o Deputado Fernando Bahia. Por cessão de direito do
Deputado, Mariaudir Santos, assumiu a Tribuna o Deputado Itamar
Francez fazendo um retrospecto da atuação parlamentar em nossa
Capital e desejou votos de boas festas a todos os parlamentares.
Através de apartes debateram com o orador os Deputados: Aldebaro
Klautau, Ronaldo Passarinho, Alcides Corrêa e Célio Sampaio. Em
seguida, o Sr. 1º Vice-Presidente, Deputado Fernando Bahia, fez o
registro do aniversário do Presidente deste Poder, Deputado Lucival
Barbalho, que transcorreu no dia de hoje, e congratulou-se com o
mesmo pelo evento, almejando ao aniversariante felicidade e ratifi-
cando o brilhante trabalho que vem desempenhando à Presidência
desta Casa Legislativa. Passando à 1ª PARTE DA ORDEM DO DIA,
assumiu a Presidência o Deputado Lucival Barbalho, agradecendo a
todos os manifestos feitos pela passagem do seu natalício e afirmou
ser estes gestos um incentivo para o seu bom desempenho à frente
desta Casa Legislativa. Foram aprovadas as Atas das 125ª Reunião
Ordinária e 76ª, 77ª Reuniões Extraordinárias. O Deputado José Gui-
lherme assumiu a Tribuna, apresentando Projeto de Lei, que reco-
nhece de Utilidade Pública, para o Estado do Pará, à Associação
Carnavalesca "A Grande Família". Foram deferidos pela Mesa os se-
guintes requerimentos: Do Deputado Carlos Estácio, de congratu-
lações ao Deputado Lucival Barbalho, pela passagem do seu natalí-
cio; do Deputado Aldebaro Klautau, de congratulações pelos 17 anos
de instalação da SUDAM; do Deputado Paulo Lisboa, de louvor ao
Maestro e Compositor Santareno Wilson Fonseca, bem como ao seu
filho José Agostinho da Fonseca, que interpreta as Músicas de seu LP,
lançado, em comemoração aos seus 50 anos de vida artística e 70
anos de idade; do Deputado Aldo Almeida de congratulações ao Al-
mirante de Esquadra Henrique Saboya - Comandante e Chefe da Es-
quadra da Marinha Brasileira, no Estado do Rio de Janeiro, pela sua
promoção; do Deputado Célio Sampaio de pesar pelo falecimento
do Ex-Deputado Cearense José Walfrido e a Senhora Maria Santos
Oliveira; do Deputado Paulo Roberto de congratulações pela repor-
tagem feita no Lago Grande é inclusa no Programa "Globo Rural da
Rede Globo de Televisão"; do Deputado Eloy Santos, de congratu-
lações ao Jornalista Agenor Garcia, pela conquista do Prêmio Esso
Regional Norte; e do Deputado Eladyr Nogueira de congratulações ao
Almirante Eugênio Marques Rodrigues Frazão, por sua escolha pela
revista Portos e Navios, como "O Armador Fluvial do Ano de 1983".
Foram aprovados os pedidos de urgência para os requerimentos nºs
2969 e 2970/83, do Deputado Alcides Corrêa; 764, 1641, 1985 e
2051/83, do Deputado Nícias Ribeiro; 2792/83, do Deputado Carlos
Estácio. Foram aprovados os requerimentos nºs: 2943/83, do Depu-
tado Nícias Ribeiro; 2962, 2963 e 2964/83, do Deputado Carlos Está-
cio e 2994/83, do Deputado Aldo Almeida. Foram ainda aprovados
em regime de urgência, os seguintes requerimentos da Pauta, nºs:

2810/83, do Deputado Aldebaro Klautau; 2911/83, do Deputado Itamar Francez; 2835/83, do Deputado Níclias Ribeiro; 2874, 2875, 2876, 2877, 2878, 2880, 2881, 2882 e 2883/83, do Deputado Alcides Corrêa. Em discussão o requerimento nº 2884/83, do Deputado Alcides Corrêa, que solicita ao Governador do Estado que determine através da COSANPA a encampação dos serviços de distribuição de água potável, na Sede Municipal de Irituba, atualmente realizado pela Fundação SESP. Ocupou a Tribuna o Deputado Aldebaro Klautau, manifestando o seu ponto de vista ao teor do requerimento, sendo aparteado pelos Deputados: Alcides Corrêa, Itamar Francez e Níclias Ribeiro. Seguiu-se na Tribuna o Deputado Paulo Lisboa que através da leitura de tópicos de reportagens publicadas na Imprensa de nossa Capital, manifestou a sua posição ao requerimento ora em discussão, recebendo endossos através de apartes dos Deputados: Aziz Mutran e Ronaldo Passarinho, o requerimento continuou em discussão para a próxima Reunião, em virtude de ter-se esgotado o tempo destinado à 1ª PARTE DA ORDEM DO DIA. Passando à 2ª PARTE DA ORDEM DO DIA. Em discussão a Prêvia do Projeto de Lei nº 88/83, do Deputado Guaracy Silveira que restabelece a cobrança da taxa de pedágio dos usuários da ponte Belém-Mosqueiro. Assomou a Tribuna o Deputado Célio Sampaio expondo os motivos que os levam a manifestar-se contrário ao Projeto, sendo aparteado pelos Deputados: Mariuadir Santos e Guaracy Silveira. O Deputado Aziz Mutran ocupou a Tribuna mostrando a necessidade da aprovação do Projeto ora em discussão devido o mesmo ser de elevado alcance social apresentando sugestões ao Projeto. Manifestaram-se através de apartes os Deputados: Ronaldo Passarinho, Célio Sampaio, Aldebaro Klautau, Alcides Corrêa, Hermínio Calvino e Aldo Almeida. Submetido a votação o Parecer Contrário da Comissão de Justiça, o Sr. Presidente informou que por solicitação de vários Deputados e aprovação do Plenário a votação seria nominal. O Sr. 2º Secretário procedeu a chamada dos Srs. Deputados para exercerem o direito do voto, verificando-se ao final que votaram 34 Srs. Deputados, obtendo-se o resultado de 17 votos SIM e 17 votos NÃO. Verificando-se o empate o Sr. Presidente nos termos regimentais desempatou com o voto que lhe é facultado que foi SIM, informando em seguida que estava aprovado o parecer contrário da Comissão de Justiça ao Projeto de Lei nº 88/83, do Deputado Guaracy Silveira. Disseram SIM os Deputados: Alcides Corrêa, Aldo Almeida, Amílcar Moreira, Antônio Teixeira, Célio Sampaio, Edson Batista, Eladyr Nogueira, Gabriel Guerreiro, Hermínio Calvino, Itamar Francez, José Guilherme, Lucival Barbalho, Luís Maria, Mário Chermont, Mariuadir Santos, Níclias Ribeiro e Paulo Fontelles. Disseram NÃO os Deputados: Aldebaro Klautau, Almir Lima, Antônio Pereira, Aziz Mutran, Carlos Estácio, Francisco Ramos, Edson Matoso, Eloy Santos, Fausto Fernandez, Fernando Bahia, Guaracy Silveira, Herbert Veríssimo, Milton Pêres, Paulo Lisboa, Santana Costa, Ronaldo Passarinho e Victor Paz. O Sr. Presidente conclamou o apoio dos Srs. Deputados de ambas as Bancadas e da Imprensa Local para as reivindicações apresentadas pela Associação Agropecuarista Vale do Acará, diante do angustiante problema gerado pela necessidade de contenção no consumo de Oleo Diesel ditado pelo Conselho Nacional de Petróleo. Esgotado o tempo destinado a presente Reunião, o Sr. Presidente, convocou os Srs. Deputados para uma Reunião Extraordinária, dentro de um minuto para apreciar matéria constante da 2ª PARTE DA ORDEM DO DIA, encerrando a presente às 18:00 horas, na qual compareceram os Deputados: Alcides Corrêa, Aldo Almeida, Amílcar Moreira, Antônio Teixeira, Célio Sampaio, Edson Batista, Eladyr Nogueira, Gabriel Guerreiro, Hermínio Calvino, Itamar Francez, José Guilherme, Lucival Barbalho, Luís Maria, Maria de Nazaré, Mário Chermont, Mariuadir Santos, Níclias Ribeiro, Paulo Fontelles, Paulo Roberto, Aldebaro Klautau, Almir Lima, Antônio Pereira, Aziz Mutran, Carlos Estácio, Francisco Ramos, Edson Matoso, Eloy Santos, Fausto Fernandez, Fernando Bahia, Guaracy Silveira, Herbert Veríssimo, Milton Pêres, Paulo Lisboa, Santana Costa, Ronaldo Passarinho e Victor Paz. Ausentes os Deputados: Romero Ximenes, Haroldo Bezerra e José Alfredo. Foi lavrada a presente Ata, que após ser lida e aprovada em Plenário, vai assinada pelos Membros da Mesa. Plenário "Newton Miranda", em 30 de novembro de 1983. Lida em: 01 de dezembro de 1983.

Sr. Deputado ELADYR NOGUEIRA
Presidente

Sra. Deputada MARIA DE NAZARÉ
1º Secretária

Sr. Deputado MILTON PÉRES
2º Secretário

ATA da 78ª Reunião Extraordinária, 2º Período da 1ª Sessão Legislativa da 10ª Legislatura da Assembleia Legislativa, realizada em 30 de novembro de 1983.

PRESIDENTE : Sr. Deputado Lucival Barbalho.

1º SECRETÁRIO: Sr. Deputado José Guilherme.

2º SECRETÁRIO: Sr. Deputado Milton Pêres.

Aos trinta dias, do mês de novembro, do ano de mil novecentos e oitenta e três, às dezolito horas e um minuto, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, havendo número legal, o Sr. Presidente, Deputado Lucival Barbalho, invocando o preceito regimental, declarou abertos os trabalhos e informou que a presente destinava-se a apreciar matéria constante da 2ª PARTE DA ORDEM DO DIA. Foram aprovados a Redação Final dos seguintes Projetos de Decreto Legislativo Nºs: 14/83, do Sr. Deputado Célio Sampaio que concede o Título Honorífico de "Honra ao Mérito" ao Dr. Almir José de Oliveira Gabriel; 28/83, do Deputado Guaracy Silveira, que concede o Título Honorífico de "Honra ao Mérito" ao Engenheiro Agrônomo Moacyr da Cruz Rocha; 30/83, do Sr. Deputado José Guilherme, que concede o Título de "Honra ao Mérito" a Y. Yamada - Comércio e Indústria; 32/83, do Deputado Célio Sampaio, que concede o Título de "Honra ao Mérito" ao Padre José Ribamar de Souza; e 34/83, do Sr. Deputado Ronaldo Passarinho, que concede o Título de "Cidadão do Estado do Pará" a Dom Vicente Joaquim Zico. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente, convocou os Senhores Deputados para à Reunião Ordinária do dia seguinte, à hora regimental, encerrando a presente às 18:05 horas, na qual compareceram os Deputados: Alcides Corrêa, Amílcar Moreira, Célio Sampaio, Edson Batista, Eladyr Nogueira, Gabriel Guerreiro, Itamar Francez, Hermínio Calvino, José Guilherme, Lucival Barbalho, Luís Maria, Mariuadir Santos, Paulo Fontelles, Aldebaro Klautau, Almir Lima, Antônio Pereira, Aziz Mutran, Carlos Estácio, Francisco Ramos, Edson Matoso, Eloy Santos, Fausto Fernandes, Fernando Bahia, Herbert Veríssimo, Milton Pêres, Paulo Lisboa, Ronaldo Passarinho e Victor Paz. Ausentes os Deputados: Aldo Almeida, Antônio Teixeira, Maria de Nazaré, Mário Chermont, Níclias Ribeiro, Paulo Roberto, Romero Ximenes, Guaracy Silveira, Haroldo Bezerra, José Alfredo e Santana Costa. Foi lavrada a presente Ata, que após ser lida e aprovada, em Plenário, vai assinada pelos Membros da Mesa. Plenário "Newton Miranda" em 30 de novembro de 1983. Lida em: 01 de dezembro de 1983.

Sr. Deputado LUCIVAL BARBALHO
Presidente

Sr. Deputado JOSÉ GUILHERME
1º Secretário

Sr. Deputado MILTON PÉRES
2º Secretário

ATA da 127ª Reunião Ordinária, 2º Período da 1ª Sessão Legislativa da 10ª Legislatura da Assembleia Legislativa, realizada em 01 de dezembro de 1983.

PRESIDENTE : Sr. Deputado Lucival Barbalho.

1º SECRETÁRIO: Sr. Deputado Milton Pêres.

2º SECRETÁRIO: Sr. Deputado Alcides Corrêa.

Ao primeiro dia do mês de dezembro, do ano de mil novecentos e oitenta e três, às quinze horas, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, havendo número legal, o Sr. 2º Vice-Presidente, Deputado Eladyr Nogueira, assumiu a Presidência dos Trabalhos nos Termos Regimentais e invocando o Preceito Regimental, declarou abertos os Trabalhos, com o Sr. Deputado Carlos Estácio procedendo a Leitura do Expediente. Após a Leitura do Expediente, o Sr. Presidente anunciou o PÉQUENO EXPEDIENTE, concedendo a palavra ao Deputado Eloy Santos, que procedeu a Leitura do Ofício que enviou ao Líder do seu Partido, desligando-se do Cargo de Vice-Líder do PDS nesta Casa, comentou ainda a repercussão da sua atitude nos Jornais da Capital e expôs os motivos que o levaram a tomar esta decisão. Seguiu-se na Tribuna o Deputado Mariuadir Santos, apresentando requerimento de apelo ao Governador do Estado

no sentido de autorizar o Diretor do DER-PA., a mandar apurar as denúncias formuladas contra a Empresa de Transportes RODOMAR, no que diz respeito ao trecho Rodoviário entre Abaetetuba e o Porto de Cafezal; e o mesmo apelo aos Srs. Capitão dos Portos do Pará-Amapá e Superintendente da SUNAMAN, no que diz respeito ao trecho fluvial entre o Porto de Cafezal e Belém, e que ainda sejam tomadas providências urgentes a fim de que sejam solucionados os problemas. Passando ao GRANDE EXPEDIENTE, ocupou a Tribuna o Deputado Guaracy Silveira, apresentando requerimento para que seja criada uma Comissão composta de quatro Deputados, dois de cada partido desta Casa para num prazo de 30 dias apresentar um plano de ação, reunindo a opinião de todas as classes com o objetivo de mostrar ao Governo Central que é de grande importância para o Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Pará a construção das Eclusas Paralelas as Obras da Hidrelétrica de Tucuruí. Debateram com o orador através de apartes os Deputados: Célio Sampaio, Ronaldo Passarinho, Aldo Almeida e Gabriel Guerreiro. O Deputado Edson Matoso, assomou a Tribuna fazendo uma avaliação de sua atuação e seu relacionamento no campo pessoal e político-partidário, neste seu primeiro ano como parlamentar, fazendo ainda uma análise da administração do Governo do PMDB, bem como do comportamento do PDS no papel de oposição nesta Casa, realimentando os seus objetivos em benefício da coletividade paraense. Manifestaram-se através de apartes os Deputados: Paulo Lisboa, Ronaldo Passarinho, Carlos Estácio, Alcides Corrêa e Célio Sampaio. Passando à 1ª PARTE DA ORDEM DO DIA, foram aprovadas as Atas da 126ª Reunião Ordinária e 78ª Reunião Extraordinária e ainda os pedidos de licença dos Deputados: Aldebaro Klautau, e Haroldo Bezerra, de 2 e 3 dias, respectivamente, para tratamento de saúde. O Deputado Guaracy Silveira, assomou a Tribuna apresentando Projeto de Lei que restabelece a cobrança da Taxa de Pedágio aos usuários da Ponte Belém-Mosqueiro, e em seguida manifestou votos de boas festas a todos os parlamentares. Debateram com o orador através de apartes os Deputados: Hermínio Calvino, Paulo Lisboa, Fernando Bahia, Aldo Almeida e Ronaldo Passarinho. Na condição de Líder do Governo, ocupou a Tribuna o Deputado Célio Sampaio, procedendo a Leitura do Ofício enviado pela Câmara Municipal de São Caetano de Odéias que comunica a cassação do Prefeito daquele Município, deliberado por aquela Casa Legislativa, baseado nas acusações citadas na cópia da resolução anexa ao ofício e solicita a colaboração do Parlamentar Estadual, no sentido de acionar o Conselho de Contas dos Municípios para fazer a Inspeção sobre as irregularidades atribuídas ao Prefeito cassado. Prosseguiu o orador dizendo que após ter constatado "in-loco" a veracidade das irregularidades, apresentou um pedido de informações ao B.E.Pa. sobre os repasses do ICM àquela Prefeitura, afirmando mesmo antes da resposta da solicitação, que foram feitos os repasses pelo Banco e comungava com a necessidade de ser feita uma inspeção pelo Conselho de Contas na Administração do Prefeito Laerte Rodrigues de Macêdo. O Deputado Ronaldo Passarinho, na condição de Líder do PDS, assomou a Tribuna, desejando êxito ao Deputado Célio Sampaio no pedido de informações feito ao BEP, tendo em vista que até hoje os parlamentares pedessistas não obtiveram respostas aos pedidos de informações formulados e informou que os Deputados que requereram em dispositivo regimental, a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para a Secretaria de Educação, ingressaram em Juízo solicitando o cumprimento de Dispositivo Constitucional pela Mesa. Encerrada a 1ª PARTE DA ORDEM DO DIA, o Sr. Presidente informou ao Plenário que de acordo com o que foi deliberado na Reunião passada, esta Casa iria proceder uma Reunião Especial para ouvir a palestra do Sr. Kamal Andari - Membro da Frente Nacional Libanesa, encerrando a presente às 17:04 horas, na qual compareceram os Deputados: Alcides Corrêa, Aldo Almeida, Amílcar Moreira, Antonio Teixeira, Célio Sampaio, Edson Batista, Eladyr Nogueira, Gabriel Guerreiro, Hermínio Calvino, Itamar Francez, José Guilherme, Lucival Barbalho, Luís Maria, Maria de Nazaré, Mário Chermont, Mariuadir Santos, Níclias Ribeiro, Paulo Fontelles, Almir Lima, Aziz Mutran, Carlos Estácio, Francisco Ramos, Edson Matoso, Eloy Santos, Fausto Fernandez, Fernando Bahia, Guaracy Silveira, Milton Pêres, Paulo Lisboa, Santana Costa, Ronaldo Passarinho e Victor Paz. Ausentes os Deputados: Romero Ximenes, Antônio Pereira, Herbert Veríssimo e Alfredo. Licenciados os Deputados: Aldebaro Klautau e Haroldo Bezerra. Foi lavrada a presente Ata, que após ser lida e aprovada em Plenário, vai assinada pelos Membros da Mesa. Plenário "Newton Miranda", em 01 de dezembro de 1983. Lida em: 05 de dezembro de 1983.

Sr. Deputado FERNANDO BAHIA
Presidente

Sra. Deputada MARIA DE NAZARE
1ª Secretária

Sr. Deputado MILTON PÉRES
2ª Secretário

(G. Reg. Nº 3652)

ATA da 79ª Reunião Extraordinária, 2º Período da 1ª Sessão Legislativa da 10ª Legislatura da Assembleia Legislativa, realizada em 01 de dezembro de 1983.

PRESIDENTE : Sr. Deputado Lucival Barbalho.

1ª SECRETÁRIO: Sr. Deputado Milton Pêres.

2ª SECRETÁRIO: Sr. Deputado Alcides Corrêa.

Ao primeiro dia do mês de dezembro, do ano de mil novecentos e oitenta e três, às dezessete horas e trinta e oito minutos, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Pará havendo número legal, o Sr. Presidente, Deputado Lucival Barbalho, invocando o Preceito Regimental, declarou abertos os trabalhos e informou que a presente Reunião destinava-se a apreciar matéria constante da 1ª PARTE DA ORDEM DO DIA. O Sr. Presidente deu conhecimento ao Plenário da indicação do Deputado Paulo Fontelles para ocupar o Cargo de Vice-Líder do PMDB nesta Casa. Em discussão a Prêvia do Projeto de Lei nº 95/83, do Sr. Deputado Paulo Lisboa, que autoriza a Suplementação de Vencimentos de Professores de Ensino de 1º Grau Estaduais e Municipais, na forma do que especifica, com o Parecer Contrário da Comissão de Justiça. Submetido a votação o parecer contrário, o Sr. Presidente informou que por solicitação do Deputado Aziz Mutran e aprovação do Plenário, a votação seria nominal. O Sr. 3º Secretário procedeu a chamada dos Srs. Deputados para exercerem o direito do voto, verificando-se ao final que votaram 29 Srs. Deputados, obtendo-se o resultado de 15 votos SIM e 14 votos NÃO. Em seguida o Sr. Presidente informou que estava aprovado o parecer contrário da Comissão de Justiça e o Projeto estava rejeitado. Disseram SIM os Deputados: Alcides Corrêa, Aldo Almeida, Antonio Teixeira, Célio Sampaio, Edson Batista, Eladyr Nogueira, Gabriel Guerreiro, Hermínio Calvino, Itamar Francez, Lucival Barbalho, Luís Maria, Mário Chermont, Mariuadir Santos, Níclias Ribeiro, Paulo Fontelles. Disseram NÃO os Deputados: Almir Lima, Aziz Mutran, Carlos Estácio, Francisco Ramos, Edson Matoso, Eloy Santos, Fausto Fernandez, Fernando Bahia, Guaracy Silveira, Milton Pêres, Paulo Lisboa, Santana Costa, Ronaldo Passarinho e Victor Paz. Em discussão a Prêvia do Projeto de Lei nº 98/83 do Deputado Edson Matoso, que dispõe sobre o salário profissional dos Professores e determina outras providências, também com o parecer contrário da Comissão de Justiça. Submetido a votação o parecer contrário da Comissão de Justiça, o Sr. Presidente informou que por solicitação do Deputado Níclias Ribeiro e aprovação do Plenário a votação seria nominal. O Sr. Secretário procedeu a chamada dos Srs. Deputados para exercerem o direito do voto, verificando-se ao final que votaram 29 Srs. Deputados, obtendo-se o resultado de 15 votos SIM e 14 votos NÃO. Disseram SIM os Deputados: Alcides Corrêa, Aldo Almeida, Antonio Teixeira, Célio Sampaio, Edson Batista, Eladyr Nogueira, Gabriel Guerreiro, Hermínio Calvino, Itamar Francez, Lucival Barbalho, Luís Maria, Mário Chermont, Mariuadir Santos, Níclias Ribeiro e Paulo Fontelles. Disseram NÃO os Deputados: Almir Lima, Aziz Mutran, Carlos Estácio, Francisco Ramos, Edson Matoso, Eloy Santos, Fausto Fernandez, Fernando Bahia, Guaracy Silveira, Milton Pêres, Paulo Lisboa, Santana Costa, Ronaldo Passarinho e Victor Paz. Em seguida o Sr. Presidente informou que estava aprovado o Parecer Contrário da Comissão de Justiça e consequentemente o Projeto estava rejeitado. O Sr. Presidente informou que o Projeto de Lei apresentado pelo Deputado Guaracy Silveira que restabelece a cobrança de Pedágio dos usuários da Ponte Belém-Mosqueiro, estava prejudicado, em conformidade com o Inciso II do Artigo 220 e Parágrafo Único do Regimento Interno. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente, convocou os Srs. Deputados para uma Reunião Extraordinária dentro de 1 minuto para apreciar matéria constante da

1ª Parte da Ordem do Dia, encerrando a presente, às 17:55 horas, na qual compareceram os Deputados: Alcides Correa, Aldo Almeida, Antonio Teixeira, Célio Sampalo, Edson Batista, Eladyr Nogueira, Gabriel Guerreiro, Hermínio Calvino, Itamar Francez, Lucival Barbalho, Luiz Maria, Mário Chermont, Mariuadir Santos, Nícolas Ribeiro, Paulo Fontelles, Almir Lima, Aziz Mutran, Carlos Estácio, Francisco Ramos, Edson Matoso, Eloy Santos, Fausto Fernandez, Fernando Bahia, Guaracy Silveira, Milton Pêres, Paulo Lisboa, Santana Costa, Ronaldo Passarinho e Victor Paz. Ausentes os Deputados: Amílcar Moreira, José Guilherme, Maria de Nazaré, Paulo Roberto, Romero Ximenes, Antonio Pereira, Herbert Veríssimo, José Alfredo. Licenciados os Deputados: Aldebaro Klautau, Haroldo Bezerra. Foi lavrada a presente Ata,

que após ser lida e aprovada em Plenário, val assinada pelos Membros da Mesa. Plenário "Newton Miranda", em 01 de dezembro de 1983. Lida em 05 de dezembro de 1983.

Sr. Deputado FERNANDO BAHIA
Presidente

Sra. Deputada MARIA DE NAZARÉ
1ª Secretária

Sr. Deputado MILTON PÉRES
2ª Secretário
(G. Reg. nº 3652)

TRIBUNAL ELEITORAL

Presidente: NELSON SILVESTRE AMORIM

ATO Nº 3.021

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, usando da atribuição que lhe confere o art. 23, item 10 do Regimento Interno, em cumprimento à decisão desta Corte em sessão de 29.11.83, e à vista do Proc. nº 4630-83.

RESOLVE:

Dispensar das funções de Escrivã Eleitoral da 7ª Zona - Abaetetuba, a Sra. Aureliana da Silva Miranda.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Presidente, em 02 de dezembro de 1983.

NELSON SILVESTRE RODRIGUES AMORIM

Presidente

(G. Reg. - nº 3646)

ATO Nº 3.022

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, usando da atribuição que lhe confere o art. 23, item 10 do Regimento Interno, em cumprimento à decisão desta Corte em sessão de 29.11.83, e à vista do Proc. nº 4630-83,

RESOLVE:

Designar a Sra. Alverina Rodrigues Ferreira, para exercer as funções de Escrivã Eleitoral da 7ª Zona Abaetetuba.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Presidente, em 02 de dezembro de 1983.

NELSON SILVESTRE RODRIGUES AMORIM

Presidente

(G. Reg. - nº 3646)

ATO Nº 3.023

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, item 18 do Regimento Interno e à vista do Proc. nº 4650/83.

RESOLVE:

Conceder à funcionária Maria Pereira de Mendonça, Técnico Judiciário, classe "A", do Quadro de Pessoal Permanente da Secretaria deste Tribunal Regional, licença para tratar de pessoa da família, no período de 28/11 a 04/12, de acordo com o art. 106, § 1º da Lei nº 1.711/52.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Presidente, em 02 de dezembro de 1983.

NELSON SILVESTRE RODRIGUES AMORIM

Presidente

(G. Reg. nº 3646)

ATO Nº 3.024

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, usando da atribuição que lhe confere o art. 23, item 21 do Regimento Interno e § 3º do art. 74 do Decreto-Lei nº 200/67,

RESOLVE:

Conceder a Paulo Barata Santos, Técnico Judiciário Classe "A" do Quadro da Secretaria deste T.R.E., exercendo a função de Chefe do Serviço de Material, o suprimento de Cr\$ 89.000,00 (Oitenta e nove mil cruzeiros), para ser aplicado até o dia 31.12.83 na aquisição parcelada de 200 (Duzentos) litros de gasolina para os veículos de chapa OF-4205, 2786, 4190, 1777 e 1137, deste Tribunal, atribuída à despesa a seguinte classificação: 3.0.0.0 - Despesas Correntes; 3.1.0.0 - Despesas de Custeio; 3.1.2.0 - Material de Consumo (Lei nº 7.053 de 06 de dezembro de 1982).

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Presidente, em 02 de dezembro de 1983.

NELSON SILVESTRE RODRIGUES AMORIM

Presidente

(G. Reg. nº 3630)

ACÓRDÃO Nº 10.089

Processo nº 144/83

Autos de: Pedido de Perda de Mandato.

Requerente: O Partido Democrático Social, pelo Presidente do Diretório Regional.

Requerido: Domingos Ferreira Neves, Vereador à Câmara Municipal de Marapanim, pelo P.D.S.

Origem: Representação subscrita pelo Presidente da Comissão Executiva Regional do P.D.S., Seção do Pará.

Relator: Juiz Stélio Bruno dos Santos Menezes.

EMENTA: I - Representação com a finalidade de obter a decretação de perda de Mandato de Vereador eleito pelo P.D.S. e posteriormente fillado ao P.T.B. (Art. 152 § 5º da C.F.), firmada pelo Presidente da Comissão Executiva Regional - Posterior pedido de Desistência; II - Homologa-se o pedido de Desistência firmado pelo mesmo Presidente que ofereceu a Representação.

RELATORIO

O Partido Democrático Social (P.D.S.), através do Presidente, em exercício, da Comissão Executiva do Diretório Regional, ajuizou Representação no sentido de ser decretada a perda do mandato do Sr. Domingos Ferreira Neves, Vereador eleito nas últimas eleições à Câmara Municipal de Marapanim, por sua legenda, em face do mesmo se ter fillado ao Partido Trabalhista Brasileiro (P.T.B.), a cujo programa e diretrizes partidária passou a obedecer.

Alicerçou a sua Representação, nos termos da Constituição Federal, art. 152, § 5º, bem como acostou à norma, a nova ficha de filiação ao mencionado Partido; comunicação da nova filiação feita ao Diretório do P.D.S. para as providências da lei, formulada pelo 1º Suplente de Vereador do P.D.S. à Câmara Municipal de Marapanim; certidão do Sr. Escrivão Eleitoral da 32ª Zona - Marapanim, na qual retrata a sentença da MM. Juíza Eleitoral negando o pedido de Reconsideração por si formulado à nova filiação; idem com o Intelto teor da r. sentença que deferiu o pedido da nova filiação do Vereador - Domingos Ferreira Neves; idem, comunicando ao Presidente da Câmara Municipal de Marapanim a nova filiação do citado Vereador; idem do cancelamento da primitiva filiação ao P.D.S. e posterior ao P.T.B.; idem da comunicação ao Presidente do P.D.S., Diretório Municipal do desligamento do citado Vereador daquela legenda partidária; comunicação feita através de ofício firmado pelo citado Vereador à Dra. Juíza Eleitoral comunicando-lhe seu desligamento; diploma de Vereador conferido ao Sr. Luiz Alberto Santos Silva como 1º Suplente de Vereador do P.D.S.

Ouvindo o Exmo. Dr. Procurador Regional Eleitoral, S. Exa., com fundamento no art. 152 § 6º da C.F. e art. 80 da Lei 5.882, de 21.07.971, opinou no sentido de ser citado o representado, para os fins devidos.

Atendido o pedido de diligência, o representado, por intermédio de seu advogado constituído, refutou os termos da Representação, alegando que, preliminarmente, não foi juntada a cópia da Ata do Diretório que ordenou a mencionada Representação, e quanto ao Mérito, que a nova filiação não passou de um ardil, pois a nova ficha

de filiação foi obtida sob fraude, não passando de "jogada política" de grupo adverso ao seu.

Juntou a Procuração, a petição dirigida à Dra. Juíza Eleitoral, em seu pedido de Reconsideração, na qual narra minuciosamente, como foi procedida a sua filiação ao P.T.B. mediante fraude, e ilaqueando sua boa fé; uma Declaração por si firmada, igualmente narrando tudo que se passou para ser obtida a sua filiação ao P.T.B., e conclui pedindo a improcedência da Representação.

Novamente falando nos autos, o Exmo. Dr. Procurador Regional Eleitoral, manifestou-se em seu Parecer, no sentido de ser susinado o julgamento da Representação até que fosse conhecido o resultado do pedido de Reconsideração formulado pelo representado, à Dra. Juíza Eleitoral da Zona, a fim de se evitar decisões conflitantes, o que foi deferido.

Estando pronto o presente processo para julgamento, o Presidente em exercício da Comissão Executiva do P.D.S. Regional, aliás, o mesmo que firmara a Representação, requereu a Desistência da Representação.

Em face de já estar o processo incluído em pauta, foi submetido a julgamento, em sessão, o referido pedido, tendo sido colhido na ocasião o Parecer do Exmo. Dr. Procurador Regional Eleitoral, que manifestou-se favorável, e do, mesmo modo assim se pronunciou o Colendo Tribunal, à unanimidade, através dos Juízes que o compõem, homologando-o.

Vistos, etc.

Acordam, os Exmos. Srs. Juízes do Colendo Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade de votos, em homologar o pedido de Desistência da Representação formulada com o fim de obter a decretação da perda de Mandato de Vereador, por ter infringido fidelidade partidária.

Sala de Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 03 de novembro de 1983.

(aa) Nelson Amorim — Presidente, Stéleo Menezes — Relator, Anselmo Santiago, Izabel Leão, Maria Lúcia Santos, Paulo Klautau, Leonam Cruz, Paulo Meira — Proc. Regional Eleitoral.

(G. Reg. - nº 3647)

Para os efeitos legais, é publicada a decisão prolatada pelo Exmo. Sr. Dtor. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, a seguir especificada:

01 — 29.11.1983

Processo nº 2.526/83

Interessada: Ofélia Garcia Frazão de Sousa

Assunto: Solicita pagamento da Gratificação de Função excluída de seus vencimentos, quando em gozo de Licença Especial. DEFERIDO.

(G. Reg. - nº 3648)

Vistos, etc....

Tendo em vista o resultado do processo seletivo homologado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em sessão ontem realizada e a que se refere esta Representação, bem como a abertura das vagas que ocorrerão, com a ascensão funcional das duas ocupantes da Categoria de Agente Administrativo, aprovadas nos primeiros lugares do referido processo seletivo, hei por bem:

a) Nomear pelo critério de Ascensão Funcional, as servidoras Yolanda Batista Tavares, Agente Administrativo, classe "Especial", ref. NM-30; e Maria Clélia dos Santos Pantoja, Agente Administrativo, classe "C", ref. NM-26;

b) Ordenar a Progressão Funcional para a classe "Especial" de Elena Hiromi Endo Takada, Agente Administrativo, classe "C", vaga com a ascensão de Yolanda Batista Tavares;

c) Ordenar a Progressão Funcional para a classe "C", as servidoras Maria de Lourdes Sampaio Paes e Elisabete Pacheco Pereira, atuais ocupantes da classe "B", da Categoria de Agente Administrativo.

Lavrem-se os atos.

Publique-se, Intimem-se, Registre-se.

Belém, 30 de novembro de 1983.

NELSON SILVESTRE RODRIGUES AMORIM

Presidente

(G. Reg. - nº 3648)

Vistos, etc....

A rigor, nada há a reconsiderar, pois o despacho em tela não ofendeu qualquer direito da requerente e nem de quem quer que seja.

O dispositivo invocado, isto é, § 4º do art. 9º da Res. nº 10.771, do T.S.E., é norma facultativa e não imperativa, quando diz que o interstício "Poderá ser dispensado".

Assim sendo esta Presidência não está obrigada a dispensa ali tratada e nem tampouco seguir precedentes.

Quanto a questão da totalidade de pontos obtidos na avaliação é irrelevante para o caso, até porque é critério dos membros da Comissão, muito relativo, nem sempre, data vênha no nosso entender, justo.

Assim sendo o indeferimento do pedido, não implicaria, repito, em qualquer ato de injustiça e nem em restrição a qualquer permissividade legal.

Todavia, levando em conta a informação prestada pela D.G., segundo a qual existe vaga, e, principalmente, a faculdade que a lei nos concede, só por isso, e não pelos fundamentos invocados no petição, absolutamente desprocedentes, resolvo, acrescer (e não reconsiderar) à decisão anterior, para dispensar o interstício das servidoras Zélia Fátima Tavares Freire da Silva e de sua colega Maria da Conceição Lima, também na mesma situação, e ordenar a Progressão de ambas para a classe imediatamente superior.

Lavrem-se os atos.

Belém, 02 de dezembro de 1983.

NELSON SILVESTRE RODRIGUES AMORIM

Presidente

(G. Reg. - nº 3648)

PORTARIA Nº 502

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e à vista do Proc. nº 4.717/83,

RESOLVE:

Ordenar a progressão funcional de Zélia Fátima Tavares Freire da Silva, Técnico Judiciário, classe "A", referência NS-10, para a classe "B", referência NS-12 da mesma Categoria Funcional, nos termos dos arts. 7º, 8º, e 9º, § 4º da Resolução nº 10.771, de 20 de novembro de 1979, do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, vaga aberta com a progressão funcional de Guajarina Monteiro de Sousa.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Presidente, em 02 de dezembro de 1983.

NELSON SILVESTRE RODRIGUES AMORIM

(G. Reg. - nº 3648)

PORTARIA Nº 503

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e à vista do Processo nº 4.717/83,

RESOLVE:

Ordenar a progressão funcional de Maria da Conceição Lima, Atendente Judiciária, classe "B", referência NM-19, para a classe "C", referência NM-24 da mesma Categoria Funcional, nos termos dos arts. 2º, inciso I, 8º e 9º, § 4º da Resolução nº 10.771, de 29 de novembro de 1979, do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, retroagindo os efeitos a 1º de novembro de 1983, face ao disposto no art. 7º da mesma Resolução, vaga decorrente da progressão de Raimundo Nonato Costa.

Publique-se e registre-se.

Gabinete do Presidente, em 02 de novembro de 1983.

NELSON SILVESTRE RODRIGUES AMORIM

Presidente

(G. Reg. - nº 3648)

APOSTILAS

01 — Marly Patriarcha Pereira; 02 — Paulo Barata Santos; 03 — Plínio Alves da Silva Filho; 04 — Célia Maia Kouri; 05 — Maria Pereira de Mendonça; 06 — Yolanda Batista Tavares; 07 — Maria Clélia dos Santos Pantoja; 08 — Elena Hiromi Endo Takada; 09 — Maria de Lourdes Sampaio Paes; 10 — Elisabete Pacheco Pereira; 11 — Zélia Fátima Tavares Freire da Silva; 12 — Maria da Conceição Lima.

(G. Reg. nº 3648)

APOSTILA

MARLY PATRIARCHA PEREIRA

TÉCNICO JUDICIÁRIO

CLASSE "B"

REFERÊNCIA NS-18

A funcionária de que trata o presente ato, fica atribuído, em virtude de Progressão Funcional, seu enquadramento na classe "C",

referência NS-17 da mesma Categoria Funcional a que pertence, com os efeitos financeiros retroagindo a partir de 1º de novembro de 1983.

Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 1º de dezembro de 1983.

JOSÉ MARIA MONTEIRO DAVID

Diretor Geral

(G. Reg. - nº 3648)

APOSTILA

PAULO BARATA SANTOS

TÉCNICO JUDICIÁRIO

CLASSE "A"

REFERÊNCIA NS-10

Ao funcionário de que trata o presente ato, fica atribuído, em virtude de Progressão Funcional, seu enquadramento na classe "B", referência NS-12 da mesma Categoria Funcional a que pertence, com os efeitos financeiros retroagindo a partir de 1º de novembro de 1983.

Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 1º de dezembro de 1983.

JOSÉ MARIA MONTEIRO DAVID

Diretor Geral

(G. Reg. - nº 3648)

APOSTILA

PLÍNIO ALVES DA SILVA FILHO

AUXILIAR JUDICIÁRIO

CLASSE "ESPECIAL"

REFERÊNCIA NM-33

Ao funcionário de que trata o presente ato, fica determinado, a partir de 1º de novembro de 1983, o vencimento do cargo de Técnico Judiciário, classe "A", referência NS-10, de acordo com a tabela anexa ao Decreto-Lei nº 2.002, de 04 de janeiro de 1983.

Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 1º de dezembro de 1983.

JOSÉ MARIA MONTEIRO DAVID

Diretor Geral

(G. Reg. - nº 3648)

APOSTILA

CÉLIA MAIA KOURI

AUXILIAR JUDICIÁRIO

CLASSE "ESPECIAL"

REFERÊNCIA NM-32

A funcionária de que trata o presente ato, fica determinado, a partir de 1º de novembro de 1983, o vencimento do cargo de Técnico Judiciário, classe "A", referência NS-8, de acordo com a tabela anexa ao Decreto-Lei nº 2.002, de 04 de janeiro de 1983.

Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 1º de dezembro de 1983.

JOSÉ MARIA MONTEIRO DAVID

Diretor Geral

(G. Reg. - nº 3648)

APOSTILA

MARIA PEREIRA DE MENDONÇA

AUXILIAR JUDICIÁRIO

CLASSE "ESPECIAL"

REFERÊNCIA NM-32

A funcionária de que trata o presente ato, fica determinado, a partir de 1º de novembro de 1983, o vencimento do cargo de Técnico Judiciário - Classe "A" - Referência NS-8, de acordo com a tabela anexa ao Decreto-Lei nº 2.002, de 04 de janeiro de 1983.

Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 1º de dezembro de 1983.

JOSÉ MARIA MONTEIRO DAVID

Diretor Geral

(G. Reg. Nº 3648)

APOSTILA

YOLANDA BATISTA TAVARES

AGENTE ADMINISTRATIVO

CLASSE "ESPECIAL"

REFERÊNCIA NM-30

A funcionária de que trata o presente ato, fica determinado, a partir de 1º de novembro de 1983, em virtude de Ascensão Funcional, o vencimento do cargo de Auxiliar Judiciário - Classe "B" - Referência NM-31, de acordo com a tabela anexa ao Decreto-Lei nº 2.002, de 04 de janeiro de 1983.

Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 1º de dezembro de 1983.

JOSÉ MARIA MONTEIRO DAVID

Diretor Geral

(G. Reg. Nº 3648)

APOSTILA

MARIA CLÉLIA DOS SANTOS PANTOJA

AGENTE ADMINISTRATIVO

CLASSE "C"

REFERÊNCIA NM-26

A funcionária de que trata o presente ato, fica determinado, a partir de 1º de novembro de 1983, em virtude de Ascensão Funcional, o vencimento do cargo de Auxiliar Judiciário - Classe "A", Referência NM-27, de acordo com a tabela anexa ao Decreto-Lei nº 2.002, de 04 de janeiro de 1983.

Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 1º de dezembro de 1983.

JOSÉ MARIA MONTEIRO DAVID

Diretor Geral

(G. Reg. Nº 3648)

APOSTILA

ELENA HIROMI ENDO TAKADA

AGENTE ADMINISTRATIVO

CLASSE "C"

REFERÊNCIA NM-25

A funcionária de que trata o presente ato, fica atribuído, em virtude de progressão funcional, seu enquadramento na Classe "Especial" - Referência NM-30 da mesma categoria funcional a que pertence, com os efeitos financeiros retroagindo a partir de 1º de novembro de 1983.

Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 1º de dezembro de 1983.

JOSÉ MARIA MONTEIRO DAVID

Diretor Geral

(G. Reg. Nº 3648)

APOSTILA

MARIA DE LOURDES SAMPAIO PAES

AGENTE ADMINISTRATIVO

CLASSE "B"

REFERÊNCIA NM-21

A funcionária de que trata o presente ato, fica atribuído, em virtude de progressão funcional, seu enquadramento na Classe "C" - Referência NM-25 da mesma categoria funcional a que pertence, com os efeitos financeiros retroagindo a partir de 1º de novembro de 1983.

Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 1º de dezembro de 1983.

JOSÉ MARIA MONTEIRO DAVID

Diretor Geral

(G. Reg. Nº 3648)

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ
Seção de Obras do Pará